

SANDRA OLADES MARTINS

UMA SEGUNDA MUDANÇA ESTRUTURAL NA ESFERA PÚBLICA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Filosofia Social e Política

Orientador: Prof. Dr. Bento Itamar Borges

UBERLÂNDIA/MG  
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

SANDRA OLADES MARTINS

UMA SEGUNDA MUDANÇA ESTRUTURAL NA ESFERA PÚBLICA

UBERLÂNDIA/MG  
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

- M386s Martins, Sandra Olades, 1977-  
Uma segunda mudança estrutural da esfera pública / Sandra Olades  
Martins. - 2009.  
134 f.
- Orientador: Bento Itamar Borges.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-graduação em Filosofia.  
Inclui bibliografia.
1. Habermas, Jürgen, 1929 - Crítica e interpretação - Teses. 2. Comu-  
nicação de massa - Filosofia - Teses. 3. Opinião pública - Teses. 4. Teoria  
da informação em ciências sociais - Teses. I. Borges, Bento Itamar.  
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em  
Filosofia. III. Título.

CDU: 1(4/9)

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais**

---

Programa de Pós-Graduação em Filosofia

E-Mail [posfil@fafcs.ufu.br](mailto:posfil@fafcs.ufu.br)

Av. João naves de Ávila 2121 - Campus Santa Mônica, 38400-902 Uberlândia MG

SANDRA OLADES MARTINS

**“UMA SEGUNDA MUDANÇA ESTRUTURAL NA ESFERA PÚBLICA”**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea

Uberlândia, 06 de março de 2009.

Banca Examinadora:

---

Profª. Drª Georgia C. Amitrano (UFU)

---

Prof. Dr. Osvaldo de Freitas (UNIPAC)

---

Prof. Dr. Bento Itamar Borges (Orientador)

Dedico esta dissertação ao meu filho Eric, que apesar da pouca idade soube compreender meus momentos de isolamento.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bento Itamar Borges, pelo constante incentivo e pela coragem de apoiar novas idéias. Agradeço, principalmente, pela confiança mais uma vez depositada no meu trabalho, permanecendo um interlocutor paciente e generoso, e sempre indicando, com muita sabedoria, a melhor direção a ser tomada.

Agradeço aos meus pais, Ramiro e Neuzita, e aos meus irmãos, pelo amor, dedicação e apoio contínuo em todos estes anos.

Ao Cleisler, pelo seu eficiente trabalho de revisão, pela sua paciência e por ter aceitado as condições de correção em tempo mínimo.

Aos meus amigos, pelo incentivo, confiança e apoio. Gostaria de expressar minha gratidão àqueles que acompanharam este processo e pela amizade oferecida.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus e Dra. Georgia Amitrano, por terem aceitado participar da avaliação deste trabalho.

“O tempo não estará maduro para novos sonhos e novos projetos enquanto os velhos sonhos e os projetos não concluídos do passado ocuparem a imaginação e a atenção do presente.”  
Oskar Negt

## RESUMO

Esta pesquisa parte da análise da obra *Mudança estrutural da esfera pública* (1962), de Jürgen Habermas, e acompanha sua repercussão durante as décadas seguintes, em consequência das diversas traduções publicadas e do interesse por parte de novas áreas do saber. Avaliamos a investigação de Habermas sobre as transformações da esfera pública burguesa ocasionadas pelo surgimento da imprensa, assim como destacamos as pesquisas complementares de Oskar Negt e Alexander Kluge, no início dos anos 70, a partir da experiência da esfera pública proletária. Retomamos os conceitos pertinentes a nosso tema, conforme reelaborados por Habermas em *Direito e democracia* (1992), sob o impacto de sua mudança de paradigma e de seu compromisso explícito em defesa da democracia. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, sobretudo a Internet, teriam surgido novas mudanças na esfera pública, no momento em que a imprensa escrita passou a dividir lugar com o jornalismo on-line. Estas mudanças, consideradas por diversos autores como parte dos sintomas de uma era pós-moderna, teriam originado novas formas de interação social e novos espaços públicos. Zigmunt Bauman, por exemplo, reafirma a necessidade de se considerar as implicações destas transformações para a sociedade. Esperamos, com esta dissertação, contribuir para o debate e para a integração entre as posições críticas representadas por Habermas e Bauman.

**PALAVRAS-CHAVE:** Esfera pública – Jürgen Habermas – Tecnologias de informação e comunicação



## ABSTRACT

Our research begins with the analysis of Jürgen Habermas' book *Strukturwandel der Öffentlichkeit* [Public sphere], published in the sixties, and its repercussion forty years later, due to its translation into English and other languages, as well the growing interest about it, outside philosophy academic circles. We evaluate Habermas' investigation over the changes that newspapers and magazines brought to burgeois public sphere. We also point out Oskar Negt and Alexander Kluge's theories in the verge of the seventies which defend the proletarian public sphere action and its strategical articulation as a critical complement to the burgeois public sphere. We took into consideration the concepts reviewed by Habermas in *Faktizität und Geltung* [Facts and norms], and the setting of a new category of public sphere regardless of social class divisions. Along with the advance of the Information and Communication Technologies, mainly Internet, new changes in the public sphere came up and the written press started sharing field with the on-line journalism. These post-modern changes brought about new ways of social interaction as well as new public spaces, according to Zigmunt Bauman's thesis which states the need of considering the consequences of these changings to society. We hope to contribute to this theoretical debate among close critical positions, which reinforce a defense of democracy in our times.

**KEY WORDS:** Public sphere – Jürgen Habermas – Information and Communication Technologies

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A ESFERA PÚBLICA BURGUESA.....	14
1.1. Sobre o público e o privado.....	15
1.2. A gênese da esfera pública burguesa.....	19
1.3. O desenvolvimento da esfera pública burguesa.....	25
1.4. Do salão para o jornal - Mudança estrutural da esfera pública burguesa.....	32
1.5. Da mudança estrutural à decadência da esfera pública burguesa .....	35
2. ESFERA PÚBLICA: REPERCUSSÕES E REVISÕES DA TESE DE HABERMAS.....	41
2.1. A esfera pública proletária em Oskar Negt e Alexander Kluge.....	41
2.2. A repercussão da tese sobre o “espaço público”, 30 anos depois.....	48
2.3. Revisões sobre a esfera pública no Estado social democrático .....	57
2.4. Novas categorias e conceitos para esfera pública .....	63
3. A FORMAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	70
3.1. Novas mídias – uma nova sociedade.....	70
3.2. Identidade e comunidade na sociedade contemporânea .....	77
3.3. Os espaços públicos urbanos .....	83
3.4. A desterritorialização e as comunidades virtuais .....	91
4. A NOVA ESFERA PÚBLICA MIDIÁTICA.....	99
4.1. Do jornal de papel ao jornal virtual .....	99
4.2. O jornalismo virtual e o espaço público .....	104
4.3. Esfera pública midiática .....	110
CONCLUSÃO.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121



## INTRODUÇÃO

*“A principal característica da civilidade é a capacidade de interagir com estranhos sem utilizar essa estranheza contra eles e sem pressioná-los a abandoná-la ou a renunciar a alguns dos traços que os fazem estranhos.”*

*Zygmunt Bauman*

Grupos seletos de pessoas encontravam-se nos salões e cafés da Inglaterra, Alemanha e França por volta do século XVII para conversar, trocar idéias e discutir assuntos diversos. As discussões eram acaloradas e racionalmente sustentadas, pois se tratavam de pessoas livres e capazes de argumentar. Surge, assim, a esfera pública burguesa, originalmente uma esfera literária (*literarische Öffentlichkeit*), constituída por um público leitor que discutia arte e literatura. Inevitavelmente, as questões políticas apareceram e tornaram-se centrais nas discussões. Ampliaram-se, assim, no âmbito da esfera pública burguesa, os debates de interesse geral – igualdade, liberdade, publicidade, arte, ciência, filosofia, moral, direito e política. Na esfera pública as pessoas podiam discutir, avaliar e analisar suas idéias sem se comprometerem com as instituições políticas.

Tais debates aconteciam na cidade, centro da atividade econômica e cultural, cujas principais instituições eram os cafés, salões e clubes; lugares considerados focos de agitação no final do século XVII e início do século XVIII. Ainda que seja formada por um público privado, e em lugares restritos, a esfera pública não se reduz ao interesse de classe, pois pressupõe a idéia de acesso livre e universal ao espaço público. A única exigência para participar deste ambiente seria a aptidão crítica para a discussão, não se levando em consideração que o público predominante possuísse propriedades. Com base na noção kantiana de uso público da razão, pode-se dizer que a função deste espaço era permitir ao indivíduo a expressão de sua capacidade racional diante do grande público letrado e, assim fazer o uso público da razão. Este uso público da razão difere-se do privado, pois, conforme Kant, ele corresponde ao indivíduo que sabe usar publicamente sua razão, assumindo o papel de crítico erudito, de livre-pensador. Desta forma, estabeleceu-se a esfera pública, como veremos com Jürgen Habermas, mais reconhecidamente, uma esfera pública política.

As mais diversas áreas como Sociologia, Filosofia, Comunicação, Direito, Ciência política, entre outras, têm discutido sobre a esfera pública política, principalmente, a partir das formulações de Habermas. O espaço público, segundo Habermas, admite e promove o desenvolvimento de uma teoria democrática, na qual se estabelece uma discussão orientada por regras que obrigam todos os indivíduos participantes do debate a procedimentos de

racionalidade argumentativa, de suspensão das diferenças pré-argumentativas, de abertura e inclusão. Além, naturalmente, de submeter todos os participantes ao princípio do melhor argumento como base de legitimação da decisão. O debate crítico racional de pessoas privadas pode provocar decisões determinantes, pois a conversa coletiva em espaços de socialização passa a ter também uma função política.

Habermas considerou, também, em sua tese, a importância dos meios de comunicação para a publicidade da esfera pública. Os jornais impressos representavam o principal veículo de expansão dos debates públicos e o condutor da opinião pública. No entanto, a imprensa será a responsável por uma refuncionalização do princípio de publicidade da esfera pública ao passar a comercializar a informação, ou seja, a opinião pública adquire o mesmo status de mercadoria por ser vista como algo a ser vendido com fins lucrativos. O pensamento de Habermas diante de tal mudança segue influência da crítica à Indústria Cultural, próximo a Adorno e Horkheimer, ao interpretar este fato como o responsável por um comportamento não autônomo das massas. Porém, de modo menos pessimista que seus colegas de Frankfurt, Habermas apresenta uma reelaboração de tais condições através de sua análise dos fenômenos históricos e políticos do século XVIII.

Diante do exposto, nossa investigação procura acompanhar as transformações da esfera pública e apresentar os novos espaços públicos que atualmente tornaram-se distintos da sua constituição original nos séculos XVII, XVIII e início do século XIX, período em que se fundiam os conceitos de espaço público e opinião pública, e cuja influência política aparecia claramente. Apontaremos as recentes mudanças no espaço público de discussão, embora hoje ainda não sabemos até que ponto o espaço público estabeleceu-se enquanto uma esfera legitimamente política, como fora defendida por Habermas, Oskar Negt, Alexander Kluge e outros.

Nossa pesquisa segue a trajetória de publicação e apresentação dos textos de Habermas referentes à esfera pública, suas revisões e perspectivas teóricas, que passaram por algumas reelaborações conceituais. O espaço público na perspectiva habermasiana continua estabelecendo-se, como condição necessária da constituição democrática da opinião e da vontade coletivas, ou ainda, como “a mediação necessária entre a sociedade civil, de um lado, e o Estado e o sistema político de outro”.

Na perspectiva de apontar as grandes mudanças na esfera pública e a recente separação entre espaço público e opinião pública ocorrida nas últimas décadas, devido às novas tecnologias da informação e comunicação – sobretudo a Internet –, optamos por analisá-las

separadamente, haja vista que o espaço público foi manipulado e alterado, e a opinião pública adquiriu novas características com a implantação da mídia digital.

O objetivo deste trabalho, portanto, é avaliar a formação de um novo tipo de espaço público a partir das mídias recentes e as conseqüentes mudanças que determinam novos critérios e novas formas de relações sociais e políticas. Houve a consideração de que o espaço público passa por um momento de reestruturação, de busca de identidades devido às novas formas de acessibilidade universal aos meios de comunicação.

Os novos meios de comunicação, entre eles, os telefones e a Internet, possibilitam a comunicação à distância, conversas eletrônicas e mensagens através de redes de comunicação que permitem uma interação e proximidade entre pessoas, mesmo que estejam fisicamente distantes, o que nos leva à hipótese de que a soberania da tecnologia pode contribuir para uma nova mudança estrutural na esfera pública. Deste modo, esta análise apresenta uma segunda mudança estrutural, contraposta à primeira mudança estrutural que se dá com a passagem dos salões e cafés dos burgueses (local físico, no espaço urbano) para o campo da imprensa escrita. Esta tese habermasiana defendia que um trabalho de elaboração racional e coletiva orientado pelos ideais iluministas ficou reduzido a uma nova classe especializada de profissionais da informação, após a formação e a desintegração de lugares onde questões de interesse geral eram debatidas. O estabelecimento de um espaço público nos moldes de Habermas, enquanto uma dimensão política, institucionalizada, regulada, formada por antagonismos, pela interação e expressão de atores, pode estar comprometido. No entanto, ainda assim, avaliamos a necessidade de uma atualização da teoria do espaço público habermasiano, para que esta possa apresentar condições suficientes para resolver e integrar as questões contemporâneas.

A presença da Internet, enquanto rede mundial de comunicação, traz novos modos de interação que podem ser utilizados com finalidades diferentes dos meios de comunicação unilaterais, como os rádios, a TV (exceto a digital) e os jornais impressos que são meios emissores de entretenimento e informações, que não permitem uma interconexão simultânea com o indivíduo. Atualmente, temos uma mídia que permite uma expansão das redes sociais, de modo a abarcar mais pessoas e com abrangência globalizada. Desta forma, a dinâmica atualizada da produção de opinião pode tanto manter a passiva acomodação do público e permitir uma circulação generalizada, nos mesmos moldes de mercadoria, quanto favorecer a formação de movimentos sociais ativos, autônomos e contestadores; tudo isto através das redes avançadas da Internet que despertam as virtudes da interatividade entre os usuários das redes.

Para uma maior compreensão dos elementos que fundamentam a esfera pública e suas recentes transformações a partir das novas mídias e dos novos espaços públicos, este trabalho foi organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a formação e o desenvolvimento de uma esfera pública na obra *Mudança estrutural da esfera pública* de Jürgen Habermas. Com o estabelecimento do espaço público e a presença da imprensa, Habermas analisa o contexto histórico e suas implicações sociais e políticas sobre a realidade e o papel de uma publicidade crítica veiculada pela mídia. Nesse capítulo, destaca-se também a formação de uma esfera pública no Brasil. De acordo com Habermas, não se pode falar de uma opinião pública fora da Inglaterra do século XVIII; no entanto, é possível considerar alguns movimentos de formação da esfera pública no Brasil, desde a época do Império, como é o caso da maçonaria. Devido a isto, parte da história da imprensa no Brasil foi apontada e assimilada com alguns fatores da esfera pública européia.

O segundo capítulo ilustra a retomada da discussão sobre a esfera pública burguesa e as novas considerações de Habermas trinta anos depois da publicação de *Mudança estrutural da esfera pública*, a partir da análise do prefácio à reedição alemã escrito por Habermas, no qual ele avalia suas teses centrais e apresenta novas considerações sobre o espaço público. A esfera pública na obra *Direito e Democracia* também é analisada por trazer novas categorias para o conceito. Aparece também, nesta seção, a contraposição dos autores Oskar Negt e Alexander Kluge, que escreveram conjuntamente sobre a esfera pública proletária. Estes autores analisam o tema através de uma estreita ligação entre experiência de luta e a esfera pública, da forma com a qual eles tentaram, no início dos anos 70, mostrar as condições de surgimento da “esfera pública proletária”, sua articulação estratégica e a relação de história de vida contra a “esfera pública burguesa”. Negt e Kluge reconhecem o mais atual fenômeno público, a Internet, e as condições necessárias para a mudança do público leitor, da mercadoria notícia, do tipo de texto, dos encontros e, conseqüentemente, do espaço público.

O terceiro capítulo, mostramos algumas posturas do debate contemporâneo, tanto sobre os novos espaços públicos urbanos e virtuais, quanto a conseqüente desterritorialização em um mundo globalizado, que permitiu a formação de novas identidades e novas comunidades. Este capítulo analisa até que ponto o espaço público transformou-se e quais foram as implicações para as novas relações sociais. A fim de responder a essa questão, esta pesquisa focaliza-se em obras de pensadores pós-modernos, mais precisamente, Zigmunt Bauman, que desenvolve uma análise sobre a constituição de quatro tipos de espaços: lugares êmicos, lugares fágicos, não-lugares e espaços vazios.

Finalmente, o quarto capítulo aponta o aparecimento de novas tecnologias de comunicação e seu impacto na esfera pública e no jornalismo. Investigamos o fato de a Internet – que inclui o webjornalismo – ser, ou não, um meio jornalístico mais democrático do que o tradicional jornalismo impresso. A imprensa escrita depara-se com o jornalismo on-line, entretanto, ainda precisa-se avaliar se ela pode continuar a ser um espaço crítico e democrático, e até que ponto podemos falar em público e privado dentro deste novo contexto histórico. Examinamos as novas mídias e a provável formação de uma esfera pública midiática, cujo percurso parte de uma esfera pública reconstruída por Habermas para uma recente esfera pública midiática.

Enfim, através deste trabalho, pretendemos desenvolver uma reflexão sobre os fenômenos midiáticos e os espaços públicos do mundo contemporâneo, cuja necessidade de reconhecê-los leva-nos a colocar problemas e a vislumbrar respostas diante das novas possibilidades.



## 1. A ESFERA PÚBLICA BURGUESA

Habermas submete a esfera pública ou espaço público a uma análise filosófica em sua obra *Mudança estrutural da Esfera Pública*, com a intenção de apreender a sua evolução ao longo da história das idéias políticas. Ele segue critérios proporcionalmente rigorosos de uma análise estrutural da totalidade das relações sociais, utilizando metodologicamente um procedimento sociológico com liberdade em relação ao material histórico.

A esfera pública é caracterizada como um espaço de mediação entre o campo das relações privadas e o Poder Público. Na sua origem, trata-se de um espaço independente do Estado, que tem como objetivo principal discutir racionalmente as questões de interesse privado (da burguesia), mas que, pela relevância destes, acabam se transformando em questões de interesse público. E sendo relevantes publicamente, estas demandas ganham conotação política, razão pela qual a esfera pública burguesa assume função política.

As transformações pelas quais passa a esfera pública dentro da perspectiva de Habermas podem ser divididas em três momentos: o primeiro, corresponde aos interesses privados da nobreza no tocante à construção da esfera pública; o segundo, constitui-se pelo estabelecimento da esfera pública burguesa, no qual a racionalidade e a reflexão a respeito dos interesses da burguesia seriam os parâmetros de sua construção; e, no terceiro momento, se processaria uma refeudalização da esfera pública, ou seja, ocorreria uma interpenetração entre interesses públicos e privados. No entanto, os interesses privados, agora seriam daqueles que detêm os meios de comunicação de massa ou que têm influência sobre eles.

Habermas chama a atenção para o importante papel que a imprensa desempenha dentro da esfera pública. Para ele, a imprensa passa, historicamente, a ser um espaço privilegiado para a formação da opinião pública, uma vez que consegue atingir grande número de pessoas. No jornalismo veiculado via internet, televisão, rádio, jornais e revistas se formaria uma gama suficientemente diversificada de formas de abordar a notícia, com conteúdos diversos, e possibilidades de ilustrar o cidadão com opiniões capazes de lhe dar condições de efetivamente tomar decisões. A mídia e o jornalismo propriamente dito constituem-se desta forma, elementos fundamentais na formação da esfera pública.

## 1. 1 – Sobre o público e o privado

A clássica contraposição entre *oikos* e *polis* já era reconhecida na antiga Grécia, ocasionada pelo estabelecimento de duas dimensões: esfera pública<sup>1</sup> e esfera privada. *Oikos* representava a esfera privada, a vida íntima e particular a cada indivíduo e onde se encontravam os negócios particulares; e a *polis* consistia na esfera comum aos cidadãos livres, local de debates sobre aquilo que era de interesse público, principalmente assuntos políticos.

Os conceitos de “esfera pública”, “espaço público”, “público” e “privado” são empregados desde a Antiguidade até os dias atuais. No entanto, nota-se que a tensão entre o público e o privado se intensifica à medida que as sociedades tornam-se mais complexas, pois esta dicotomia não aparece claramente em sociedades mais primitivas.

Os contextos históricos, as intenções dos autores e outros fatores possibilitaram o aparecimento de diversas acepções para tais termos, por isto é importante ressaltar aqui que os mesmos termos podem possuir múltiplos significados, do mesmo modo que termos diferentes aparecem com o mesmo sentido.

Ao longo da Idade Média, as categorias de público e privado também foram transmitidas nas definições do Direito Romano; a esfera pública era vista como *res pública* e teve efetiva aplicação processual jurídica com o surgimento do Estado moderno. No período feudal, aparecem como *privatus* - o domínio do senhor, ou seja, o poder fundiário - e como *publicus* - atributos de soberania. A representatividade pública feudal caracterizava-se pelo uso público da razão, e assim, por princípios de crítica, de transparência e de igualdade perante o povo. Tal publicidade de representação era inseparável da existência concreta do representado e aparecia como marca de *status*, sendo que não se caracterizava como uma esfera de comunicação política porque nela imperava a simples participação aclamativa da população. Ocorre uma neutralidade entre o público e o privado, pois uma esfera social autônoma não tinha ainda sido constituída.

A distinção entre público e privado reaparece novamente na modernidade com a separação entre sociedade e Estado. A família, o trabalho e os negócios são espaços privados, e a política e o Estado são públicos. A família, enquanto origem da privacidade, defende sua interioridade livre e satisfeita e mantém o *locus* da subjetividade; nela encontra-se o pai de família, aquele mesmo homem que representa também o social, compra e vende mercadorias

---

<sup>1</sup> Tem-se a idéia clara de que as próprias características dessas esferas públicas antigas contradizem o conceito de público como algo acessível a todos, pois não eram abertas a todos os cidadãos dessas sociedades.

e se mantém como homem de negócios; esta constituição se refere apenas à família burguesa. Esta esfera privada da família é o ponto de partida para a retrospectiva histórica de nossa questão. De acordo com Habermas, a esfera íntima da pequena-família burguesa tem papel importante no desenvolvimento da intelectualidade pública.

As pessoas privadas que se constituem num público não aparecem ‘na sociedade’; toda vez elas, por assim dizer, destacam-se primeiro em relação ao pano de fundo de uma vida privada que ganhou forma institucional no espaço fechado da pequena-família patriarcal. Este é o local de uma emancipação psicológica que corresponde à emancipação político-econômica (HABERMAS, 1984, p. 62).

O caráter patriarcal é predominante na esfera íntima da família; os homens são os chefes de família, aquele que a governa, sustenta e representa na vida social. O lar e a família são distintos dos interesses econômicos, sendo estes também representados pelos homens. No entanto, a família não está livre das coações do setor privado do mercado. De acordo com Habermas, “ela serve como uma agência da sociedade, ela assume a tarefa da difícil mediação que, sob a aparência de liberdade, assegura no entanto a estrita observância das inevitáveis exigências sociais.” (1984, p. 64)

Ainda na esfera privada temos o *locus* do trabalho social e dos negócios, sendo o lugar onde os indivíduos se comunicam socialmente e se integram na divisão social do trabalho, neste espaço ocorre a socialização e o reconhecimento das capacidades e habilidades dos sujeitos, seja na empresa, fábrica ou escritório, são manifestações de características públicas, mas que permanecem no âmbito privado.

O público e o privado passam por novas transformações e ocorre uma interpenetração entre as duas esferas a partir do século XIX, pois o Estado e a sociedade se misturam em suas funções. Deste modo, verifica-se que novas dimensões para os termos *público* e *privado* que envolvem os conceitos de esfera pública e esfera privada sempre aparecem e, com eles, novos comportamentos sociais. O tempo histórico, o espaço social, a linguagem corrente, as ciências políticas e sociológicas, os debates judiciais e várias outras noções correlatas (público leitor, opinião pública, publicidade, poder público, etc.) contribuem para a multiplicidade de significados do que possa ser chamado de público e privado.

Habermas acredita que “o que é submetido ao julgamento do público ganha publicidade”. O privado está para privacidade assim como o público está para publicidade, na medida em que, por exemplo, publicar é tornar algo público, mas devido à ambigüidade do termo *publicidade* que, em certas línguas remete-nos à propaganda, alguns tradutores optam

por expressões como “espaço público” e “esfera pública” ao se depararem com o termo alemão “*Öffentlichkeit*”.

Na versão italiana, encontramos *publicità*; na francesa, *espace publique*, e na brasileira *esfera pública* correspondente à expressão *public sphere* da tradução inglesa. Todas estas variações ocorridas com as traduções alteram de alguma maneira a compreensão do termo, que tanto podem levá-lo a adquirir novas propriedades quanto a desviar-se do sentido original e esperado na obra de Habermas, que utilizava o termo “espaço público”, enquanto que a expressão “esfera pública” é mais utilizada por estudiosos norte-americanos. A escolha de tal terminologia na sua tradução para o inglês provocou uma repercussão maior entre o público norte-americano onde a escolha terminológica foi de “espaço público”. De acordo com Wilson Gomes “a expressão ‘esfera pública’ acrescenta conteúdos ou propriedades semânticas à discussão em língua inglesa, notadamente a metáfora espacial, os quais são ausentes da idéia de *Öffentlichkeit*” (GOMES, 2006, p.54). Do mesmo modo, a língua francesa também permite acrescentar sentido para a área legal, jurídica.

O termo *Öffentlichkeit* foi usado na obra de Habermas *Mudança estrutural da esfera pública*<sup>2</sup> (*Strukturwandel der Öffentlichkeit*) publicada em 1962. Nesta obra, Habermas submete a *Öffentlichkeit* a uma profunda investigação filosófica, histórica e sociológica. O termo *Öffentlichkeit* vem do adjetivo *öffentlich* e se traduz como “público”. Nesta perspectiva, a *öffentlichkeit* é basicamente publicidade no sentido de “comum a todos”. Mas o termo *öffentlich* deriva de outro adjetivo mais elementar que é *offen*, que significa “aberto”, enquanto o adjetivo “público” é derivado do substantivo “povo”. Literalmente, a *Öffentlichkeit* é a “publicidade”, que por sua vez traduz *Publizität*, termo empregado no sentido do caráter público dos debates judiciais e, de modo geral, no sentido de um procedimento que garanta acessibilidade para um público em princípio irrestrito e crítico. Deste modo, ela aparece de maneira figurada, na qual significa a propriedade comum a todas as questões que são abertas, disponíveis e acessíveis.

Habermas utiliza *Öffentlichkeit* ao referir-se a “esfera pública” e a “público” como espaços públicos que são acessíveis a qualquer um. Ele mesmo esclarece que “chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são

---

<sup>2</sup>Esta obra foi sua tese de habilitação apresentada à Faculdade de Filosofia de Marburg em 1961 e publicada em 1962 acrescida dos §§ 13 e 14. O livro foi projetado quando Habermas ainda trabalhava no Instituto de Pesquisa Social (Institut für Sozialforschung) da Universidade de Frankfurt, que nesta época era dirigido por Horkheimer e Adorno.

acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas.” (HABERMAS,1984, p. 14)

O setor público contrapõe-se ao privado, porém, neste também está abrangida a “esfera pública” propriamente dita. A esfera pública, afirma Habermas, é a “esfera de pessoas privadas reunidas em um público”, ou seja, é uma esfera pública formada por pessoas privadas. A esfera pública é fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, e em algum momento, como nos revela Gomes, ela se torna o próprio espaço público:

a *Öffentlichkeit* é a propriedade comum àquilo que é disponível, acessível, sem reservas, é a condição das coisas e fatos naquilo que neles é aberto, visível, exposto. A *esfera pública*, entretanto, antes que o domínio a que é pertinente tudo aquilo que é público, acaba sendo entendida como a arena pública, o *locus* onde se processa a conversa aberta sobre os temas de interesse comum, o espaço público. (GOMES,2006, p.55)

Este *locus* ganha uma dimensão política dentro de um espaço institucionalizado para decisões importantes, Demirovic nos esclarece que este espaço é “o espaço da política e do governo e das decisões compulsórias, onde *citoyens* podem e devem afirmar sua influência por meio de argumentos racionais.” (DEMIROVIC, 2006, p.83)

O fato de a *Öffentlichkeit* constituir-se em lugares específicos, como salões e cafés, não a restringe ao espaço, ela se estabelece enquanto o próprio discurso. O conceito, neste sentido, assume uma função crítico-normativa das práticas sociais e das instituições efetivas que podem até transformar as práticas sociais e as instituições. Na esfera pública, as pessoas podem discutir, avaliar e analisar suas idéias, esse espaço está fora do sistema, do governo, da Igreja, da escola. A partir do Estado moderno este espaço passa a ser influenciado pelas grandes corporações e pelo poder da mídia, que usam de estratégias de poder e de dominação.

Pretendemos manter ambos os sentidos para os termos esfera pública e espaço público, pois Habermas procurava com sua tese construir um tipo (ideal) e não um conceito meramente operacional. Embora ele seja reconhecidamente uma das maiores referências sobre o tema, não nos limitamos a procurar uma conceituação de significado único e definitivo, diante da complexidade das expressões associadas e correlatas. E para complementar a caracterização do âmbito da discussão que enfrentamos ficam as palavras desse autor:

A própria ‘esfera pública’ se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como a esfera da opinião pública que se contrapõe diretamente ao poder público. (HABERMAS, 1984, p.14-15)

## 1. 2 – A Gênese da esfera pública burguesa

O movimento iluminista representa o berço para a formação de uma sociedade burguesa que se constituía enquanto uma nova classe<sup>3</sup> estruturada de modo único e pioneiro em toda história: ela era privada e independente do Governo. Este período histórico foi marcado pela grande efervescência social causada pelos pensadores iluministas que, mesmo sem consciência de seu poder de transformação, conseguiram abalar as estruturas vigentes nos âmbitos político e religioso e inaugurar os tempos modernos.

Para entendermos um pouco melhor este fenômeno histórico ocorrido no século XVIII – momento em que a sociedade burguesa se estabelece enquanto uma esfera pública – recorreremos à consistente análise desenvolvida por Reinhart Koselleck<sup>4</sup> cujas referências históricas foram também adotadas por Habermas.

Naquele período, havia uma dicotomia estabelecida entre Estado e sociedade civil, de modo que cada parte defendia a sua ordem; de um lado, o domínio político, de outro o domínio moral; um não interferia de modo direto sobre o outro. Os membros da sociedade burguesa não tinham poderes políticos e não imaginavam que o domínio político seria o caminho para as revoluções latentes; pelo contrário, acreditavam que o Estado deixaria de existir e com ele todos os males políticos, o que levaria a ordem moral a assumir todos os domínios.

O público representante da ordem moral se reunia para discutir seus assuntos privados, mas sempre que o Estado Absolutista abusava de suas decisões políticas, este era submetido a pesadas críticas, que não tinham teor político, precisamente devido à especificidade do âmbito das quais elas saíam. De acordo com Habermas, “o processo crítico, que as pessoas privadas que raciocinam publicamente avançam contra a dominação absolutista, entende a si mesmo como apolítico: a opinião pública quer racionalizar a política em nome da moral.” (HABERMAS,1984, p.126)

---

<sup>3</sup> Cf. Koselleck “A sociedade burguesa que se desenvolveu no século XVIII entendia-se como um mundo novo: reclamava intelectualmente o mundo inteiro e negava o mundo antigo.” p.9

<sup>4</sup> Na sua obra *Crítica e Crise*, Koselleck apresenta uma análise detalhada sobre os acontecimentos políticos e suas conseqüências para o desencadeamento de uma crise inaugurada na sociedade européia na época do Absolutismo e mantida até os dias atuais. Porém, não é nosso interesse aprofundarmos na idéia de crise; interessa-nos, antes, a transição das sociedades secretas para os salões burgueses, ou seja, os bastidores da Revolução francesa.

A separação entre os âmbitos de domínio moral e de domínio político condiciona a crítica ao Estado e valida uma intervenção indireta do poder, pois mesmo que a esfera moral não possuísse legitimidade política, ela tinha poderes de legislação moral, conforme nos esclarece Koselleck:

A moral civil torna-se um poder público, que só age espiritualmente, mas cujo efeito é político, pois obriga o cidadão a adequar suas ações não só às leis do Estado mas, sobretudo, à lei da opinião pública. Assim, cria-se um novo acesso à distinção entre moral e política, a partir de um exemplo que, por causa da crescente influência inglesa no continente, viria a ter grande importância. (KOSELLECK, 1999, p. 55)

Apesar das limitações impostas à sociedade civil, a esfera moral tinha consciência de sua influência e de seu poder, mesmo que indireto. No entanto, esta estruturação vigente determinada por conseqüências históricas e mantidas pelo Estado começou a ser motivo de insatisfação para esses cidadãos intelectuais que já haviam conseguido o afastamento do domínio religioso para o exclusivo âmbito da moralidade. Contudo, Koselleck acrescenta que *“na medida em que os indivíduos sem poder político se desvincilham do vínculo com a religião, eles entram em contradição com o Estado, que os emancipa moralmente mas também os priva da responsabilidade, ao reduzi-los a um espaço privado.”* (KOSELLECK, 1999, p.15)

Esta divisão entre privado (moral) e público (política) provoca um conflito entre o Estado e os cidadãos emancipados, pois estes defendem sua própria autonomia moral e consideram-se suficientemente esclarecidos para decidirem sobre si mesmos<sup>5</sup> e sobre quaisquer questões que considerem relevantes para seus interesses. O fato de serem reduzidos ao âmbito privado permite que o Estado continue com sua política de caráter oculto, o que muitas vezes ocasionou prejuízos financeiros aos comerciantes burgueses que não tinham acesso direto ao exercício e decisões do Estado absolutista.

O Estado mantinha seu orçamento econômico e suas decisões políticas ocultas para a sociedade civil, mas este acobertamento, próprio do Absolutismo, provocou a união de várias camadas da sociedade em pontos de encontro livres da ação do Estado. Alguns grupos específicos começam a se reunir em sociedades secretas para conversas e debates dentro de

---

<sup>5</sup> As características apresentadas são próprias do movimento iluminista. O Iluminismo apareceu em 1784 em uma revista berlinense. O iluminismo é a saída do homem de um estado de menoridade que deve ser imputado a ele próprio. Menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio intelecto sem a guia de outro. Imputável a si próprios é esta menoridade se a causa dela não depende de um defeito da inteligência, mas da falta de decisão e da coragem de servir-se do próprio intelecto sem ser guiado por outro. *Sapere aude!* Tenha a coragem de servir-te da *tua própria* inteligência! – é, portanto, o lema do Iluminismo.

um âmbito que se restringia ao espaço privado. As ações dos cidadãos não podiam invadir o domínio do Estado, pois suas ações podiam ser julgadas pela lei e eles teriam que prestar contas. Desta forma, suas idéias e convicções permaneciam nas esferas privadas, pois, segundo Habermas, “a esfera pública ainda é obrigada a observar a prática do segredo: o seu público, mesmo enquanto público, ainda continua obrigado a ser interno”, porém, “a luz da razão que se esconde para se proteger, desvela-se passo a passo.” (HABERMAS, 1984, p. 51)

Estes grupos eram compostos por comerciantes, banqueiros, coletores de impostos e homens de negócio. Outras camadas da sociedade também faziam parte destes grupos como alguns aristocratas<sup>6</sup>, os escritores, os filósofos e os juízes; muitos membros destes grupos possuíam riqueza e prestígio social, porém nenhum deles tinha poderes políticos. Koselleck nos apresenta o seguinte quadro:

Os homens da sociedade, excluídos da política, reuniam-se em locais ‘apolíticos’ – na bolsa de valores, nos cafés ou nas academias – onde se praticavam as novas ciências, [...] ou então nos clubes, onde não podiam estabelecer o direito mas, pelo menos, podiam discutir o direito vigente; nos salões, onde o espírito podia reinar livremente, sem o caráter oficial das cátedras e das chancelarias, ou ainda nas bibliotecas e sociedades literárias, onde se dedicavam à arte e à ciência, mas não à política estatal. (KOSELLECK, 1999, p.60)

Estes locais de encontro permitiam que todos os participantes pudessem emitir livremente suas opiniões, pois todos se conheciam e se sentiam fraternalmente ligados e à vontade para exporem suas idéias. Habermas (1999, p. 08) ressalta que as sociedades secretas somente recrutavam os membros sob a base do voluntariado e praticavam uma comunicação igualitária e direcionada a decisões majoritárias. Nessas sociedades, compostas exclusivamente por burgueses, exercia-se o discurso livre e racional remetendo-se à prática dos princípios democráticos de uma sociedade futura.

Dentre os grupos pertencentes ao domínio da moral estavam os maçons. Estes esperavam um fim do Estado sem a necessidade de violência, acreditavam que apenas com suas ações morais conseguiriam garantir a liberdade e a igualdade. A maçonaria, de acordo com D’Albuquerque, com seus propósitos elevados, fazia recrudescer no povo alentadoras esperanças de melhores dias.

Estas condições sociais, marcadas pela divisão entre uma esfera privada (moral) e uma esfera pública (política), levam necessariamente à prática de uma ação invisível, que vai se tornando mais forte na medida em que a esfera moral deseja a supressão da estrutura política

---

<sup>6</sup> A aristocracia ainda possuía prestígio social, mas a riqueza estava concentrada nas mãos dos burgueses. Estas esferas de discussão privadas se formaram em substituição dos espaços de circularidade da nobreza.



do Estado. A crítica constante praticada pelo seletivo grupo de intelectuais dentro do movimento iluminista surge como consequência da estrutura interna do Absolutismo, e ela será determinante para o papel da esfera pública burguesa dentro da sociedade.

A maçonaria, principal instituição social moral da época, foi o suporte para a criação de uma esfera pública tanto na Europa quanto no Brasil. A ligação entre a maçonaria e os espaços de sociabilidade no Brasil a partir do século XVIII (1790-1889) foi reconhecida no mesmo período da efervescência dos acontecimentos europeus, de forma que aqui também se formou uma esfera pública:

A sociabilidade proporcionada pelas lojas maçônicas contribuiu para a construção e mobilização das diversas forças sociais, não só como canal de divulgação do ideário liberal, mas, sobretudo, como espaço de construção de uma cultura política marcada pela prática do debate, da representação, da elaboração de leis, da substituição do nascimento pelo mérito como fundamento da ordem social e política, constituindo-se, portanto, em esteio para a criação de uma esfera pública civil, fundamental dentro do contexto social do mundo luso-brasileiro. (BARATA, 2006 apud PIMENTA, 2007, p.30)

Os nossos intelectuais burgueses também criaram seus espaços de debates não só para discutir os ideais europeus, mas também os problemas nacionais; o movimento iluminista expandiu-se para os ares de além-mar, e somente após a abertura dos portos em 1809 e a circulação de informações no país é que, de fato, se percebeu a influência dos ideais liberais franceses, das conspirações das sociedades secretas e da consciência de classe, fatores que se refletiram no primeiro movimento de insurreição nacional em 1817, o da Revolução Pernambucana, antes da Independência nacional.

As comunidades secretas desejavam a moralização da política, o que gerou uma crise desencadeada entre a moral e a política, ou seja, entre a sociedade e o Estado, de modo que a crítica adquirisse um caráter político. O Estado Absolutista sentiu-se ameaçado e tentou intervir contra as sociedades secretas, porém não era mais possível evitar o efeito político que já dava sustentação para a Revolução. Louis Blanc confirma que “nas vésperas da Revolução Francesa, a maçonaria alcançou um poder imenso. Disseminada através de toda a Europa, ela secundava o gênio meditativo da Alemanha, agitava silenciosa a França.” (D’ALBUQUERQUE, 1946, p. 49) Neste momento começa a queda do Absolutismo.

Koselleck explica a ordem dos acontecimentos: “o Absolutismo condiciona a gênese do Iluminismo, e o Iluminismo condiciona a gênese da Revolução Francesa.” (KOSELLECK, 1999, p.12-13) A Revolução Francesa foi consequência do movimento iluminista, cuja manifestação se percebia com a politização de uma esfera pública predominantemente

literária e crítica da arte. A utilização da imprensa<sup>7</sup> também foi fator determinante para o fortalecimento destes acontecimentos, alguns membros deste movimento iluminista passaram a utilizar a imprensa para a propagação dos novos ideais pregados pelos filósofos do Iluminismo.

A maioria dos cidadãos acreditava que estavam diante de um processo transitório que os levaria a algo melhor. Havia uma crença de que as Luzes conseguiriam resolver a oposição secreta entre a sociedade e o soberano absoluto, e a legalidade moral prevaleceria diante de uma revolução que representava o progresso. A avaliação de Briggs e Burke reafirma tal postura:

No fim do século XVIII, o governo francês reconheceu a opinião pública como uma entidade que necessitava ser informada; ao fazer isso, ajudou a oposição a derrubar o Antigo Regime; dessa maneira, a Revolução pode ser descrita como a continuação do Iluminismo sob outra forma. O apelo à razão, personificada como deusa, e aos 'direitos do homem', tratados como universais, seguiam as tradições do Iluminismo. Os philosophers eram venerados. (BRIGGS & BURKE, 2006, p.103)

Os ideais iluministas e seus filósofos foram de imensa valia para a construção da consciência crítica burguesa que precedeu a Revolução e contribuiu para a formação do Estado moderno. A imagem que era apresentada a todos era a de que o Esclarecimento traria uma maior dignidade e um propósito mais puro aos cidadãos; a idéia de *progresso* prevalecia sobre a aparente *crise*.

A esfera pública se forma como uma categoria histórica da sociedade burguesa em contraposição ao poder totalitário, lutando pelo estabelecimento de um Estado de direito que assegure, por leis e sanções, a circulação de mercadorias, a liberdade nos negócios e a liberdade formal do trabalho, sem a interferência do Estado. Também faz parte dos seus interesses, a garantia de transparência da administração política, ação que combatia a postura histórica do Estado de manter em segredo a vontade do rei ou imperador, defendendo, portanto uma política sem segredos. A publicidade crítica baseada na razão surge em oposição àquela publicidade representativa feudal.

Habermas afirma que tanto na Alemanha quanto na França, predominava “uma politização da vida social, a emergência da imprensa de opinião, a luta contra a censura e pela liberdade de opinião caracterizavam a transformação da função da rede de comunicação pública em plena expansão até meados do século XIX.” (HABERMAS, 1999, p. 8)

---

<sup>7</sup> Uma análise mais aprofundada sobre o papel da imprensa será feita na terceira seção deste capítulo.

A publicidade da opinião pública revela a condição da vida social, ou seja, quando as idéias, informações e opiniões começam a ser tratadas abertamente, elas contrapõem a “idéia de fechamento, de clausura, de proteção, de modo que teríamos, de um lado, a abertura e a disponibilidade e, do outro, a reserva, a discrição, o recato, a oclusão, o segredo.” (GOMES, 2006, p. 52)

A abertura representava um progresso para a elite burguesa que lutava pela transparência do Estado. Neste período, um membro destas organizações secretas, Thomas Payne, decide publicar em seu jornal *The Crisis* os acontecimentos de 1776 a 1783. As opiniões que eram somente privadas atingem um caráter público. A publicação de um livro de Raynal, também membro destas esferas privadas, atinge 54 reedições com sua obra para um público francês. Estes fatos levam Koselleck a afirmar que “o segredo, há tanto tempo oculto, finalmente veio à luz.” (KOSELLECK, 1999, p.157) A revelação dos debates ocultos contará com o auxílio deste novo meio de comunicação, o jornal<sup>8</sup>, que surge também como um meio de influência no poder.

A opinião pública até então era exposta somente em espaços privados, com muito sigilo e sem pretensões políticas. A partir do desenvolvimento da imprensa escrita, ela passa a assumir função política e sua influência recai sobre o Parlamento inglês, conforme analisa Briggs e Burke:

Os impressos também foram importantes para atrair pessoas e para a conseqüente ampliação da esfera pública. Em 1641, estavam em circulação mais de 20 mil cópias do Grande protesto do Parlamento contra o regime de Carlos I. Relatórios dos debates na Câmara dos Comuns, impressos pela primeira vez, aumentaram a audiência dos discursos parlamentares. A discussão das petições por escrito contribuiu para a cultura democrática, já que elas eram uma forma que as pessoas comuns tinham de participar da política mais ativamente do que antes, exercendo algum tipo de pressão sobre o Parlamento (BRIGGS & BURKE, 2006, p. 96).

A imprensa surgia com a simples função opinativa, mas as publicações de jornais e revistas propiciavam a ampliação de uma crítica política, que acontecia com a leitura dos jornais em voz alta nos cafés e que provocava grandes discussões e críticas ao poder político. Na França, a formação da esfera pública ocorreu um pouco mais tarde que nos outros países,

---

<sup>8</sup> A impressão tipográfica foi uma das maneiras de se produzir jornal, mas não a única. [...] o jornal impresso somente surgiu por volta do ano 1600, um século e meio após o advento da máquina tipográfica, inventada na Europa em meados do século XV. Todavia, neste período de cento e cinquenta anos durante o qual a tipografia esteve imprimindo somente livros, houve jornais, só que feitos a mão, as chamadas ‘gazetas manuscritas’. É bem verdade que o jornalismo multiplicou enormemente sua influência depois que se tornou tipográfico (COSTELLA, 2001, p.15).

o que se atribuiu ao controle sobre a imprensa durante o reinado de Luís XIV, como apresenta Briggs e Burke:

Na França, por exemplo, a Fronda foi seguida pelo longo reinado de Luís XIV (que exerceu o poder de 1660 até 1715), em que a mídia era controlada, e mínima era a crítica pública ao regime. A situação mudou, no entanto, durante o século XVIII, e nenhuma história da mídia pode deixar de citar o Iluminismo francês, parte do movimento europeu de educação, crítica e reforma (BRIGGS & BURKE, 2006, p.101).

Na Alemanha, a política de censura de uma esfera pública política vai até 1848. De acordo com Habermas, a censura só consegue “entusiasmar ainda mais a literatura e a crítica de arte na contracorrente da politização.” (1999, p. 8) De qualquer forma, as associações que se formaram deste movimento foram muito importantes devido às suas formas de organização. Novos acontecimentos serão desencadeados a partir desta emergente imprensa escrita, aqui se encontra apenas o germe da mudança estrutural da esfera pública.

### 1. 3 – O desenvolvimento da esfera pública burguesa

A tese defendida por Habermas em *Mudança Estrutural da esfera pública* delimita-se na análise do desenvolvimento social e político de um tipo ideal de esfera pública burguesa. A esfera pública burguesa<sup>9</sup> aparece plenamente constituída no final do século XVIII e início do século XIX após a queda do Absolutismo e o surgimento do Estado moderno; ela segue o modelo liberal da época que teve sua origem a partir dos contextos históricos próprios aos acontecimentos da Inglaterra, França e Alemanha.

A concepção de Habermas sobre um tipo de esfera pública encontra na obra de Kant sua maior sustentação. Kant desenvolve uma distinção entre o uso privado e o uso público da razão. O uso público da razão depende da capacidade de discernimento dos indivíduos e da competência comunicativa e corresponde ao interesse universal enquanto que o uso privado se mantém na esfera privada juntamente com os desejos restritos de família e de propriedade. O esclarecimento estaria reduzido à esfera pública, na qual o homem agiria de acordo com as normas do discurso, sendo que na esfera privada ele seria obediente e servil. Este duplo papel propulsiona o homem a sair da sua minoridade para a maioria, ou seja, o homem sairia de

---

<sup>9</sup> Embora reconheça a existência de uma esfera proletária que foi reprimida no processo histórico, Habermas preferiu excluí-la da sua investigação. Desta forma, a atuação de uma esfera pública proletária será tratada em outro momento deste trabalho com referências teóricas discutidas por Oskar Negt e Alexander Kluge.

uma condição de heteronomia para uma condição de autonomia, de modo que prevaleça unicamente o uso da racionalidade. Contudo, o pensamento de Kant se forma sobre um universal abstrato que não corresponde com os elementos concretos da esfera pública burguesa.

A constituição da sociedade burguesa na Idade Média européia a partir do desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa permitiu a formação de uma categoria de esfera pública. Segundo Habermas, “uma esfera pública crítica de discussão de dimensão restrita foi formada na Alemanha”. Esta categoria de esfera pública surge no espaço de mediação entre a esfera privada e o Estado, e caracteriza-se pela discussão livre e racional e, originalmente independente do exercício da autoridade política. Este espaço recentemente criado possui, como afirma Habermas, interesses peculiares.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p. 42).

A esfera pública burguesa está ancorada no surgimento do Estado moderno, período em que ocorre o desenvolvimento do modo de produção capitalista industrial próximo da superação de sua fase mercantilista. A esfera pública exige do governo um espaço privado no qual ela possa discutir sobre o intercâmbio de mercadorias e de notícias (bolsa, imprensa) além dos negócios particulares, sem perder a sua independência em relação ao Estado, porém exigindo que ele seja transparente e aberto em suas decisões.

A esfera pública não apresenta interesses no poder político, estabelecendo-se apenas enquanto um autêntico público de debates, cujos discursos críticos referem-se a temas considerados de interesse comum. Ela se constitui inicialmente enquanto uma esfera pública literária (*literarische Öffentlichkeit*) livre de pretensões políticas, cuja formação ocorreu puramente por afinidades morais e interesses intelectuais. Habermas explica a formação destes espaços:

Enquanto a burguesia, por assim dizer excluída dos postos de comando no Estado e na Igreja, assumia pouco a pouco todas as posições-chave na economia, enquanto a aristocracia compensava esta superioridade material por meio de privilégios da realeza e uma ênfase proporcionalmente rigorosa na hierarquia da vida social, aí a nobreza e a grande-burguesia dos banqueiros e dos burocratas que assimilava a ela se encontravam com a ‘intelectualidade’ como que em pé de igualdade (HABERMAS, 1984, p.49).

A esfera pública de pessoas privadas formada por intelectuais, prestadores de serviços, alguns aristocratas e homens de negócios foi sendo ampliada até se tornar predominantemente formada por cidadãos burgueses, que adquiriram, com a formação estatal, esta liberdade de discutir suas questões privadas em lugares restritos. Este público se reunia para discutir sobre o mercado (os capitalistas) e sobre outros assuntos relacionados à arte e à literatura (intelectuais) havia, pois, um combinação de interesses e preferências.

Este público encontrava-se na cidade, lugar de concentração dos burgueses após alguns redirecionamentos dos locais de encontro e de conversa. Inicialmente, os pontos de socialização entre as pessoas privadas ocorriam nos castelos da aristocracia, em seguida foi para os burgos, e na medida em que o público aumentava havia uma realocação dos pontos de encontro, atualmente reuniam-se mais precisamente nos salões e cafés, locais comumente apropriados para comensais, como afirma Habermas:

A 'cidade' não é apenas economicamente o centro vital da sociedade burguesa; [...] ela caracteriza, [...] uma primeira esfera pública literária que encontra as suas instituições nos coffee-houses, nos salons e nas comunidades de comensais. Os herdeiros daquela sociedade de aristocratas humanistas, em contato com os intelectuais burgueses que logo passam a transformar as suas conversações sociais em aberta crítica, rebentam a ponte existente entre a forma que restava de uma sociedade decadente, a corte, e a forma primeira de uma nova: a esfera pública burguesa. (HABERMAS, 1984, p. 45).

Os lugares de encontro eram importantes para o desenvolvimento do debate, *a priori* qualquer cidadão tinha acesso a estes lugares e poderia participar das discussões. No entanto, somente uma camada elitizada da sociedade frequentava tais lugares, fato que contraria o princípio de universalidade de acesso defendido pelo público burguês.

Do mesmo modo acontecia com a aparente desconsideração do poder econômico e da classe social do público envolvido. A idéia que se estabeleceu era a de considerar apenas a boa argumentação, fato que também difere da prática, pois, além da igualdade de status dos participantes, os grupos são apontados como exclusivamente masculinos, educados, intelectualizados e economicamente favorecidos em relação a quaisquer outras camadas sociais. Demirovic apresenta algumas considerações sobre as idéias discutidas nestes espaços públicos e da determinante presença masculina:

No pólo público encontram-se idéias como liberdade, democracia, racionalidade e universalidade, discussão, interação social, decisão, vontade e autoridade. Essas propriedades são reservadas àqueles que ocupam esta parte do espaço simbólico, ou seja, homens. (DEMIROVIC, 2006, p. 86)

Com a exclusão das mulheres e dos operários em seus debates, fica clara a contradição do princípio burguês que defendia a participação aberta a todos. Tais condições reforçam a negação de espaço público aberto a todos, o que nos leva a concluir que seja possível reduzir a constituição da esfera pública a três critérios: a formação cultural, o gênero e a propriedade – que remetem a status social.

As classes mais baixas não possuem propriedades, geralmente não obtiveram uma boa formação intelectual e também não têm poderes políticos. Embora o poder político também não esteja no domínio da esfera pública burguesa, ela possui uma participação indireta sobre ele. Até então, a crença que se tem é de que o proletariado atua sob a pressão da necessidade e do trabalho, e assim não teriam os trabalhadores disposição nem oportunidade de se preocupar com as mesmas questões que as pessoas instruídas de classe mais alta.

Um processo que se torna característico da esfera pública burguesa resulta da transformação da cultura em mercadoria.<sup>10</sup> Do mesmo modo que produtos culturais estão no mercado, os objetos de discussão também podiam ser acessíveis a todos. Houve apropriação dos conhecimentos filosóficos, literários e das artes. Há uma similaridade entre o consumo de bens materiais e culturais, como nos apresenta Habermas:

Interesses psicológicos também dirigem o raciocínio que se inflama nos espaços culturais tornados públicos: na sala de leitura ou no teatro, em museus e concertos. À medida que a cultura assume forma de mercadoria, [...] pretende-se ver nela o objeto próprio de discussão e com qual a subjetividade ligada ao público entende a si mesma (HABERMAS, 1984, p. 44).

Da mesma forma que se vendiam as mercadorias, as idéias e os bens culturais também estavam sendo vendidos. Ocorre nestes espaços a acessibilidade nas discussões sobre assuntos que antes eram debatidos apenas pela Igreja ou pelo Estado. A exposição destes assuntos se torna acessível a todos os participantes dos debates que dispunham da capacidade de questionamento e críticas. Habermas mostra que:

Por um lado, a filosofia só é possível como uma filosofia crítica, enquanto que a literatura e a arte só são possíveis ligadas à crítica literária e à crítica de arte; nos ‘jornais e revistas de crítica’, aquilo que as obras criticam chega, afinal, à sua própria culminância. Por outro lado, só mediante a apropriação crítica da filosofia, da literatura e da arte é que também o público chega a se esclarecer. (HABERMAS, 1984, p. 58)

---

<sup>10</sup> A pesquisa de Habermas, orientada por Wolfgang Abendrot no final dos anos 50 e defendida em 61, teve uma visível influência de Adorno com seu importante conceito de Indústria Cultural.

Até esse momento a esfera pública burguesa ainda apresentava todas as características de uma esfera pública literária formada por um público erudito de leitores de livros, jornais e revistas. A partir do século XVIII esta esfera passa por uma refuncionalização quando o público literário começa a tomar novos posicionamentos diante do exercício do Estado. O protesto diante de questões políticas confere à esfera pública burguesa uma nova função e os assuntos do Estado tornam-se recorrentes nas discussões desta esfera que deseja uma participação publicamente relevante. Alguns fatores importantes influenciaram no movimento da esfera pública com intenções políticas: a criação do Banco da Inglaterra, o fim da censura, ou seja, liberdade de imprensa e as cartas que deram origem aos editoriais. Tais acontecimentos favoreceram a formação de um público pensante que, além de ler e escrever, também votava e discutia sobre política.

De acordo com Habermas, a esfera pública literária adquire função política quando o seu público burguês, antes restrito dentro de uma estrutura do Estado, supera a divisão entre Estado e sociedade. Ele defende que “a idéia de uma auto-organização, canalizada pela comunicação pública entre os membros livremente associados da sociedade, exige (em um primeiro sentido) que seja ultrapassada essa divisão entre Estado e sociedade.” (1999, p.13) Somente pela auto-organização, o poder do Estado pode ser transformado.

As mudanças na sociedade civil burguesa exigem que a atividade econômica privatizada oriente-se por um intercâmbio mercantil mais amplo, induzido e controlado publicamente. A esfera privada da sociedade, de acordo com Habermas, tornou-se publicamente relevante e a esfera pública passa a submeter as decisões da autoridade estatal à crítica racional. No sentido moderno, a expressão esfera pública está ligada à esfera do poder público.

A esfera pública, agora política, reivindica o direito de incorporar a publicização dos ordenamentos de poder estatal que envolvem a relação entre Estado e sociedade, ou seja, ela reivindica a prestação de contas do Estado em público. Diante das decisões políticas do Estado, a esfera pública reage e desenvolve uma consciência crítica em relação às políticas deste poder. A esfera pública, a partir do século XVIII, assume assim funções políticas que se articulam para que o intercâmbio de mercadorias e o trabalho social se emancipem. Habermas esclarece o novo papel da esfera pública política (*Politische Öffentlichkeit*):

A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de autmediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades. O pressuposto social dessa esfera pública ‘desenvolvida’ é um mercado



tendencialmente liberado, que faz da troca na esfera da reprodução social, à medida do possível, um assunto particular das pessoas privadas entre si, completando assim, finalmente, a privatização da sociedade burguesa. (HABERMAS, 1984, p. 93)

Uma esfera pública política emerge de uma esfera constituída de indivíduos particulares publicamente reunidos para submeter as decisões da autoridade do Estado à crítica racional e com isto garantir a regulamentação da sociedade civil. Apesar das novas intervenções políticas da esfera pública burguesa, ela continua com aquelas características literárias da sua formação, porém, focalizada na instância de deliberação política. Conforme afirma Habermas, “a esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade” (HABERMAS, 1984, p. 46).

A esfera pública corresponde a uma emancipação política da sociedade civil burguesa em relação à regulamentação mercantilista e ao regime absolutista, que assume o seu antagonismo diante das autoridades constituídas. Inicialmente, sua função política procura fazer convergir os interesses dos proprietários privados com a liberdade individual.

A esfera pública política articula-se em oposição ao Estado e, de acordo com Habermas, ela aprende a se auto-afirmar, “ou seja, afirmar a opinião pública como única fonte legítima das leis. No transcurso do século XVIII, a opinião pública já pretenderá ter competência legislativa para aquelas normas que devem a ela mesma o seu conceito polêmico-racionalista” (HABERMAS, 1984, p. 71)

A publicidade do poder gera como conseqüências a democratização do Estado a partir da institucionalização da esfera pública, onde o poder do Parlamento e da Corte passam a reportar-se à opinião pública, que assume um caráter social de opinião coletiva. O Parlamento representava o espírito da democracia liberal e, acompanhado da opinião pública, garantiria a manutenção e a ampliação das garantias constitucionais inseridas pelo Estado de Direito.

A opinião pública, na análise feita por Habermas, desempenha um relevante papel dentro da esfera pública burguesa por ser *a priori* a portadora e a difusora do esclarecimento. Esta opinião pública defendida pela esfera pública política contrapõe-se à opinião comum<sup>11</sup> e à opinião do Governo que se limita a critérios institucionais representados por partidos políticos. De acordo com Habermas, a opinião pública está relacionada à publicidade;

---

<sup>11</sup> Habermas (1984, p.110) apresenta os diversos sentidos de opinião que difere de opinião pública. *Opinião*: juízo sem certeza, não plenamente demonstrado, equivale a *doxa* de Platão. *Opinião*: reputação, a consideração, aquilo que se coloca na opinião dos outros, incerteza, que passa pelo teste da verdade através do modo de ver da multidão. *Opinião* para o público pode ser mero palpite ou reputação. *Opinião* para Hobbes equivale a estado de consciência e consciência moral. Afirma também (283 § 25) que opiniões de grupos não se qualificam como opinião pública e nem cobrem o abismo entre a ficção do Direito Público relativa à opinião pública e a dissolução de seu conceito em termos de psicologia-social.

publicidade por sua vez, pode ser entendida em dois sentidos: publicidade e “publicidade”. A publicidade seria uma opinião não pública e assume uma posição manipulativa, enquanto que a “publicidade” equivale à opinião pública e assume uma posição crítica.

O duplo sentido para o termo publicidade permite dois significados para a opinião pública consoante Habermas: o primeiro seria o de uma instância crítica em relação à “publicidade” no exercício do poder político e social normativamente exigida; o segundo corresponde a uma instância receptora na relação com a publicidade difundida de modo demonstrativo e manipulativo. Neste caso é utilizada para pessoas e instituições, bens de consumo e programas.

A opinião pública pode, tanto contribuir para um debate crítico quanto ser um meio para a dominação. Contudo, uma opinião rigorosamente pública só pode se estabelecer à medida em que ambos os setores de comunicação (público e privado) passam a ser intermediados pela publicidade crítica. Tal mediação é possível por meio da participação de pessoas privadas num processo de comunicação formal conduzido através das esferas públicas internas às organizações. A esfera pública burguesa, por ser constituída por um público leitor, pensante e formador de opinião pública, se considerava no direito da conseguir a publicidade das suas opiniões públicas. Habermas esclarece:

em função das intervenções públicas na economia doméstica privatizada é que se constitui, finalmente, uma esfera crítica [...] a referida zona de contato administrativo contínuo torna-se uma zona ‘crítica’ também no sentido de que exige a crítica de um público pensante. O público pode aceitar esta exigência tanto mais porque precisa apenas trocar a função do instrumento com cuja ajuda a administração já tinha tornado a sociedade uma coisa pública em sentido estrito: a imprensa (HABERMAS, 1984, p. 39).

Ao discutir os artigos de jornal, o público pensante julga a literatura, as políticas governamentais e as leis, e a partir destas críticas ele estabelece seu direito de exercer influência sobre todos estes âmbitos.

Esta nova esfera pública política é recebida por Habermas com certo entusiasmo, pois ele acredita no avanço da função política de uma esfera advinda de um âmbito intelectualizado com consciência de seu papel crítico. A esfera pública para Habermas representa o *locus* de crítica contra os abusos do Estado e o único lugar para se desenvolver a vontade e a opinião democrática visto que, através das rodas de discussão pode-se racionalizar o exercício do poder.

Porém, a expansão dos debates sobre cultura e a publicidade nos jornais, até então considerados por Habermas como um autêntico espaço de discussões, será alvo da Indústria cultural, e a comunicação vai se elevar a proporções amplas de comunicação de massa a ponto de ser a causadora da decadência da esfera pública.

#### 1.4 – Do salão para o jornal – Mudança estrutural da esfera pública burguesa

O espaço público estabeleceu-se, em seguida transformou-se. Habermas percebe a mudança estrutural ocorrida na *Öffentlichkeit* quando a imprensa - que atuava como veículo da opinião produzida nos espaços públicos de debate, confronto e convívio - passa a ser produção de opinião em si mesma. A imprensa, que até então era apenas parte do contexto social, passou a ser o elemento principal para divulgar e defender os interesses burgueses; o que faz com que o espaço público saia dos salões e cafés para os jornais impressos.

A imprensa aparece atuante na Europa por volta da metade do século XVII concomitantemente ao surgimento do Estado moderno, do capitalismo e da burguesia. Surge com a tarefa de publicar e transmitir informações, notícias e opiniões que até então eram transmitidas por comunicação oral, por “gazetas manuscritas” ou cartas privadas através do uso do correio. Além disso, a nova sociedade comercial capitalista necessitava de trocas de informações comerciais, e até então estas se mantinham no âmbito privado; com o advento da imprensa a transmissão de informações torna-se pública. Como diz Habermas, “torna-se por sua vez acessível ao público em geral.” (HABERMAS, 1984, p. 30)

A dicotomia entre público e privado é superada por sua interpenetração, e a imprensa de informação adquire uma estrutura de opinião. De acordo com Habermas o limiar entre a esfera privada e a esfera pública não é definido através de temas ou relações fixas, porém através das modificações das condições de comunicação.

A interpenetração modifica as bases da esfera pública burguesa ao ocupá-la por associações e partidos que negociam diretamente com o poder público. A participação crítica passa a ser plebiscitário-aclamativa, conforme o princípio de publicidade dominante. Contudo, as mudanças devem continuar mantendo a intimidade de um lado e a publicidade de outro, porém elas não isolam simplesmente a esfera pública da esfera privada, e sim canalizam o fluxo de temas de uma esfera para a outra.

Nos espaços de comunicação oral havia discussões políticas entre públicos organizados dentro de um espaço público de debates. Os jornais aparecem para fomentar estas discussões e ampliá-las para outros públicos que também terão acesso às discussões políticas. Como acrescenta Habermas, “quando, em 1709, Steele e Addison publicaram os primeiros números do *Tatler*, os cafés já eram tão numerosos, os círculos dos frequentadores dos cafés já eram tão amplos que a coesão desse círculo multiforme só podia ser mantida através de um jornal” (HABERMAS, 1984, p. 58).

As primeiras publicações atingem a camada dos cultos leitores burgueses que se reuniam para discutir literatura e arte, e a imprensa passa a ser o meio de comunicação para a formação de opinião pública da esfera pública burguesa. O jornal impresso configura o espaço para debates críticos juntamente com os anúncios e a publicação de cartas comerciais. Em 1711 aparece o jornal *Examiner* e, em 1785, o *Times*, ambos na Inglaterra.

Com este novo meio de comunicação a opinião pública deixa de ser apenas estruturada pelo modelo oral da presença física para estabelecer-se também como uma estrutura textual da não presença, pois o debate amplia-se para além dos limites físicos e presenciais. Ao reconhecer o poder da mídia – jornais impressos, canais de rádio e televisão – o Estado submete-a aos trâmites políticos, assim, a imprensa continua fazendo a mediação de uma esfera pública politicamente ativa, porém, vigiada pelo Estado.

As empresas jornalísticas consolidadas mantinham em suas redações aquela liberdade que era característica da comunicação das pessoas privadas enquanto um público. Uma imprensa se desenvolvia a partir da politização do público, não sendo mais um mero órgão de transmissão de informações. No seu início, a imprensa não possuía interesses econômicos, por isto era livre de qualquer coação, caracterizando-se como a imprensa das opiniões que saíam dos salões, dos cafés, das sociedades fechadas para as revistas e jornais. No entanto, como todo produto que entra no mercado, a imprensa se torna manipulável e passa a ser instrumento da cultura consumista. Assim, a esfera pública se modifica mediante os interesses privados e a imprensa que antes só podia intermediar e reforçar o raciocínio das pessoas privadas reunidas em um público passa a ser manipulada através dos meios de comunicação de massa, tornando-se elemento publicitário gerado pela própria crítica.

O desenvolvimento da imprensa implicou no aumento do público de leitores e conseqüentemente no crescimento da produção de livros e de publicações em jornais, revistas, folhetins, assim como de lugares propícios para a leitura. A informação torna-se mercadoria e passa a ser útil também para a Administração, a qual lhe confere o caráter de público. Estas mudanças são avaliadas, e segundo Eco:

A fabricação de livros tornou-se um fato industrial, submetido a todas as regras da produção e do consumo; daí uma série de fenômenos negativos, como a produção de encomenda, o consumo provocado artificialmente, o mercado sustentado com a criação publicitária de valores fictícios. (ECO, 2004, p. 50)

A imprensa perde seu poder de crítica e passa a ser consumidora da cultura e da opinião pública que se transformou em mercadoria nos jornais. A publicação de uma opinião crítica perde espaço neste meio publicitário, e a cultura de massificação leva o seu público à troca de opiniões sobre artigos de consumo, submetendo-o a um contínuo treinamento consumista.

De acordo com Habermas, a disponibilidade despertada nos consumidores é mediada pela falsa consciência de que eles, como pessoas privadas que pensam, possam contribuir de um modo responsável na formação da opinião pública; porém, um *consenso* fabricado não leva à opinião pública. O interesse geral, que seria a base concreta para se chegar a uma concordância racional de opiniões em concorrência aberta, desapareceu exatamente à medida que interesses privados privilegiados a adotaram para si a fim de se auto-representarem através da publicidade, pois “a publicidade consegue imitar aquela aura de prestígio pessoal e de autoridade supra-natural que antigamente era conferida pela esfera pública representativa com seus representantes”. (HABERMAS, 1984, p. 229)

Contudo, o público de jornais, por sua própria condição de leitor, possui uma característica diferenciada do público de outras mídias, desta forma, não se pode generalizar a massificação desta mídia, embora a imprensa tenha adotado o caráter industrial. Consoante Eco,

a indústria editorial distingue-se [...] pelo seguinte: nela se acham inseridos homens de cultura, para os quais o fim primeiro (nos melhores casos) não é a produção de um livro para vender, mas sim a produção de valores para cuja difusão o livro surge como o instrumento mais cômodo. [...] ao lado de ‘produtores de objetos de consumo cultural’, agem ‘produtores de cultura’ que aceitam o sistema da indústria do livro para fins que dele exorbitam. (ECO, 2004, p. 50)

O jornal, no máximo, exerce influência, pois permite que o sujeito leia os artigos publicados e pense a respeito, enquanto que o rádio e a televisão são meios mais influentes por realizarem uma comunicação direta com o indivíduo, de modo imediato e de impacto direto ao sujeito.

Isto fará com que Habermas, após expor a decadência deste público crítico, tente recuperá-lo de modo que ele deflagre um processo crítico de comunicação pública. Em suas obras posteriores à *Mudança estrutural de esfera pública*, ele desenvolverá sua teoria de participação democrática, a qual busca normas de legitimação institucional para a deliberação política no poder político.

Atualmente estamos presenciando um momento histórico no qual a esfera pública passa por novas transformações estruturais nas relações sociais e políticas devido a vários fatores: o desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação, a globalização, a assimilação crescente da informação, a centralização reforçada em todos os domínios, o declínio da vida associativa liberal dos espaços públicos locais, etc. Veremos sobre isto mais adiante.

### 1. 5 – Da mudança estrutural à decadência da esfera pública burguesa

O período liberal acabou em 1875, em vista da crise que se abateu nos mercados internacionais. O modelo liberal é um modelo de economia do comércio em pequena escala, de trocas horizontais entre proprietários individuais em que a livre-concorrência e os preços independentes poderiam evitar a concentração de poder que permitisse a desigualdade entre os participantes. As trocas no século XIX já não eram horizontais, nem estava em prática um comércio de pequena escala. Tinha se formado uma comunidade vertical que englobava o Estado, o capital e o consumo em massa. Por esta razão, a crise econômica abateu-se em diversos mercados.

Da mesma forma, a implantação de um sistema comunicativo vertical, que perpassa toda a sociedade e reduz os espaços horizontais de interação entre cidadãos, limitou o espaço deliberativo e de comunicação participativa. Esta interpretação pode ser apoiada por Adorno e Horkheimer no que diz respeito ao poder crescente da Indústria cultural e que aponta também para a materialização de uma sociedade mais técnica e submetida à dominação. Na visão de Habermas, a cultura burguesa perde a dimensão crítica, o receptor deixa de ser visto como produtor e crítico e passa a ser mero consumidor, tal condição leva as pessoas à receberem a notícia como mercadoria sem que haja uma maior reflexão sobre os problemas e a realidade em que vivem.

O desenvolvimento do capitalismo mercantil separou a burguesia do poder, a esfera pública liberal perde sua base social, pois há o interesse de crescimento econômico do Estado em troca de compensações sociais para garantir a lealdade da massa. A esfera pública perde

muito da sua função crítica ao perder seu espaço de público burguês restrito que lê e critica para se tornar um público de massa, que consome os produtos da Indústria cultural.

Neste contexto histórico, aparece o que pode ser chamado de opinião de massa, ou seja, a opinião pública afasta-se do contexto funcional das instituições políticas e passa a ser considerada como produto de um processo de comunicação intrínseco às massas, que não está preso nem ao princípio do uso público da razão, nem ligado à dominação política. O conceito de opinião pública moldado nas instituições governamentais não alcança a dimensão dos processos informais de comunicação, do mesmo modo que também não consegue ser inserida em uma existência marginal.

Nesta sociedade de massas, Habermas diagnostica que os indivíduos teriam se transformado de politicamente ativos em privatistas e de atores da cultura em consumidores de entretenimento, devido ao crescimento da Indústria cultural que produz e reproduz os bens culturais. Os meios de comunicação de massa conferem uma similaridade entre o consumo de bens materiais e dos culturais, e estimulam a falta de autonomia na recepção dos produtos culturais. Estes acontecimentos consolidam a mudança estrutural da esfera pública que atinge três dimensões: econômica, familiar e cultural.

A mudança na economia ocorre devido à grande depressão e ao aumento do poder social, identificado na força que os grandes proprietários e capitalistas passaram a acumular. Os bens culturais também se tornaram mais baratos, o que facilitou economicamente o seu acesso por camadas sociais mais amplas.

O âmbito familiar também é atingido e suas mudanças ocorrem na relação entre esfera social e esfera íntima. O lar era também unidade produtiva, o que a grande indústria destruiu e modificou, porém continua com seu modelo patriarcal e suas funções produtivas, porém apresenta progressiva separação do contexto funcional do trabalho social. Ela perde suas bases da economia doméstica com a dissolução da propriedade familiar para ter uma renda individual de cada membro da família. A família ideal burguesa fundada na subjetividade esperava se cristalizar em uma esfera pública literária, porém, as forças sociais sustentadas pela esfera do consumismo cultural dos meios de comunicação de massa invadem a intimidade familiar dissolvendo o espaço privado para as garantias públicas de seu status.

E, no plano cultural, as transformações ocorreram com a conversão de um público intelectual crítico da cultura em um público consumidor de cultura. Esta postura de Habermas reflete muito o pensamento de Adorno, pois defendem que, à medida que as obras filosóficas e literárias e as obras de arte em geral passaram a ser produzidas para o mercado e tornaram-

se acessíveis a todos, elas perderam a sua aura, ou seja, aquele valor sagrado próprio da obra de arte que levava à contemplação para transformarem em simples objetos de consumo.

Dentro do espaço destinado às discussões públicas originaram-se duas tendências opostas de publicidade. De um lado a publicidade crítica, responsável pela constituição da opinião pública que caminha para um crescimento da complexidade e da racionalidade da sociedade. De outro, a publicidade manipulativa, manifestação dominante que se notabiliza por dar forma à opinião não pública que se desenvolve a partir dos meios de comunicação de massa. A publicidade crítica perde sua essência e envereda pelos caminhos da propaganda; a opinião pública passa a ser manipulada pelos meios de comunicação de massa direcionados por interesses privatizados. Habermas explica estes acontecimentos, afirmando que:

O raciocínio público das pessoas privadas torna-se um número no programa dos astros do rádio e da televisão, torna-se maduro para cobrar entradas, ganha forma de mercadoria mesmo ainda aí onde, em jornadas, cada um pode ‘participar’. A discussão, incluída no ‘negócio’, formaliza-se; posição e contraposição estão de antemão sujeitas a certas regras de apresentação; o consenso na questão torna-se grandemente supérfluo devido ao consenso no procedimento. (Habermas, 1984, p. 194)

O rádio, o cinema e a televisão passam a ser veículos de entretenimento e aniquilam o tempo e o espaço da reflexão que antes era mantida nos debates da tradição literária da esfera pública e passa a comprometer a possibilidade de emancipação das pessoas. A manipulação velada da mídia esconde seu caráter de dominação, pois, como alude Negt “mostram pouco dos conflitos sociais, das necessidades e interesses dos oprimidos, mas muito mais através de uma manipulação sutil e específica dos mecanismos destes mídia.”(NEGT, 1984, p. 34)

O processo manipulativo da mídia apresenta-se como um grave problema social, que se reflete na vida e no tempo da massa. A influência midiática e a manipulação da opinião pública afetam diretamente o comportamento das pessoas e repercutem na *dispersão* do tempo para a reflexão que poderia resultar em um agir modificado; além disso, cria necessidades e aniquila a capacidade de emancipação.

Este processo da imprensa impõe-se enquanto uma condição de interesse ideológico no qual “os agentes na sociedade são iludidos sobre si mesmos, sua posição, sua sociedade ou seus interesses.”(GEUSS, 1988, 23) Isto leva a uma forma de consciência que apóia, estabiliza ou legitima certos tipos de instituições ou práticas sociais. De acordo com Geuss:

Habermas fala habitualmente de uma ideologia como uma ‘figuração de mundo’ que estabiliza ou legitima a dominação ou a hegemonia (Herrschaft). É em virtude do fato



de apoiar ou justificar instituições sociais repreensíveis, práticas sociais injustas, relações de exploração, hegemonia ou dominação, que uma forma de consciência é uma ideologia. (Geuss, 1988, p. 28)

No entanto, Geuss defende que esta posição de Habermas não está isenta de ambigüidade, pois há uma distinção entre a função de apoiar, incentivar ou estabilizar a hegemonia e a função de justificar ou legitimar a hegemonia. A convicção da grande massa de que qualquer resistência seja inútil e fraca diante de uma classe dominante forte, poderosa e cruel pode ser uma convicção que tenha o efeito de estabilizar as relações existentes de dominação, mas isto não quer dizer que as classes dominadas estejam legitimando ou justificando a hegemonia.

A aceitação da hegemonia pode ser formada por uma ‘falsa consciência’ de que os valores, as necessidades e as vontades podem ser satisfeitas a partir das convicções de uma classe ou grupo. Isto afeta diretamente a comunicação livre e racional. Para que o debate público ocorra é preciso que haja a contraposição argumentativa, a disputa de interesses mediada pela linguagem, as interações lingüísticas competitivas sobre as matérias de interesse político coletivo. Se se perde a autenticidade, banaliza-se o debate, e inevitavelmente temos a *decadência da esfera pública*, nos moldes que ela foi originada, crítica e formadora de opinião pública.

O declínio de uma imprensa politicamente pensante, de acordo com Habermas, encaminha o público para uma condição de apenas consumidor de cultura. Ele é restringido em sua capacidade de emancipação de modo que ele nem perceba, pois a própria configuração dos jornais o reprime em uma possível produção literária. Ela reduz sua capacidade de raciocínio e julgamento devido as páginas extremamente ilustradas dos jornais. Segundo Habermas, “as tomadas de posição da redação cedem espaço às informações das agências noticiosas e às reportagens dos correspondentes; o raciocínio desaparece por trás do véu das decisões tomadas internamente sobre a seleção e a apresentação do material”. (HABERMAS, 1984, p.200-201)

A esfera pública crítica se encaminha para uma esfera pública manipulativa, na qual ocorre um devido cálculo sócio-psicológico de ofertas que são direcionadas às vontades inconscientes e que provocam reações previsíveis. A opinião pública é definida em função da manipulação dos politicamente dominantes, os desejos privados como bens materiais e comportamentos de grupos recaem na categoria de opinião pública quando são relevantes para o exercício de funções sócio-estatais a nível de governo e de Administração pública.

Para atender às reivindicações proletárias<sup>12</sup> e ao mesmo tempo manter essa classe sobre controle, o Estado intervém na política econômica. Sua intervenção contra os interesses dominantes ajuda na manutenção do equilíbrio do sistema, que não pode mais, neste momento, ser assegurado pelo mercado-livre. As intervenções do Estado são realizadas contra os interesses dominantes, porém não em função da pressão democrática do proletariado, mas pela necessidade de manter a dominação. Tudo isto reforça ainda mais a ausência de força autônoma das classes subalternas. A imprensa rompeu com aquele espaço de argumentação política e de opinião para criar um novo espaço de troca de interesses econômicos sobre questões político-ideológicas.

Os partidos políticos dispõem dos meios de coação e de formação educacional para influenciarem, de modo demonstrativo ou manipulador, o comportamento eleitoral da população. Enfim, a manipulação da publicação é a opinião pública encenada, pois ela continua a ser objeto da dominação mesmo lá onde ela seja obrigada a fazer concessões ou se reorientar<sup>13</sup>, tudo isto caracteriza a decadência da democracia. Habermas sentia a queda da esfera pública e com isto uma crise de democracia política.

A decadência da esfera pública, como nos é apresentada, revela o interesse de Habermas diante da sua avaliação sobre a capacidade de resistência e, mais ainda do “potencial crítico de um público de massa pluralista e largamente diferenciado, que transborda as fronteiras de classe em seus hábitos culturais.”(HABERMAS, 1999, p. 17) Ele expõe um déficit de racionalidade que ameaça a teoria crítica da sociedade, e por isto ele vai buscar nas pesquisas lingüísticas uma tábua de salvação.

No final de *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas apresenta um esboço de uma teoria da democracia, na qual a publicidade crítica seria a mediação das opiniões informais, não públicas e as opiniões formais, quase públicas. Esta publicidade crítica, de acordo com Habermas, só poderia ser desenvolvida no seio dos partidos e das associações democratizadas onde se formaria um espaço público capaz de recuperar a comunicação pública degenerada na esfera pública burguesa. Nestas condições, o consentimento das massas que lutam para se estabelecer compromissos de interesses e de poder não viria mais da associação livre dos indivíduos, mas sim, dos grupos coletivos organizados no seio de um espaço público policêntrico.

---

<sup>12</sup> Aprofundaremos um pouco mais sobre as reivindicações proletárias, a partir das concepções de Negt e Kluge, no próximo capítulo.

<sup>13</sup> Cf. Calhoun, Craig. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: The MIT Press. 1992. Pág. 283

Habermas, quase trinta anos depois, desenvolve os critérios para um novo julgamento da relação da massa com a informação e da política com a cultura. A esfera pública liberal foi mantida até o final do século XIX quando ocorreu o decaimento de suas funções políticas e a dissolução daqueles moldes da família burguesa. Habermas parece lamentar este fato, e em suas futuras teorias tentará recuperar estes declínios da esfera pública burguesa e construir uma teoria da democracia. Na sua obra *Direito e Democracia*, Habermas apresenta uma solução bem fundamentada e consistente para a decadência da democracia, na qual ele defende um projeto de democracia radical em que coloca a perspectiva de uma esfera pública cujo tema seja a própria possibilidade de uma esfera pública não atravessada por relações de poder.

## 2. ESFERA PÚBLICA: REPERCUSSÕES E REVISÕES DA TESE DE HABERMAS

Vários acontecimentos na sociedade civil, contrapostos ao mercado e ao Estado, fizeram Habermas repensar o conceito de esfera pública com novas categorias fundamentadas em sua teoria da ação comunicativa. A atuação e integração do proletariado ao sistema capitalista e às mídias contribuíram para que as análises de Habermas não se focalizassem somente na classe burguesa. Outras revisões foram feitas a partir dos movimentos sociais por direitos civis, como: o feminista, que questiona as bases patriarcais da esfera pública; o dos estudantes que reivindicam mudanças nas institucionais educacionais, culturais e políticas; o dos ambientalistas que defendem a sustentabilidade em função do bem estar natural; e diversos outros, que buscam também novas identidades e representam a autonomia dos movimentos, das organizações e associações.

Atualizando, portanto, a proposta de Habermas, e ampliando a função do seu conceito, qualquer tema de relevância pública, quer seja da burguesia, da classe operária ou de outros grupos, enfim, da coletividade, precisa ser submetido à discussão. No entendimento de Habermas, uma vontade individual ou de grupos não pode ser imposta, por isto, as vontades individuais precisam ser transformadas em uma vontade geral. Esta deve ser construída racionalmente. O que é determinante é o argumento racional, e não o poder e os privilégios, a classe social ou qualquer outro tipo de influência. Trata-se de construir uma opinião pública que leve a uma tomada de decisões que atendam a esta vontade geral.

### 2.1 – A esfera pública proletária em Oscar Negt e Alexander Kluge

Enquanto um grupo de intelectuais burgueses se encontrava nos salões e cafés para discutir arte, literatura e negócios, proletários se reuniam nas praças e fábricas para organizar e expressar seus motivos para uma transformação histórica nas relações de produção. Ambos os casos se caracterizam como uma esfera de pessoas privadas reunidas em um público, ou seja, *em* um espaço público.

A pesquisa sobre a esfera pública foi delimitada por Habermas no âmbito da esfera pública burguesa, que ele estilizou como um tipo ideal, para a qual desenvolveu os critérios formais de sua constituição e função. O mesmo não ocorre com Negt e Kluge, que em obra conjunta, discutem a constituição de ambas as esferas públicas: a burguesa e a proletária;

sendo a esfera pública proletária uma alternativa sobre bases teóricas materialistas. Ambas envolvem conteúdos emancipatórios, porém distintos, e cada uma destas esferas busca, com as peculiaridades que possuem, defender suas formas de integração política que extrapolam a condição de esfera privada.

As esferas privadas englobam a profissão, o lar da família, a empresa, os negócios, etc. De acordo com Oskar Negt e Alexander Kluge a esfera se torna política quando há a generalização e a reivindicação por um reconhecimento que ultrapassa a situação, sendo assim, os espaços de encontro das pessoas por si mesmas não se tornam esferas públicas e nem políticas.

Oskar Negt e Alexander Kluge, assim como Habermas, são pensadores da segunda geração da Escola de Frankfurt; mais que a pequena diferença de idade entre Habermas e os dois colegas, interessa-nos a orientação teórica e política desses autores. Eles expressam em suas obras a forte influência de Adorno, sobretudo ao adotarem a perspectiva crítica do conceito de Indústria cultural, porém, a concepção de esfera pública proposta por Negt e Kluge distingue-se da concepção habermasiana por enfatizar o processo de *produção material* que determina em última instância a configuração de todas as dimensões que compõem a vida social, inclusive a ação comunicativa.

Conforme Negt e Kluge<sup>14</sup>, a esfera pública proletária contrapõe-se à esfera pública burguesa, o que nos leva a reconhecer uma *dialética* inspirada no marxismo, na qual a esfera pública proletária não se forma num estado puro, mas numa *permanente situação de luta* com a esfera pública burguesa. Principalmente quando a esfera pública burguesa perde sua função crítica original de “elevar ao claro espaço da razão e da discussão capaz de decisão os interesses dos homens indispensáveis para a emancipação da sociedade” (NEGT, 1984, p. 31) para se inserir num contexto de dominação sobre a esfera proletária. A esfera pública burguesa mantinha seu papel de possuidora do discurso e seus interesses econômicos eram suficientes para que mantivessem o seu status de classe dominante.

A esfera pública fundamenta-se em formas de organização pública de interesses e necessidades que a torna um elemento de controle e integração política. Negt analisou as dimensões entre público e privado através da imagem do *bourgeois* e do *citoyen*: “O *bourgeois* é o homem privado, o empresário que deve defender seus interesses próprios de maneira conseqüente e com alto grau de implacabilidade, sob a ameaça de ser punido pelo

---

<sup>14</sup> Oskar Negt e Alexander Kluge tratam o tema através de uma estreita ligação entre experiência de luta e esfera pública, com a qual eles tentaram, no início dos anos 70, mostrar as condições de surgimento da “esfera pública proletária”, sua articulação estratégica e a relação de história de vida contra a “esfera pública burguesa”.

desastre econômico.” (NEGT, 1984, p. 32) Ninguém espera que este homem privado em relação ao todo defenda os interesses públicos.

Para esclarecer tal situação, Negt utiliza a conhecida máxima: vícios privados, benefícios públicos. Deste modo, o burguês se veste de *cytoen* para concentrar-se no interesse comum quando se sente ameaçado. O *cytoen* é defensor do bem comum, “ele cria as condições gerais sob as quais a concorrência privada é impedida de destruir inteiramente o equilíbrio das forças sociais.” (NEGT, 1984, p.33)

A esfera pública burguesa exerce influência política e utiliza de seu poder para efetivar seus próprios interesses, ainda que estes sejam apresentados como favoráveis aos interesses gerais. Negt nos esclarece: “ela tornou-se afirmativa, cimentando as relações de dominação e gera um cosmos fechado em si, povoado de repressões e de satisfações compensatórias.” (NEGT, 1984, p. 36)

Assim, a esfera pública burguesa funciona como legitimadora da dominação e se mantém somente se impedir ou controlar o avanço das forças produtivas e o processo de produção, fundamentais para a transformação social e que poderiam ser convertidas em aumento de poder para a esfera proletária. O modelo liberal permite que os interesses estejam sempre em conflito, por isto mantém-se uma luta sempre conduzida estrategicamente. As decisões políticas nem sempre tratam do bem-estar da comunidade, e sim das regras de manutenção e conquista do poder.

Negt e Kluge defendem que a evolução do conceito de política na trajetória da modernidade resulta no conhecimento técnico de como conseguir a estabilidade e se transformar em instrumento de poder dos indivíduos ou dos grupos. A ação política se reduz às regras de conquista de poder e da manutenção do mesmo; porém, é possível uma resignificação do sentido de política na recuperação do seu valor de uso que só ocorre quando ultrapassar os limites técnicos a que ela se reduziu e o esclarecimento do lugar social para onde ela tem se transferido. De acordo com Negt e Kluge a capacidade de discernimento é um dos requisitos para que a política assuma seu valor de uso, pois nos processos da vida prática, a ação política tem assumido o valor de troca, realizado através de uma tecnologia eficaz que não procura por agentes políticos que agem por convicção, e sim por profissionais da área.

O valor de uso, segundo Habermas orienta as ações do mundo da vida e pode ajudar na integração social de modo a impor-se contra os poderes administrativos e o capital:

Uma mudança democrática radical do processo de legitimação visa um novo equilíbrio entre diferentes poderes e o princípio de integração da sociedade, a fim de que a força de integração social da solidariedade ‘a força produtiva de comunicação’ – possa se impor contra os poderes de dois outros recursos reguladores, o dinheiro e o poder administrativo, e, assim, fazer valerem as pretensões do mundo da vida orientadas pelo valor de uso. (HABERMAS, 1984, p. 20)

Todavia, conforme Negt e Kluge, uma ação política é considerada realmente política quando obtém seu valor de uso na formação da coletividade, servindo-lhe de amparo e promovendo suas possibilidades de desenvolvimento. A coletividade inclui os indivíduos, os contextos da realidade e as reivindicações de direito particulares - quanto maior for esta conexão, mais rica ela será. Nisto inclui-se a categoria de duração, na qual todos os processos que envolvem a coletividade e a riqueza social tem prazos longos.

A ação política, para Habermas, baseia-se na legitimação política fundamentada num modelo de discurso ético, o que seria insuficiente para resolver os problemas concretos e objetivos:

Para que o político – a condição imprescindível para a superação do estranhamento – fosse produzido, faltaria uma arena na qual pudessem firmar conexões duradouras com o empírico, permitindo que os sentimentos alcançassem intensidade suficiente para se apossar da objetividade, revelando as mediações que formam o existente. Esta arena seria precisamente a *esfera pública proletária*. O apelo aos padrões abstratos que dão sustentação à ética do discurso significaria aqui um retrocesso, um expediente fadado a sucumbir à falsa consciência. (CAMPATO, 2007)

O discurso ético de Habermas constitui-se por uma *situação ideal de fala* que pressupõe situações sem conflitos ou muito bem reguladas, composta por sujeitos interessados, homogêneos e com direitos adquiridos; estas condições distanciam-se da realidade empírica formada por uma arena de antagonismos.

Enquanto a esfera pública burguesa se mantém vinculada a grandes instituições como o exército, parlamento, tribunal, rádio, televisão, e outros meios de poder, a esfera pública proletária conta, em partes, com os meios de comunicação e com a luta dos seus indivíduos para organização dos movimentos sociais através de uma expressão política pública. No meio de suas experiências construídas nas relações de produção, os trabalhadores da esfera pública proletária tomam consciência efetiva dos obstáculos que atrapalham o seu processo de emancipação.

Negt e Kluge defendem que, por maior que seja a influência e o âmbito de controle de uma esfera pública burguesa, ela pode ser confrontada por uma esfera pública proletária. Se, de um lado temos a esfera pública burguesa reunida nos clubes, salões e gabinetes,

organizada e determinada a manter o controle de seus conteúdos emancipatórios difundidos e sustentados pela mídia, devido à sua influência sobre a imprensa e sobre os meios de comunicação, por outro lado a esfera pública proletária agrupa-se em seus espaços delimitados pelas condições de trabalho como: praças, sindicatos, galpões de Igreja, sede de associação de bairros, ou seja, lugares públicos e de acessos livres, e com um mínimo de espaço nos meios de comunicação.

Historicamente, defende Negt, a esfera pública proletária sempre se formou nos lugares em que os homens sofreram necessidades materiais, espirituais ou intelectuais. Nestes espaços eles passam a discutir e a organizar em plena luz do dia os contextos importantes para suas vidas. A esfera pública proletária rompe os espaços e “converte o tempo linear que atomiza os homens num tempo de efetivas relações de vida” (NEGT, 1984, p. 37), a própria escola passa a ser espaço de organização de movimento o que é diferente do uso que a esfera pública burguesa faz dos seus espaços, os quais servem de meio para a circulação de opiniões, conhecimentos e convicções.

Conforme tese de Campato, Negt e Kluge criticam a teoria de Habermas sobre a decadência dos espaços públicos burgueses após as alegadas mudanças estruturais:

De acordo com Negt e Kluge, não seria metodologicamente oportuno seguir o caminho repleto de volteios traçado por Habermas a partir dos anos 1960 e rotular de decadência a inquestionável transformação sofrida pelo *espaço público burguês*. Embora suscitadas pela intensificação do ciclo de valorização do capital, as *esferas públicas de produção*, do ponto de vista da construção histórica de um horizonte experiencial pautado pela libertação efetiva das massas, representaria um momento dialético mais elevado. (CAMPATO, 2007, p. 186-187)

Haveria uma promessa de autonomia do indivíduo que se realiza quando houver a dissolução da ordem capitalista que se estabeleceu em contradições concretas. O objetivo do espaço público em Negt e Kluge, seria o de levar à coletividade e transformar a política em instrumento de emancipação histórica. Além do reconhecimento de interesses até então desprezados, as massas precisam fazer valer a sua capacidade de discernimento.

A esfera pública burguesa como espaço de discussão livre e racional, defendida por Habermas, e que faz a intermediação entre ‘mundo da vida’ e sistema<sup>15</sup> corresponde à matéria

---

<sup>15</sup> Habermas faz uma distinção entre Mundo da vida e Sistema. Segundo este autor, o *Mundo da vida* é o lugar de geração do entendimento comunicativo, nele expressa a criação e a sedimentação de procedimentos simbólicos, atos de fala e expressões da cultura, que pré-estruturam a ação: são elementos tomados como dados intersubjetivos pelos agentes e sujeitos falantes ao atuarem concertadamente na existência cotidiana. O *sistema* é o conjunto normativo mais ou menos explícito de regras e procedimentos que ordenam a sociedade, racionalizando, no sentido técnico, as formas de ação.



prima da política que, em Negt e Kluge, se forma com os sentimentos cotidianos, protestos e interesses das pessoas. Movimentos por direitos, emancipação e supressão de carências são necessários e só ocorrem se há a capacidade de expressão, e ainda se os agentes sociais dispõem de algo bem concreto, como um local de reunião. Em suas manifestações, indivíduos da esfera pública proletária se expressam por palavras e gestos e conseguem conquistas que talvez fossem possíveis apenas para as classes dominadoras. Reconhecer nos outros os seus próprios interesses amplia a capacidade de expressão e a possibilidade de reivindicar um reconhecimento que ultrapassa a situação.

Negt e Kluge acreditam na necessidade de expressão das reivindicações, pois estas tomam um caráter supra-individual e se constituem na substância política, para explicitar esta condição eles adotam a frase poética como lema: “uma metade do homem é a sua essência e a outra metade é a sua expressão.” (NEGT & KLUGE, 1999, p.36) Para estes autores, os conceitos perdem seu efeito se perdem suas dinâmicas. Por isto, a esfera pública proletária manifesta-se em *greves*, paradas e organiza revoluções. É seu papel expressar-se de forma a *superar o medo* do contato com as instituições e com os espaços definidos pelas classes dominantes.

A esfera pública burguesa formada por um grupo minoritário que se reduz a um estreito círculo de um público alfabetizado poderia sugerir certo enfraquecimento diante da grande esfera pública proletária que se estabelece enquanto uma maioria oprimida. No entanto, independentemente de uma quantidade mais extensa ou menos extensa de público, a esfera pública proletária, em sua busca pela emancipação, sempre “choca” com os mecanismos de dominação da esfera pública burguesa. Desta forma, Negt define a dialética afirmando que sempre que os proletários organizam espaços seus ou para si, a burguesia aparece para regular ou dissolvê-los de modo a torná-los ênicos, ou seja, espaços insuportáveis de convivência.

Um dos mecanismos de dominação viria do avanço da tecnologia. Influenciados por Adorno e Horkheimer, Negt e Kluge se preocupam com o modo como o indivíduo se defronta com a ciência, a técnica e todos os meios que a sociedade produz para a manipulação da consciência com o intuito de frear a emancipação. Negt afirma que a técnica, e estendemos para a mídia, “não vem se introduzir a articulação das necessidades capazes de emancipação e os interesses da população oprimida e empobrecida”; ou seja, a técnica não surge com o interesse de transformar as necessidades da realidade e também não visa favorecer a emancipação. Além de suprimir a “solidariedade apreensível pelos sentidos” que passa a não ser mais necessária, não havendo mais irradiação de confiança corporal. (NEGT, 1984, p. 38)

Com a utilização da mídia de massa, a esfera pública burguesa pode manter seus interesses sem precisar da mediação de contatos físicos. Contudo, a influência da esfera pública burguesa sobre a mídia não exclui a necessidade de presença física, pois mesmo Habermas defende em suas contribuições teóricas para uma esfera pública revisada, que “as esferas públicas ainda estão muito ligadas aos espaços concretos de um público presente.” (HABERMAS, 2003, p.93)

A esfera pública proletária se desenvolve através de contato corporal com as coisas e pessoas, mais do que a esfera pública burguesa. A confiança gerada através da presença física de homens nas mesmas condições de necessidades e interesses aumenta a solidariedade. Ações e pensamentos podem ser divididos através da fala, do olhar e representam a totalidade da classe oprimida que visa atingir toda a sociedade. Com o surgimento das novas tecnologias, muitas coisas mudam também para a classe proletária que pode se organizar sem o contexto corporal e fazer seus manifestos pela mídia.

De acordo com Adorno e Horkheimer, a civilização dominada pela técnica acumula riquezas e transforma em mercadorias as artes, as idéias e os valores espirituais. Este comportamento reflete o fracasso do esclarecimento em proporcionar a emancipação do ser humano. A ilusão das massas e sua conseqüente irracionalidade não são componentes de sua natureza, mas fruto de manipulação e controle provenientes do processo produtivo. Os bens de consumo oferecidos pela Indústria cultural têm como propósito estender ao tempo livre do trabalhador as mesmas relações de dominação encontradas no trabalho. As análises de Negt e Kluge mantêm-se nos moldes marxistas nos quais a divisão social do trabalho é a categoria central para se formar as relações contraditórias e a dominação das massas; portanto a saída para a libertação e emancipação da massa deveria partir das relações sociais de produção.

Habermas, entretanto, desvincula desta análise e passa a sustentar que a experiência capaz de suscitar a emancipação acontece em um campo separado da produção concreta da sociedade. O trabalho é uma atividade instrumental cuja finalidade está no domínio progressivo da natureza, e a técnica não pode ser contestada sem submeter-se a ela mesma. É preciso, pois, imunizar o poder da técnica através dos meios reflexivos. Para Habermas, a construção da subjetividade depende do distanciamento do indivíduo em relação à esfera do trabalho, distanciamento este produzido pela própria esfera pública por estar imune às contradições do trabalho.

O quadro teórico de Habermas não se refere mais a classes, que pudessem ser destinatárias de uma mensagem e que levassem a efeito a dialética do trabalho social. Deste modo, as teses marxistas precisariam ser completadas com a formação cultural e a produção

material. Assim como a tecnocracia, no capitalismo tardio, condicionou a dominação para a esfera da subjetividade, uma revolução nos moldes marxistas tornou-se mais e mais inviável nos dias atuais.

Tanto Habermas quanto Negt e Kluge acreditam na emancipação crítica dos sujeitos, porém a partir de fundamentações diferentes. De um lado, a defesa da normatização a partir de uma guinada lingüística, do outro a base material a partir de revoluções que se apoderam dos conceitos que indicam perspectivas de desenvolvimento humano em oposição à produção capitalista. Enquanto Negt e Kluge apostam na produtividade da cooperação, Habermas acredita na relação entre interação e trabalho, e defende que a fixação na noção do trabalho impede a identificação e as práticas comunicativas. Segundo Habermas, o paradigma marxista do valor-trabalho é superado pela nova relação entre conhecimento e produtividade capitalista.

Na distinção entre interação e trabalho feita por Habermas, a interação refere-se ao agir comunicativo regido por normas com validade obrigatória e o trabalho ao agir racional com respeito a fins. Seria então o agir instrumental, a economia racional que é regida por regras técnicas. A partir desta distinção, Habermas aponta uma “colonização do mundo da vida pelo sistema”, pois percebe um processo de autocoisificação do homem no qual a esfera de funções do agir racional com respeito a fins não só se torna preponderante diante do contexto institucional, como também absorve aos poucos o agir comunicativo.

Desta forma, percebe-se que o posicionamento de Negt e Kluge sobre a esfera pública proletária *não* complementa o pensamento de Habermas, mesmo que esta esfera esteja ausente nas reflexões habermasianas. A análise não foi suficiente para avançar sobre a tese inicial de Habermas que também já fora questionada a partir de outros autores críticos. As considerações sobre a constituição da esfera pública, tanto habermasiana quanto a de Negt e Kluge ainda não se focalizaram no desenvolvimento das tecnologias contemporâneas e consequentemente dos novos princípios de publicidade.

## 2.2 – A repercussão da tese sobre o “Espaço Público”, 30 anos depois

A atualidade do “espaço público” faz com que ele ainda permaneça nos debates das mais diversas áreas: Filosofia, Sociologia, Comunicação, Jornalismo, Arquitetura e Psicologia. Este tema foi discutido por Habermas e tornou-se um referencial; do mesmo modo que sua obra tem sido utilizada como um tipo de manual nos mais diversos ciclos de estudo.

Mesmo três décadas depois, a tese ainda provoca repercussões e o reavivamento recente das discussões acerca da esfera pública de Habermas fez com que ele voltasse a discutir o assunto e revisse alguns conceitos defendidos em sua obra original.

A obra de Habermas *Mudança estrutural da esfera pública* passou por algumas peripécias desde que foi publicada em alemão no ano de 1962 pela editora Luchterhand. Em 1974 ela foi traduzida para o italiano, em 1978 para o francês, em 1984 para o português<sup>16</sup> e em 1986 para o espanhol. A sua tradução para o inglês<sup>17</sup> só apareceu em 1989, quase trinta anos depois do lançamento original em alemão. Em 1990, o livro foi reeditado em sua 17ª edição alemã pela editora Suhrkamp. Para essa reedição, Habermas redige um prefácio no qual apresenta uma revisão do conceito de espaço público e responde às várias objeções feitas por críticos e divulgadores de sua obra, nas três décadas.

Na sua revisão, Habermas admite algumas mudanças na sua teoria, porém as teses centrais foram mantidas; ele confirma a formação de um público especificamente burguês na Alemanha do século XVIII que se encontrava em ambientes restritos e propícios a discussões que eram mediadas pelas suas leituras. Este público tipicamente literário e crítico de artes, de caráter hegemônico, causava fortes influências sobre a cultura e a mídia. No entanto, Habermas abandona as pesquisas sobre conexões históricas para preservar a validade de uma proposta que visa recuperar a emancipação através da formação discursiva da vontade geral.

Várias das objeções são referentes às reconstruções históricas da obra de Habermas, por não ter dado suficiente atenção às especificidades culturais ou à construção das identidades nacionais, também por não ter valorizado o peso da religião e da ciência ou por ter desconsiderado a possibilidade de conceitualizar *outras* esferas públicas. Porém, as críticas mais incisivas foram referentes ao gênero e à problemática dicotomia entre público e privado porque colocam em dúvida a validade do modelo ideal enquanto tal. Mesmo conservando a idéia principal da obra, Habermas admitiu certas “lacunas empíricas” e aceitou algumas objeções, entre elas, as que vieram de G. Eley quanto à idéia de um tipo ideal de esfera pública burguesa.

Ele explica que a elaboração de um conceito sobre um tipo ideal de esfera pública dentro de um período histórico complexo e lançando mão de fontes precárias e não muito seguras inevitavelmente poderia trazer alguns riscos. Reconhece que não existia apenas o

---

<sup>16</sup> Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, por Flávio Kothe.

<sup>17</sup> Na ocasião do lançamento da obra em sua edição inglesa foi realizado um encontro que contou com a participação de representantes de diversas áreas: filosofia, história, ciências sociais, literatura e comunicação. Dos trabalhos apresentados neste encontro resultou a publicação de uma coletânea sobre a esfera pública organizado por Craig Calhoun, na qual consta também um artigo do próprio Habermas.

público burguês, mas “públicos” burgueses, o que leva a co-existência de várias esferas públicas burguesas concorrentes. De fato, a consideração de apenas um tipo ideal e único de esfera pública pode comprometer a análise crítica proposta dentro de um cenário que possuía múltiplas esferas; qualquer exclusão nestes domínios se mostra problemática. Desta forma, o próprio Habermas procura reparar o equívoco:

Mesmo se partimos do ponto de vista de uma certa homogeneidade do público burguês (que poderia ver no interesse de classe comum – tão fracionado ele estava – o fundamento de um consenso acessível, pelo menos em princípio, para as lutas entre partidos), é errôneo empregar o termo público no singular. [...] se levarmos em consideração, desde o início, uma pluralidade de esferas públicas concorrentes e se, além disso, levarmos em conta a dinâmica do processo de comunicação que são exclusivos da esfera pública dominante, toda uma outra imagem se forma. (HABERMAS, 1999, p. 09)

As várias exclusões começam na própria esfera pública burguesa, na qual se forma um público restrito sobre condições constitutivas e não meramente contingentes. Se os ideais igualitários pressupostos nesse domínio do público não eliminam os mecanismos de exclusão, e mantém um público com as condições de ser homem, branco, letrado e proprietário, de alguma maneira os ideais utópicos modernos defendidos por Habermas não são realizados.

Além da constituição do público há as questões que envolvem a exclusão das esferas públicas proletárias. As críticas feitas por Calhoun (1992), E. P. Thompson e incluímos também Negt e Kluge (1972) entre outros autores, levaram Habermas a comentar a ausência da classe proletária e das outras esferas públicas subculturais ou particulares em sua análise sobre a esfera pública. Habermas reconhece que não tratou da esfera pública proletária, a qual ele refere-se como uma “variante da esfera pública que foi reprimida no curso do processo histórico”(1999, p. 09), porém, manteve a mesma posição defendida anteriormente de que a esfera pública plebéia “constitui o segundo plano histórico das formas modernas da comunicação pública”(HABERMAS, 1999, p. 10). No entanto, esta desconsideração com a participação plebéia nos discursos compromete o desenvolvimento do modelo discursivo de Habermas, como nos mostra Borges:

A redução [...] à esfera pública burguesa, com a declarada omissão da esfera pública ‘plebéia’, embora possa ser metodologicamente justificada, põe sob suspeita todo o paradigma discursivo, pois em sua origem que é também seu modelo – uma grande parte do auditório universal –, a espécie inibida foi concretamente excluída da discussão e da tematização. Como falar ainda de chances simétricas de participação no discurso, se o ambiente do trabalho nem se qualifica como esfera pública? (BORGES, 1997. p. 17)

A preocupação dos seus críticos vem em defesa de uma classe plebéia efervescente que comprovadamente não se apresenta omissa e muito menos distante da comunicação pública para ficar fora da discussão. E.P.Thompson mostra a formação de uma classe operária que era uma variante da classe pública burguesa, também composta por intelectuais radicais que utilizavam das condições da comunicação moderna para influenciar a cultura popular tradicional do mesmo modo que a esfera pública burguesa, porém não possuíam a hegemonia da classe burguesa.

Na análise de Negt e Kluge aparece a manifestação de uma esfera pública que faz o caminho contrário da esfera burguesa, partindo das suas necessidades vitais, porém barradas pela censura, que é um meio utilizado por quem quer manter a dominação:

Via de regra são atingidas por ela todas as formas da esfera pública de base, na qual começam a aparecer formas coletivas de organização como alternativas para o sistema existente: formas de esfera pública, portanto, capazes de exprimir diretamente interesses vitais e necessidades. Por essa razão, os reais objetos da censura são as tendências, não os fatos; as convicções, não as ações. (NEGT & KLUGE, 1999, p. 75)

A esfera pública não dominante representava uma ameaça mais pelo seu modo de organização do que pela influência que causava; o que o Estado procurava barrar era uma possível formação de opinião pública a partir da presença destas esferas nos meios de comunicação.

Uma outra objeção feita refere-se à exclusão das *mulheres* nos espaços públicos de debate. Este fato foi reconhecido e justificado por Habermas que apontou como motivo a falta de referências sobre o assunto na época de sua pesquisa, ao final da década de 50. No entanto, esclarece que as considerações feitas trouxeram-lhe um novo olhar sobre tais reivindicações de gênero:

a esfera pública burguesa se articula sobre discursos aos quais não somente o movimento operário, mas também seu outro excluído – o movimento feminista – poderia aderir para transformá-lo no interior – como também para transformar as estruturas da própria esfera pública. Os discursos universalistas da esfera pública burguesa eram situados, desde a origem, sob premissas auto-referenciais; eles não podiam ficar imunizados contra uma crítica interna (HABERMAS, 1999, p.12).

Nos espaços públicos de discussão, a participação ativa e igualitária na formação da opinião e da vontade política eram recusadas a duas categorias: as mulheres e os homens desfavorecidos (operários, camponeses, baixo-povo). No entanto, com o desenvolvimento dos

direitos democráticos, as lutas por emancipação social e as mudanças na esfera pública política, algumas exclusões, como a de classes, foram revistas, o que não aconteceu para as mulheres. Elas conseguiram uma emancipação cívica, mas *não* conseguiram mudar o *núcleo patriarcal* da esfera privada da sociedade burguesa.

Habermas apresenta tal discussão a partir do artigo de Carol Pateman em 1983, em que ela defende que a mudança estrutural da esfera pública política não atingiu a sociedade patriarcal. As mulheres conseguiram no século XX a duras penas sua emancipação cívica e uma pequena melhora no seu estatuto social, porém a condição discriminatória quanto ao gênero se manteve. Diferente dos conflitos de classes que intervêm somente no sistema econômico, as lutas das mulheres afetam o núcleo privado da esfera íntima da família restrita, questão que não era contingente (como a luta das classes desfavorecidas), mas determinada na sua estrutura e na relação com a esfera privada. Habermas até cita Carol Pateman; com quem concorda:

O patriarcado tem duas dimensões: a fraternal (pai/filho) e a masculina (marido/mulher). Os teóricos políticos podem analisar o começo desta batalha teórica como uma vitória da teoria do contrato porque eles permanecem silenciosos sobre o aspecto sexual e conjugal do regime patriarcal, que parece não político ou natural. (HABERMAS, 1999, p. 11)

Na própria educação dos filhos era mantida rigorosamente a estrutura patriarcal, os herdeiros eram preparados para “conduzir um negócio, administrando os subordinados e dirigindo sua mulher e filhos.”(DEMIROVIC, 2006, p. 83) Demirovic aponta que, como prevenção para possíveis falhas na educação caso fosse conduzida pelas mulheres, “as crianças eram submetidas à escolarização compulsória, os filhos sendo enviados a colégios internos para se socializarem desde muito jovens nos rigores da rede masculina de relações e nos costumes coletivos de sua classe.”(2006, p. 84)

Alguns estudiosos contemporâneos defendem que o movimento feminista tem conseguido transformar o fundamento de toda a opressão exercida sobre a mulher, ou seja, o patriarcalismo. Este se caracterizava, conforme Castells, pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar. A mudança do modelo patriarcal reflete em toda a organização da sociedade, da produção e do consumo passando pela política, as leis e a cultura. Ele é marcado pela origem da dominação e violência sobre a mulher, refletindo-se nos relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, na personalidade feminina.

As transformações do modelo patriarcal começaram a ocorrer após a formação de comunidades femininas e da luta pela liberdade sexual que projetam na sociedade a necessidade de se reconstruir a família a partir de uma nova base mais igualitária. Estes processos fortaleceram-se devido a alguns fatores que Castells apresenta:

As forças propulsoras desses processos são o crescimento de uma economia de informação global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado, três tendências observadas a partir do final da década de 60. (CASTELLS, 2003 p.168)

O papel da mulher na sociedade moderna não podia exceder o âmbito da esfera privada, embora lhe fossem cobradas atitudes de âmbito público. Conforme Demirovic, “elas precisam ser frugais, ordeiras e diligentes, além de, ao mesmo tempo, sensíveis afetuosas, de bom gosto e cultivadas, pois o lar pode ser também um lugar de debate público e discussão estética.” (DEMIROVIC, 2006, p.82) Reconhecia-se na mulher a sua capacidade para os debates, mas isto representava ameaça para o intocável modelo patriarcal, o que trouxe muitos obstáculos e atrasos para a sua emancipação.

Apesar de divergências sobre o que já foi conseguido e o que ainda falta para a mulher obter seu papel igualitário na sociedade, pode-se concluir que a mulher não aceita mais ser mantida apenas no âmbito privado da esfera íntima familiar para cumprir os interesses puramente masculinos, da mesma forma que não aceita as restrições de sua presença em debates políticos como acontecia na esfera pública burguesa, onde a participação da mulher era restrita à esfera pública literária, sendo vedada a sua presença na esfera pública política.

A respeito da validade do modelo do discurso racional, Habermas manteve sua posição, mas sobre bases mais universalistas e menos sociológicas ou históricas. No entanto, os artigos de McCarthy e Benhabib, que são filósofos, tomam como ponto de partida a validade do modelo de esfera pública em sua formulação atual. Em suas observações, colocam em dúvida se a idéia de discurso prático de Habermas seja um modelo apropriado para o debate político e a tomada de decisões coletivas. Quanto ao caráter ideal do discurso de Habermas, é importante reconhecer, conforme nos apresenta Borges, algumas falhas:

as chances de participar de discussões que poderiam contribuir para a solidariedade e assim para a coesão do grupo e a solução de conflitos são minadas pela distribuição realmente desigual de poder, que compromete até mesmo a posse dos equipamentos técnicos através dos quais se efetiva a comunicação. Em plena era da comunicação computadorizada, quando os eufóricos ‘navegam numa infóvia’, alguns grupos de



excluídos tem que obstruir rodovias para pressionar o governo a abrir a negociação de condições elementares de sobrevivência.(BORGES, 1997, p.16)

O modelo atual de esfera pública, tão formalizado na ética discursiva, mesmo que possa estar melhor fundamentado, parece menos sensível a problemas de diferenças culturais. Habermas pressupõe as normas discursivas ideais dentro dos grupos que foram excluídos da esfera pública devido ao gênero, etnicidade, classe ou cultura popular. Embora confirme que a esfera pública burguesa tenha sido constituída no seu início sobre as bases da dominação e da exclusão da maioria da sociedade, ele ainda defende um auto-corretivo para essas exclusões nos ideais igualitários encarnados no discurso racional dessa esfera.

Habermas explica a formação da esfera pública na qual se originam os agentes para a deliberação política:

Os núcleos privados do mundo da vida, caracterizados pela intimidade, portanto protegidos da publicidade, estruturam encontro entre parentes, amigos, conhecidos, etc., entrelaçam as biografias das pessoas conhecidas. A esfera pública mantém uma relação complementar com essa esfera privada, a partir da qual é recrutado o público titular da esfera pública.(HABERMAS, 2003, p. 86)

Atualmente o debate público enfrenta questões distintas da época da sociedade burguesa, o que o torna mais complexo. Os debates públicos da esfera pública burguesa ocorriam em espaços de socialização, onde podiam discutir à vontade sobre qualquer assunto político, pois, as decisões políticas cabiam somente à esfera política que se encontrava nos plenários dos Parlamentos. Na sociedade atual constituída por princípios de cidadania, acontecem foros de discussão pulverizados que convivem com a esfera pública ainda dominada pelos interesses dos meios de comunicação de massa e do capital. Os debates atuais perderam o face a face das discussões e dependem dos meios de comunicação de largo alcance que não possuem a neutralidade necessária para se fazer a mediação.

No prefácio, Habermas reavalia a mudança de comportamento do público; justifica que não tinha acesso às novas pesquisas da época, da mesma forma que também não acompanhou os acontecimentos importantes como as campanhas eleitorais com estratégias de marketing (Sondagens), até mesmo a televisão ele veio a conhecer somente anos mais tarde nos EUA. Segundo Habermas, “a pesquisa sobre as mídias e, sobretudo, as análises da sociologia da comunicação sobre os efeitos sociais da televisão são também importantes para o estudo das transformações estruturais do espaço público.” (1999, p. 17)

Estas relevantes experiências que podem mudar todo o olhar sobre o comportamento do público estavam apenas começando, por isto Habermas considera a incorporação da perspectiva dos estudos culturais ingleses e de pesquisas críticas sobre os efeitos da mídia para a ampliação do seu entendimento sobre os fenômenos relacionados com a comunicação de massa e suas interfaces com os processos sociais. Habermas esclarece que:

O contraste entre a primeira forma da esfera pública política até meados do século XIX e aquelas de democracia de massa do Estado Social pode, então, dessa maneira, atenuar essa oposição entre um passado valorizado de maneira idealista e um presente deformado pela crítica da cultura. (HABERMAS, 1999, p.12)

O descrédito sobre a recepção da comunicação de massa foi reconhecido e justificado pela forte influência de Theodor Adorno. Suas pesquisas empíricas sobre os estudantes e a política levaram-no a subestimar a formação escolar e sua influência sobre a mobilização cultural e o desenvolvimento da crítica. Com isto Habermas assume abertamente que o seu diagnóstico de uma evolução linear de um público politicamente ativo a um público “privatista”, de “uma racionalidade da cultura a um consumo da cultura”, é muito reducionista. Admite seu pessimismo quanto à capacidade de resistência e, sobretudo, o potencial crítico de um público de massa pluralista e largamente diferenciado, que transborda as fronteiras de classe em seus hábitos culturais.

Na sua revisão, Habermas reconhece a importância dos meios de comunicação para a constituição da esfera pública. E aponta que, da mesma forma que a comunicação pode ter uma função de influência por ser manipulatória e autoritária ao favorecer estratégias de organizações e grupos que “visam influenciar as decisões dos consumidores, eleitores e clientes das administrações, manipuladores de mídia de massa para mobilizar o poder de compra, a lealdade, o comportamento conformista” (CALHOUN, 1992, p.437), ela também pode apresentar uma função crítica ao contribuir para fazer deslanchar “processos comunicativos críticos, inclusivos e conectados horizontalmente” (CALHOUN, 1992, p. 437).

Deste modo, a natureza da comunicação de massa pode tanto ser restritiva e determinista<sup>18</sup> quanto inclusiva e discursiva. Habermas afirma que “é preciso ter em conta esses dois aspectos sem sacrificar a distinção entre processos de comunicação pública autônomos e aqueles que são vassalizados pelo poder.”(1999, p. 18) Se sua crítica anterior se

---

<sup>18</sup> A visão de Habermas sobre os meios de comunicação de massa foi inicialmente fundada no quadro teórico-filosófico da Teoria crítica e nos estudos da Escola americana behaviorista e foi reconhecida pelo próprio autor como restrita e determinista (1992, p.438).

referia ao contexto institucional das mídias e sobre o contexto cultural da recepção, que era de indivíduos não críticos e consumistas, ele agora reconhece o potencial de crítica e de seleção de um público capaz de preservar suas diferenciações internas e sua pluralidade, diante da pressão cultural dominante da mídia.

A confiança de Habermas em um potencial crítico do público foi recuperada através do desenvolvimento de uma ação comunicativa que se estabelece no seu novo conceito de esfera pública que “constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da comunicação cotidiana.” (HABERMAS, 2003, p. 92) A esfera pública se reproduz no domínio de uma linguagem natural que confere compreensibilidade geral do agir comunicativo cotidiano baseado na liberdade comunicativa concedida a todos.

Ele desenvolve em sua Teoria da Ação comunicativa o modelo de sociedade em dois níveis - sistema e mundo da vida - no qual defende que no mundo da vida a força sócio-integrativa que surge das interações comunicativas voltadas para o entendimento não migram imediatamente para o plano político, o que minimiza as diferenças de interesses e disputas de poder existentes<sup>19</sup>.

Esta nova postura de Habermas desconsidera a tese defendida por ele anteriormente: “os espaços públicos constituídos no seio dos partidos e das associações me pareciam representar o ponto de junção virtual para uma comunicação pública ainda suscetível de ser recuperada.” (1999, p. 18) Reconhece que uma sociedade representada por grupos organizados em espaços públicos policêntricos que concorrem pelo consentimento das massas passivas só poderiam resultar em um “pluralismo de interesses irreconciliáveis.” Esta formação discursiva da opinião e da vontade não concorria para uma racionalização do poder devido ao antagonismo de interesses que permanecia de modo irredutível.

Este problema não foi resolvido na época, e agora Habermas quer “demonstrar a possibilidade do público, através destas organizações que o vassalizam, deflagre um processo crítico de comunicação pública.” (1999, p. 19) Vejamos, a seguir, se isto é possível.

---

<sup>19</sup> Cf AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública. Concepções e usos na América Latina. In: *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Org. Maia, Rousiley & Castro, M.C.P.S. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Págs. 63-90. p. 68

### 2.3 – Revisões sobre a esfera pública no Estado social democrático

Na obra *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas afirma que somente sob as condições da democracia de massa do Estado social-democrático poderia ser estabelecida uma opinião rigorosamente pública. Na verdade, ao redigir sua tese, Habermas deixou-se também influenciar pelo contexto histórico da Alemanha e, claro, por seu orientador Wolfgang Abendroth, inclusive quanto às expectativas com o Estado de Bem-estar Social. No entanto, esta afirmação será revista por Habermas, que apresenta uma desilusão em relação ao Estado social-democrata, após presenciar acontecimentos históricos relevantes, como a derrocada do comunismo histórico a partir de 1989 e a absorção da social-democracia por um aparelho estatal que a levou a abdicar da democracia radical e passar a conviver com as conseqüências do crescimento capitalista.

A constituição do Estado moderno liberal, conforme é defendido por Böckenförde e apresentado por Habermas, garantia a liberdade civil aos seus indivíduos, porém restringia a liberdade política, de modo que as decisões políticas cabiam apenas ao Estado, que impedia a participação institucional da sociedade civil. Esta constituição do Estado era composta pela nobreza, pela burocracia e pelo exército, o que garantia a sua dominação e o levava a manter-se separado do “plano organizacional e institucional da sociedade representada pela burguesia.” (HABERMAS, 1999, p. 13) Desta forma, havia uma divisão entre o Estado e a sociedade civil que foi fundamentada por uma construção constitucional<sup>20</sup> organizada segundo o direito privado – separado do direito público – e que garantia liberdades nas trocas econômicas.

A esfera privada da sociedade civil era composta pelas trocas econômicas, trabalho social e família. Tinha uma autonomia privada com base na propriedade privada e na relação íntima e psicológica com a família restrita; esta estrutura puramente burguesa de dimensão privada contrapunha-se a um Governo de dimensão pública.

As decisões políticas serviam do caráter da reserva e do segredo, condição desfavorável aos burgueses que passaram a reivindicar a publicidade dos assuntos do Governo. Uma publicidade já era estabelecida pelo público intelectualizado que utilizava o jornalismo com funções críticas para divulgar e formar opinião pública. No entanto, esta publicidade mantida sob o comando de interesses privados e sem a interferência do Estado conferia-lhes forças diante dos ataques do poder público.

---

<sup>20</sup> Esta constituição é originada da teoria liberal do período de Vormärz anterior à revolução de 1848. (CALHOUN, 1992, p. 431)

Com a imprensa sendo comandada por pessoas privadas, o interesse capitalista prevaleceu e o jornalismo deixou sua função crítica para servir como meio de influência mercadológica. Conforme nos apresenta Habermas, ocorre uma refuncionalização das instituições jornalístico-publicitárias e estas se modificam diante dos próprios interesses privados:

Na medida em que elas passam a se comercializar e a se concentrar no aspecto econômico, técnico e organizatório, elas se cristalizam [...] em complexos com grande poder social, de tal modo que exatamente a sua permanência em mãos privadas é que ameaçou por várias vezes as funções críticas do jornalismo. (HABERMAS, 1984 p. 220-221)

Nestas condições, a comercialização da imprensa é fundamental para a mudança da esfera pública que passa a ser levada por necessidades de propaganda comercial originadas no contexto econômico. Com isto, ela perde a sua capacidade de formadora de opinião pública crítica e surge daí uma tensão entre o público e o privado, ou seja, a autonomia da crítica cultural e a comercialização do processo de produção formam um antagonismo que altera as relações dentro da esfera pública:

A separação entre esfera pública e esfera privada implicava que a concorrência de interesses privados tenha sido fundamentalmente deixada para ser regulada pelo mercado, ficando fora da disputa pública das opiniões. À medida que a esfera pública é, porém, tomada pela publicidade comercial, pessoas privadas passam imediatamente a atuar enquanto proprietários privados sobre pessoas privadas enquanto público. (HABERMAS, 1984, p. 221)

A esfera pública que tinha como único interesse o debate público e crítico é subjugada pelos interesses capitalistas que alteram aquela condição de disputa intelectual para a disputa comercial. Deixa de predominar a racionalidade do sujeito, que era o único critério para se participar da esfera pública para prevalecer o critério da propriedade, que atribui poder ao proprietário sobre os outros participantes.

A publicidade favoreceu a expansão da esfera pública, que adquiriu uma nova categoria de influência afetando a relação de dicotomia entre a sociedade e o Estado. A sociedade burguesa conseguiu, por fim, estabelecer o princípio de publicidade no procedimento parlamentar como norma de funcionamento para a decisão política.

Ao derrubar aquele caráter de sigilo e segredo do Governo através da exigência de publicidade para os negócios do Estado, a esfera burguesa propiciou também a constituição democrática liberal, conforme apresenta Gomes:

A publicidade dos negócios do Estado na sociedade civil, a esfera pública, torna-se princípio importante, por exemplo, para a recente retomada da idéia de democracia deliberativa. Vamos chamar essa dimensão, que é essencial ao ethos democrático, de controle cognitivo e argumentativo da decisão política pela sociedade civil. (GOMES, 2006, p.57)

Esta exigência de publicidade não se formou imediatamente como norma jurídica, mas houve uma crescente adesão de dimensão moral. A dicotomia apresentada por Habermas se reorganiza a partir da superação do confronto entre Estado e economia que ocorre a partir da participação ativa de uma esfera pública política que reestrutura também a dicotomia entre Estado e sociedade para uma relação de interpenetração.

Com a interpenetração entre sociedade e Estado, a divisão fica tão tênue que nos permite compreender o que Negt e Kluge querem expressar quando afirmam que “atualmente a política não passa de um apêndice da economia de administração de empresa, que é transposta para o conjunto da economia.” (HABERMAS, 1999, p. 12)

A intenção de Habermas, porém, parecia mais otimista, pois visava instaurar um Estado social que superasse as oposições do Estado liberal e que investisse numa participação mais abrangente a partir das funções acrescidas a ele:

O Estado assume, além das atividades administrativas habituais, inclusive prestações de serviço que até então eram deixadas à iniciativa privada: seja confiando tarefas públicas a pessoas privadas, seja coordenando atividades econômicas privadas através de planos de metas ou se tornando, ele mesmo, ativo enquanto produtor e distribuidor (HABERMAS, 1984, p. 176)

Habermas defende ainda e de maneira mais clara e elaborada em *Direito e democracia* uma sobrecarga de funções para o Estado, pois se o Estado social preserva a continuidade do legado constitucional do Estado liberal de direito e se mantém com o máximo de funções ele possibilita uma esfera pública politicamente atuante no processo crítico de comunicação pública. Do ponto de vista jurídico isto implicaria a incorporação do princípio do Estado social no Estado constitucional.

A concepção normativa liberal de uma política centrada no Estado se constituía de maneira inapropriada para a formação da vontade democrática; a suposta democracia liberal ameaçava os valores democráticos ao manter a ilusão do consenso razoável e racional em que

parece não haver exclusão, mas, na verdade, ela exclui simplesmente pela noção de racionalidade política superior ou emancipatória, ou seja, exclui o diferente baseada na lógica do exercício livre da prática racional<sup>21</sup>.

Habermas defendia uma auto-organização da sociedade através do processo democrático integrado normativamente, isto é, uma política deliberativa institucionalizada nos correspondentes procedimentos e condições de comunicação. A partir de uma legislação planificada, a sociedade seria integrada pela vontade política de um povo soberano. Tal afirmação seria proveniente da tese de Abendroth sobre o Estado social; ele compreendia que o “Estado-Social deveria servir de alavanca para um reformismo democrático radical que deixava, pelo menos, aberta a perspectiva de uma transição para um socialismo democrático.” (HABERMAS, 1999, p. 15) A concepção de uma evolução do Estado constitucional democrático e social para uma democracia socialista implica que as massas mobilizadas reivindiquem de fato seus direitos de comunicação e de participação social.

Habermas, em suas recentes análises, aprofunda as questões relativas à teoria da democracia e reavalia o Estado social, como ele mesmo diz: “analisei como a relação entre esfera pública e esfera privada se modificou com a extensão de direitos democráticos de participação, e a compensação oferecida pelo Estado Social pelos prejuízos sofridos por cada classe.” (1999, p. 11)

Entre a defesa de sua teoria original e a sua revisão trinta anos depois, ocorreram mudanças nas esferas privadas do trabalho e da família burguesa, que estavam estruturadas sobre a base da autonomia privada devido à emancipação social dos “nichos” inferiores e de uma politização de massa no século XIX, descritas por Habermas como “polarização progressiva da esfera social e da esfera íntima.” Na verdade, as bases de socialização da família não mudaram, mas se transformaram em diferentes nichos a partir da urbanização, burocratização, concentração industrial e consumismo de massa. Habermas aponta a universalização dos direitos como fator responsável por mudanças nas bases sociais:

Após a universalização da igualdade de direitos cívicos, a autonomia privada das massas não podia mais, como a dessas pessoas privadas que se mantinham unidas ao público de cidadãos nas associações da esfera pública burguesa, encontrar sua base social na detenção da propriedade privada. (CALHOUN, 1992, p. 434)

As massas economicamente desfavorecidas só poderiam participar e contribuir na formação da opinião e da vontade se a autonomia privada adquirida pela propriedade privada

---

<sup>21</sup> Cf. Mouffe, Chantal. *The return of the political*. London: Verso, 1993. p. 142

fosse eliminada, uma vez que eles não participavam das trocas de mercadorias e dos capitais. Esta condição poderia ser resolvida pelo Estado social que ofereceria garantias estatutárias de autonomia privada para estas massas menos favorecidas, porém, ela se diferiria do equivalente na sua constituição original fundada na propriedade privada, a menos que obtivessem vantagens provenientes deste acordo com o Estado democrático e este se estendesse até o processo econômico. O Estado social não precisaria se desvincular da dinâmica da acumulação capitalista, pois possuiria condições de distribuir as riquezas de modo igualitário, e o capitalismo seria analisado sob a ótica das possibilidades de emancipação propiciadas pelo próprio sistema, sendo que a publicidade organizaria abstratamente a experiência social dos indivíduos.

Habermas descreve que, na compreensão de Abendroth “a esfera pública se reduziu, é verdade, à ante-sala de um legislador” em um Estado democrático que visa o princípio de igualdade e articulação desse princípio à determinação do conteúdo das ordens econômica e social, e ainda procura intervir no regime de propriedade privada e dos meios de produção e exercer uma “dominação sobre posições de poder econômicas ou sociais que não são legitimadas democraticamente”. (1999, p. 15) Ainda que suas bases sejam formadas pela vontade igualitária de atores políticos que interferem na dominação econômica ou social não legitimadas, não foi possível uma transição pacífica para o socialismo democrático de Abendroth. O próprio Habermas reconhece a inconsistência teórica de modelos que buscam organizar as diferentes dimensões da sociedade a partir de uma mesma base, independente desta ser ou não dirigida pela vontade política do povo soberano e descarta qualquer possibilidade de concepção holística da ordem social, ao declarar:

Mas a suposição segundo a qual a sociedade poderia ser concebida por atacado, na sua totalidade, como uma associação que age ela mesma por meio do direito e do poder político, perdeu toda plausibilidade em vista do grau de complexidade atingido pelas sociedades funcionalmente diferenciadas. Em particular, a noção holística de uma totalidade social à qual pertenceriam indivíduos socializados como membros de uma organização que os englobaria, se choca com as realidades de um sistema econômico regulado pelo mercado e de um sistema administrativo regulado pelo poder. (HABERMAS, 1999, p. 20)

Segundo Habermas, o Estado e a economia são domínios integrados sistemicamente, o que o leva a não buscar mais simplesmente a abolição de um sistema econômico. Contudo, ele sempre advertiu para as tentativas explícitas de uma “domesticação democrática do processo de colonização dos domínios do mundo da vida pelos imperativos do sistema” (1999, p. 20), com esta declaração ele provoca uma manifestação dos atores políticos, sociais, jurídicos e



culturais de modo a reagirem criticamente contra o sistema. Habermas acredita que somente com o fortalecimento do poder comunicativo pode-se formar uma vontade radicalmente democrática e institucionalizada do Estado de direito nas esferas públicas que interage com a opinião pública culturalmente mobilizada.

A sua perspectiva teórica ultrapassa a diferenciação entre Estado e sociedade como esfera de trocas econômicas para uma conceituação radical da democracia – interpenetração funcional efetiva dos dois sistemas. De acordo com Habermas, a fonte da legitimidade política não pode ser a vontade dos cidadãos individuais<sup>22</sup>, mas o resultado do processo comunicativo de formação da opinião e da vontade coletiva. Este processo que ocorre na esfera pública estabelece a mediação entre o mundo da vida e o sistema político, e permite que os resultados provenientes do mundo da vida cheguem até as instâncias de tomadas de decisão instituídos pela ordem democrática. Conforme ele apresenta:

A falência do socialismo de Estado que nós observamos hoje confirmou de novo que um sistema econômico moderno regulado pelo mercado não pode ser à vontade transferido do pólo do dinheiro ao do poder administrativo e da formação democrática da vontade sem que sua eficácia seja posta em perigo. (HABERMAS, 1999, p. 15)

Esta tese confirma que um sistema econômico moderno regulado pelo mercado não pode ser transferido para o poder administrativo partindo apenas da vontade e da formação democrática. O Estado social não aceita burocratização e jurisdicização pois tais condições se opõem ao modo de regulamentação jurídico-administrativa. Habermas analisou a diferenciação entre Estado e sociedade sob ângulo jurídico como uma “socialização neocorporativista do Estado” e como uma “estatização da sociedade”. Este processo complexo, como reconhecia Habermas, diminuía a separação entre sociedade e Estado e enveredava para a condução de um Estado social e de um capitalismo organizado:

Na verdade, essa interpenetração do Estado e da economia priva o modelo social do direito privado burguês e a compreensão liberal dos direitos do homem de seu fundamento. Eu conceituei a passagem efetiva da diferenciação tendencial entre o Estado e a sociedade sob um ângulo jurídico, como uma ‘socialização neocorporativista do Estado’, de uma parte, e como uma ‘estatização da sociedade’, de outra parte, que se opera em seguida às políticas intervencionistas de um Estado doravante ativo. (HABERMAS, 1999, p. 13)

A esfera pública consegue se instituir na igualdade de direitos do Estado e conforme Habermas afirma, ela continua mantendo sua constituição democrática da opinião e da

---

<sup>22</sup> Habermas recusa a teoria de Rousseau, segundo a qual a virtude cívica dos cidadãos individuais proporcionará, por si mesma, a constituição de um conjunto de cidadãos orientados para o bem comum. Cf. CALHOUN, 1992, p. 445

vontade coletivas, e se mantém como mediação entre a sociedade civil e o sistema político, este último deve permitir a influência da opinião pública através da atividade dos partidos políticos e através da atividade eleitoral.

A pós-modernidade traz modificações para a sociedade, como a diminuição do poder e do papel do Estado, que desafiam o projeto habermasiano da constituição do Estado social na medida em que uma economia globalizada foge às intervenções de um Estado centralizado e regulador. Habermas procura uma solução em que as funções do Estado social poderiam ser estabelecidas se passarem do Estado nacional para organismos políticos que assumam uma economia transnacionalizada. É necessário uma nova partilha do poder, porém a globalização da economia, conforme Habermas, destrói “uma constelação histórica”<sup>23</sup> do Estado social independente do que se faça.

#### 2.4 – Novas categorias e conceitos para a esfera pública

A esfera pública passou por uma mudança estrutural a partir das transformações ocorridas na imprensa devido à comercialização, aos investimentos e à organização das instituições midiáticas que alteraram a função de publicidade crítica deste meio de comunicação. Com isto, houve um crescente conflito entre os dois significados de publicidade adquiridos historicamente: a opinião pública e a opinião de massa. A opinião pública equivale à publicidade crítica em relação ao exercício do poder político e social normativamente exigidos, enquanto que a opinião de massa corresponde a uma publicidade de instância receptora que é difundida de modo demonstrativo e manipulativo, estando voltada para pessoas ou instituições dirigindo-os aos bens de consumo e programas. Habermas lamenta a queda de uma opinião rigorosamente pública em decorrência da manipulação da mídia, conforme esclarece:

Disso resultou uma nova categoria de influência, o poder midiático, que, utilizado de maneira manipuladora, roubou a inocência do princípio de publicidade. O espaço público, que é, ao mesmo tempo, pré-estruturado e dominado pelos mídia de massa, tornou-se uma verdadeira arena vassalizada pelo poder, no seio da qual se luta por temas, por contribuições, não somente para a influência, como também para um controle (tão dissimulado quanto possível) dos fluxos de comunicação eficazes. (HABERMAS, 1999, p. 16)

---

<sup>23</sup> Cf. HABERMAS, Jürgen. *A Constelação Pós-Nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

O espaço público foi alargado e perdeu seu potencial crítico devido as relações entre a mídia e o poder, o que leva Habermas a tentar a recuperação de uma esfera pública politicamente influente dentro de uma concepção teórica-discursiva da democracia. Ele percebe a comunicação veiculada pelos meios massivos como uma comunicação “generalizada” e “abstrata” quando se impõe parcialmente deslocada das trocas linguisticamente mediadas de contextos interativos determinados e, frequentemente, de sujeitos específicos, a qual tanto pode obstruir a comunicação crítica entre os indivíduos e grupos na sociedade, quanto fazer emergir esferas públicas de diferentes naturezas, com formato de organização e densidade comunicativa distintos, em diversos âmbitos societários.

A partir da sua densa obra *Direito e democracia – entre facticidade e validade*, Habermas apresenta novos conceitos que descrevem uma esfera pública mais complexa e fundamentada no agir comunicativo, em que “as regras de uma prática comunicacional, seguida em *comum*, têm um significado muito maior para a estruturação da opinião pública.” (2003, p. 94) No conceito de esfera pública revisado e sem foco em “classe”, Habermas apresenta um público diferenciado, pluralista, capaz de elaborar resistências às representatividades totalizantes e criar suas próprias intervenções e do papel obrigatório da esfera pública dentro de uma teoria da democracia:

A esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e *eficaz* a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. (HABERMAS, 2003, p. 91)

A eficácia da democracia deliberativa, segundo Habermas, depende da ação, da prática, da identificação de problemas, das estruturas de participação que possuem as periferias e de suas possibilidades de formar opinião pública. Assim, compete à esfera pública atuar sobre os problemas encontrados no mundo da vida de forma eficiente e suficiente para que eles sejam assumidos e elaborados no âmbito do sistema político. De acordo com Habermas, “o mundo da vida é um reservatório para interações simples; e os sistemas de ação e de saberes especializados, que se formam no interior do mundo da vida, continuam vinculados a ele.” (HABERMAS, 2003, p. 92)

Além da reestruturação da esfera pública, Habermas apresenta mudanças na sociedade civil, que não é mais composta pela família, trabalho social e economia, mas sim por “movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública

política.” (2003, p. 99) A partir dos estudos de J. Cohen e A. Arato<sup>24</sup> sobre a descrição da nova sociedade civil que não se identifica com o Estado, nem com a economia, nem com sistemas de funções sociais, Habermas complementa o novo modelo de sociedade civil:

Hoje em dia, o termo ‘sociedade civil’ não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho, do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx e do marxismo. O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. (HABERMAS, 2003 p. 99)

Os conceitos contemporâneos de esfera pública e de sociedade civil estão vinculados a um modelo de democracia deliberativa que se apóia na crítica a B. Peters<sup>25</sup>, tendo como ponto de partida uma interpretação da análise reconstrutivista de Elster<sup>26</sup> e da teoria dos sistemas, ampliada por Wilke<sup>27</sup>. No modelo proposto por Habermas, a legitimidade das decisões impositivas do poder político depende da regulação realizada pelos setores da sociedade localizados na periferia do tecido social, em relação ao núcleo do sistema político desta sociedade – formado pela administração (incluindo o governo), o Judiciário e os setores e instituições de formação democrática da opinião e da vontade (corporações parlamentares, eleições, concorrência entre partidos, etc.).

Essa periferia inclui associações que representam grupos de interesse, instituições culturais (academias, clubes de escritores, etc.); organizações com preocupações específicas (proteção ao meio ambiente, proteção de animais, democratização dos meios de comunicação, direito do consumidor, entre outros); igrejas, instituições de caridade, e mais. Tais grupos formam uma rede ramificada em arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e sub-culturais, que se sobrepõem umas às outras e que se articulam em função de pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, etc. São esferas públicas que se diferenciam por níveis em termos de densidade de comunicação, complexidade organizacional e alcance.

De acordo com Habermas, se a formação da vontade e da opinião não forem atendidas em relação às decisões do poder público, tal decisão não tem autoridade nem legitimidade. O

<sup>24</sup> Cf. COHEN, J. L. & ARATO, A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Mass., 1992, p. 356

<sup>25</sup> Habermas se apóia num modelo desenvolvido por B. Peters para encontrar uma resposta aproximada à questão relativa à implantação da circulação do poder regulado pelo Estado de direito. Cf. Habermas, Jürgen. *Direito de Democracia* p. 86 ss

<sup>26</sup> John Elster submete a teoria econômica da democracia, e destaca a relevância empírica do conceito procedimental da política deliberativa. Cf. Habermas, Jürgen. *Direito de Democracia* p. 59 ss

<sup>27</sup> Habermas submete a uma crítica imanente a teoria da regulação de H. Wilke que procura esclarecer a integração de uma sociedade que se decompõe em sistemas funcionais “autopoieticamente” autônomos. Cf. Habermas, Jürgen. *Direito de Democracia* p. 73 ss

processo de formação da vontade tem um status periférico que é fundamental para o desenvolvimento político, trata-se de uma contra-corrente que atravessa o “fluxo oficial do poder”. Isso resume uma teoria da democracia que procura evitar que o poder social e o poder administrativo se tornem independentes em relação ao poder comunicativo que se forma no contexto parlamentar.

Esta teoria é possível somente na medida em que as forças da periferia forem capazes de articular alternativas, desenvolver interesse a ações políticas, superar o conformismo e a apatia se tiverem razões para identificar problemas latentes de integração social (cuja elaboração é essencialmente política), tematizá-los e introduzi-los no sistema político, passando pela base do complexo parlamentar (ou dos tribunais), alterando assim a agenda da instância de deliberação oficial dos temas nos meios de comunicação de massa. Habermas analisa estas forças periféricas:

As esferas formadoras de opinião, especializadas em temas e contribuições e, em geral, em exercer influência pública, fazem parte da infra-estrutura civil de uma esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa a qual, através de seus fluxos comunicacionais diferenciados e interligados, forma o verdadeiro contexto periférico. (HABERMAS, 1992, p. 87 e 88).

As esferas públicas alternativas e periféricas conseguem sobressair à influência da mídia de massa e a utiliza para aparecer e ter visibilidade para o restante da sociedade, sendo assim as esferas periféricas podem também entrar na agenda dos meios de comunicação de massa e da esfera de deliberação política. Entre os direitos fundamentais das estruturas sociais está a liberdade de imprensa, o direito de exercer atividades publicitárias, a liberdade de opinião e reunião, bem como a de fundar sociedades e associações. Todos estes direitos garantem a infra-estrutura medial da comunicação pública, a qual deve permanecer aberta a opiniões concorrentes e representativas.

Através dos direitos assumidos têm-se a formação de movimentos sociais, os quais, segundo Cohen e Arato, apresentam um dualismo que perseguem objetivos “ofensivos” e “defensivos” ao mesmo tempo. Os movimentos sociais apresentam objetivos ofensivos quando:

tentam lançar temas de relevância para toda a sociedade, definir problemas, trazer contribuições para a solução de problemas, acrescentar novas informações, interpretar valores de modo diferente, mobilizar bons argumentos, denunciar argumentos ruins, a fim de produzir uma atmosfera consensual, capaz de modificar os parâmetros legais de formação da vontade política e exercer pressão sobre os parlamentos, tribunais e governos em benefício de certas políticas.(HABERMAS, 2003, p. 103)

Enquanto que os movimentos sociais defensivos “tentam preservar certas estruturas da associação e da esfera pública, produzir contra-esferas públicas sub-culturais e contra-instituições, solidificar identidades coletivas e ganhar novos espaços na forma de direitos mais amplos e instituições reformadas.” (HABERMAS, 2003, p.103) Nos aspectos defensivos aparecem a preservação e o desenvolvimento da estrutura comunicativa própria do mundo da vida. Isso é fundamental para assegurar as mudanças institucionais no interior da sociedade civil, as quais correspondem aos novos significados, identidades e normas que foram criadas.

A teoria política, na prática deliberativa, desenvolve-se tanto no plano formal e institucionalizado da democracia relacionado com a formação da vontade institucionalizada no “complexo parlamentar”, quanto nos domínios informais e anárquicos de formação da opinião espontaneamente gerado de arenas políticas informais; ambos apresentam estruturas dialogicamente discursivas e democráticas que necessitam apenas de um público bem informado capaz de resolver as questões mais problemáticas. Como Habermas aponta:

No caso das teorias deliberacionistas de democracia, o que se considera como informação relevante não é definido *a priori*, pois depende das situações-problema e dos jogos políticos em questão, podendo abranger desde questões políticas abstratas, informações ligadas ao domínio de especialistas, até questões conectadas ao reino íntimo e à vida cotidiana. (MAIA, 2006, p. 20)

No núcleo da sociedade civil, formam-se modelos discursivos institucionalizados igualitários e abertos que tratam de questões de interesse geral. Entretanto, a sociedade civil e a esfera pública permitem uma ação muito limitada para movimentos e expressões políticas não institucionalizadas, o que seria estruturalmente necessário conforme Cohen e Arato.

O primeiro motivo da “autolimitação” da prática de uma democracia radical seria a necessidade de uma cultura política livre e de uma esfera privada intacta – o que só é possível a partir de um mundo da vida racionalizado, caso contrário, podem surgir movimentos avançados e modernos, porém, antidemocráticos. A segunda limitação refere-se ao poder da influência pública que necessariamente deve estar fundamentada em processos institucionalizados da formação da opinião e da vontade para se transformar em poder político e intervir numa legislação legítima, de outra forma, a opinião pública se formaria através de generalizações de interesses para se impor somente através dos discursos públicos informais. E o último motivo seria que sociedades funcionalmente diferenciadas somente podem transformar-se a si mesmas, elas não podem ter a pretensão de uma auto-organização em sua

totalidade, pois têm que respeitar as peculiaridades das operações de sistemas de funções e dos outros domínios altamente organizados.

A auto-limitação, conforme Habermas, “não implica perda de autonomia”; o poder comunicativo na sociedade pode influir na autotransformação do sistema político constituído como Estado de direito. Porém, este modelo discursivo de Habermas não efetiva a deliberação pública se não ampliar os mecanismos institucionalizados de formação de vontade política. Como nos relata Avritzer e Costa:

De fato, a preocupação de Habermas com a defesa do caráter institucional/constitucional do Estado de Direito e a herança da teoria parsoniana que enfatiza a distinção e a necessidade de preservação de códigos de coordenação específicos nos diferentes sistemas (a sociedade civil produz influência política, mas não decide nem implementa políticas) leva o autor a subestimar completamente as estruturas de participação pública (AVRITZER & COSTA, 2006. p. 73)

Quando a esfera pública abrange questões políticas, mas deixa por conta do sistema político a elaboração especializada, ela muda a perspectiva da teoria deliberativa de democracia fundamentada em uma estrutura comunicacional de modo a processar problemas coletivos e resolver desacordos de naturezas diversas, através da argumentação crítica, e assim produzir novos conhecimentos, orientar decisões políticas e estabelecer leis e normas para assumir um papel secundário de simples influência mesmo que fundamentado na autonomia.

Ainda que as estruturas de participação pública não sejam auto-limitadas e possibilitem a concretização dos grandes lemas da modernidade como a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a justiça social, a distribuição igualitária da renda, etc. Habermas precisa reconhecer que até mesmo estes discursos enfrentam uma época na qual tudo tem curta duração, sendo que a realidade se processa por rápidas mudanças, de modo que tudo é arrastado para e pelo movimento. Os cenários, os espaços, os relacionamentos e as rotinas aparentemente sólidos dissolveram-se e não favorecem uma postura de união e solidariedade. As grandes estruturas capitalistas, mercantis, sociais também estão sendo fragmentadas, não oferecendo embasamentos comuns onde se consolidam e solidificam projetos humanitários universais, como acredita o polonês Zigmunt Bauman, “perderam a base comum sobre a qual era possível negociar e desenvolver objetivos e estratégias comuns. Cada categoria em desvantagem está agora por sua própria conta, abandonada aos próprios recursos e à própria engenhosidade.” (BAUMAN, 2005, p. 41- 42)

O modelo discursivo fundado na formação das vontades coletivas defendido por Habermas, talvez não seja capaz de dar conta da complexidade pós-moderna e abranger a totalidade da experiência humana contemporânea, pois a fragmentação dos espaços e a interação com as mídias atuais fizeram com que a identidade territorial cedesse lugar a outras identidades que extrapolam os limites físicos de âmbito local, regional ou nacional e assim dificultam cada vez mais a convergência de fluxos comunicacionais delimitados. Habermas conhece bem as questões sobre a universalidade da cidadania e dos valores universais que procuram dar espaço ao pluralismo e permitir que este sirva à humanidade. A prática de discursos democráticos por indivíduos livres que manifestam interesses em questões importantes para a sociedade precisa ser mantida, porém, não parece viável defender a autonomia dos indivíduos numa sociedade diferenciada e as teorias do discurso sem reconhecer o movimento, a fragmentação e a dissolução dos discursos sólidos.



### 3 – A FORMAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS

O discurso pós-moderno não impediu que a esfera pública continuasse funcionando. No entanto, percebemos que o modelo discursivo habermasiano de uma democracia participativa apresenta dificuldades, e isto nos leva a crer que as novas tecnologias da comunicação e informação juntamente com a fragmentação dos espaços sejam os grandes responsáveis. Os fenômenos contemporâneos de identidades transnacionais, interesses multinacionais, desterritorialização e Internet contribuem para mudanças em âmbito global. Em decorrência destes fatos, o Estado-nação e as comunidades territoriais se enfraqueceram. Surge, assim, novas formas de interação social, de identidade e de atuação política.

#### 3.1 – Novas mídias – uma nova sociedade

A sociedade contemporânea passa por uma revolução tecnológica que traz em si todos os elementos para se fazer mudanças em suas bases sociais, econômicas, políticas e culturais. Diversas mudanças tecnológicas aconteceram em outros contextos históricos, porém nenhuma delas tinha como matéria-prima a informação e a interação. As novas tecnologias permitem uma ampla transmissão de informações de modo instantâneo capaz de mudar a relação entre tempo e espaço, considerando sua alta velocidade.

As mudanças alcançam âmbito mundial, e implicam em grandes questões como a globalização, o conflito de identidades, a transformação do capitalismo e o poder político dos Estados. Castells acredita que todos estes fatores engendram uma nova organização social:

Esta nova forma de organização social, dentro da sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está a ser difundida mundialmente tal como o capitalismo industrial e o seu inimigo gêmeo, o estatismo industrial, foram disseminados no século XX, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo à pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança e, ao mesmo tempo, impondo o rigor e instilando o desespero. (Castells, 2003, p. XXII)

Ainda não nos é possível antecipar o resultado destes acontecimentos; estes movimentos refletem apenas o início de um processo certamente irreversível. Podemos apenas afirmar que não é possível negar tais transformações e nem tentar compreendê-las a partir de conceitos construídos no passado. Os novos acontecimentos exigem novas posturas e novos conceitos.

A revolução informacional ocorreu a partir de segmentos tecnológicos: microeletrônica, computadores e telecomunicações. A microeletrônica criou o microprocessador, que é o comutador em um único chip, o que tornou possível a instalação do processamento da informação em todos os lugares. Os comutadores operam semelhantemente a um sistema telefônico com linhas privadas. Nesse sistema, quando uma pessoa liga para outra, a central telefônica as conectará em uma linha que possibilite um maior número de conversações simultâneas. Os microcomputadores superaram as tecnologias de *mainframe* (computador de grande porte que processava grande quantidade de informações), ao desenvolver inovações na parte física e interfaces gráficas para que pudessem operar, principalmente após o surgimento de software da Microsoft a partir de 1976. E, por fim, o avanço das telecomunicações, que propiciaram o desenvolvimento das redes, por meio da combinação das tecnologias de nós, roteadores e comutadores, como TCP/IP e o ATM, e tecnologias de transmissão por fibra ótica e a laser.

A partir de todos estes avanços estabeleceram-se as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que incluem os novos meios de comunicação como a Internet, a partir do uso dos computadores e dos telefones celulares. Ambos possuem recursos de voz, dados, som, texto e imagem, e são meios de interação entre pessoas a longas distâncias, que passam a se relacionar mediadas por um instrumento tecnológico.

Estas novas tecnologias, mais precisamente a Internet, se distinguem do rádio, do cinema, da TV e dos jornais impressos pelo seu caráter ambivalente de ser ao mesmo tempo o meio para se levar a informação e também o meio de interação e construção da informação, constituindo-se em *networks*.

O surgimento de um meio de comunicação de massa como a Internet, com amplitude e alcance universal, promove uma reorganização das estruturas relacionais entre pessoas e das mobilizações sociais, pois, trata-se de uma comunicação em rede, que, ao compartilhar o mesmo *lócus*, podem formar identidades transterritoriais, além de ser espaço de fluxos de mercadoria e de relações sociais.

A Internet foi o mais recente e poderoso fenômeno dos meios de comunicação. Surgiu no final da década de cinquenta nos Estados Unidos, no auge da Guerra Fria com a função de liderar as pesquisas de ciência e tecnologia aplicáveis às forças armadas. Tinha como um dos objetivos desenvolver projetos sem o inconveniente da distância física, nem o risco de se perder dados e informações de uma base destruída em caso de combate. Assim, em 1969 conseguiram mandar uma primeira mensagem, inaugurando na prática suas atividades. Esta

prática alastrou-se para as universidades, e, em 1971, surgiu o modelo experimental do e-mail, que ampliou a utilidade da rede. Em 1973 foram criadas as primeiras conexões internacionais, as quais interligaram computadores na Inglaterra e na Noruega.

O restante da década de 70 foi marcado pelo crescimento da rede. Várias outras redes surgiram e se aglutinaram e, com isto, a capacidade de se comunicarem com qualquer computador ou rede foi possível. Em 1982, foi implementado o protocolo-padrão da rede com a separação da parte militar e, em 1985, começa a ser usado o nome Internet. Como o pressuposto da Internet era o de ser aberta a qualquer computador ou rede que desejasse se conectar, fazia-se necessária uma forma de viabilizar essa comunicação, pois haviam sistemas diferentes com computadores e linguagens diferentes. A maneira de conseguir esta universalidade foi através da criação de um protocolo de comunicação padrão, o TCP/IP. Um protocolo é uma forma de comunicação entre computadores. Ao usar o mesmo protocolo, sistemas diferentes conseguem estabelecer entre si a comunicação desejada.

Em 1991, iniciou-se a utilização da WWW (World Wide Web) que liderou a grande mudança nos hábitos e no perfil dos usuários da Internet. No entanto, ainda era muito complicado navegar na Internet; somente programadores e operadores tinham capacidade para usar a rede, e mesmo para eles era trabalhoso e despendia tempo, até que um grupo de cientistas europeus decidiu tornar o tempo de uso da rede mais rápido, fácil e produtivo desenvolvendo um sistema para popularizá-lo. Assim, a tarefa de navegar tornou-se simples, rápida e acessível. Os usuários já não eram restritos às universidades; empresas e pessoas físicas entraram na lista dos usuários.

A adesão foi imediata e no campo dos negócios houve uma explosão inesperada. Empresas surgiram da rede e para a rede, e outras voltaram seus olhos para este novo mercado. A utilização desta nova mídia por milhares de usuários ultrapassou o limite da estrutura de acesso originalmente projetada para pesquisas em universidades, e atingiu casas, escritórios e outros locais, que até então usavam linhas telefônicas. Uma nova estrutura precisou ser montada e surgiram os provedores de acesso, que foram desenvolvidos por empresas que mantêm uma conexão permanente e de grande capacidade com modems ligados a linhas telefônicas disponíveis para prover o grande número de acesso aos seus usuários.

Atualmente, a Internet é um meio de comunicação de massa e seus milhões de usuários espalhados pelo mundo movimentam milhões em dinheiro no comércio eletrônico. A popularização desta tecnologia deve-se a fatores como o custo baixo e o acesso universal.

O impacto na sociedade mundial foi inevitável. Em nenhum momento da história concebeu-se este fenômeno que desencadeou mudanças de organização social permitindo a

globalização da economia, das relações de trabalho, dos interesses políticos e a interação entre os indivíduos e grupos. Além dos interesses envolvidos, ela oferece acessibilidade a uma enorme diversidade de informações sobre culturas, conflitos políticos, movimentos sociais, biografias não autorizadas, entretenimento, etc. Como afirma Rousiley Maia:

o familiar e o próximo misturam-se com o estranho e o distante, de modo que as fronteiras entre tais domínios tornam-se quase irreconhecíveis. [...] o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação abre um grande leque de possibilidades para a interação virtual entre indivíduos e grupos, para a coordenação da ação política ou para a promoção de mobilizações através de redes, em escalas planetárias, de um modo sem precedentes. (MAIA, 2006, p. 15)

O desenvolvimento tecnológico da Web e suas formas de acesso qualitativamente avançadas nos direcionam a certas reflexões sobre seus efeitos em relação aos usuários e à sociedade. A Internet tem sido a principal rede social de comunicação, não se limitando a um simples meio para a construção de notícias e relacionamentos interpessoais, provocando efeitos sobre culturas, crenças, opiniões públicas, atitudes e comportamento das pessoas.

Alguns teóricos começaram suas discussões pouco antes deste fenômeno contemporâneo das redes sociais caracterizarem a nova sociedade como “sociedade da informação” ou “sociedade em rede”.

Ainda na década de 70, Umberto Eco formulou os conceitos “apocalípticos” e “integrados” para ajudar a tipificar os extremos das análises feitas sobre o desenvolvimento da técnica que gerou a Indústria cultural e a cultura de massas. As posições estavam divididas entre a esperança e o desânimo. De um lado, aqueles que viam a cultura de massa como possibilidade de alargamento da área cultural, com a circulação de uma arte e de uma cultura popular consumidas por todas as camadas sociais; de outro lado, aqueles que viam a cultura de massas como a anticultura que se contrapõe à cultura num sentido mais tradicional – e eventualmente elitista – e neste caso, representando a decadência.

Os pessimistas, representados pelos apocalípticos, acreditavam que a cultura partilhada por todos seria um contra-senso, ela “torna-se o sinal de uma queda irreversível, ante a qual o homem de cultura [...] pode dar apenas um testemunho extremo, em termos de Apocalipse.” (ECO, 2004 p. 8) Enquanto que os otimistas integrados aproveitavam plenamente a situação, pois “se os apocalípticos sobrevivem confeccionando teorias sobre a decadência, os integrados raramente teorizam e assim, mais facilmente, operam, produzem, emitem as mensagens cotidianamente a todos os níveis.” (ECO, 2004, p. 9)

O estilo do discurso teórico de Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública* revela sua tendência apocalíptica diante dos meios de comunicação de massa e do consumo de cultura. Ele defende que as mídias têm um caráter manipulador, que é utilizado para divertir a massa e despertá-la para o consumo:

A isto se acresce que esta mesma diversão – e não só a intermediada por revistas –, bem como os programas dos meios de comunicação de massa mesmo em sua parte não comercial estimulam o comportamento consumista e fixam-no em determinados modelos. (...) A cultura de integração maciçamente difundida leva o seu público *per se* à troca de opiniões sobre artigos de consumo, submetendo-o à doce coação do contínuo treinamento para o consumo. (HABERMAS, 1984 p.224,225)

A influência da mídia sobre a massa contribui para reprimir sua capacidade de raciocínio crítico de modo a ser levada a consumir cada vez mais e distanciando-se assim de uma condição emancipatória. A própria informação vem distorcida e preparada para defender interesses da classe dominante. Mesmo que a massa tenha condições de falar uma linguagem própria com exigências particulares, ela se deixa levar no seu modo de pensar, de se divertir e de imaginar, seguindo modelos de uma cultura imposta através das comunicações de massa.

A cultura de massa segue as leis do mercado, por isto é controlada por interesses econômicos que visam fins lucrativos, sendo produzida por agentes especializados que conhecem as preferências da massa, e com isto sabem o que vende mais. A cultura de massa segue então o princípio de que a publicidade das mensagens ocorre a partir de sua elaboração por parte de uma elite culta capaz de estruturá-la dentro de uma linguagem pré-determinada para ser recebida por um público diversificado que confere a estas mensagens um significado subjetivo.

Entre os integrados, destacou-se Marshall McLuhan, teórico da mídia e criador do termo “aldeia global” em 1960. McLuhan tentou esclarecer, com este termo, que o progresso tecnológico estava reduzindo todo o planeta à mesma situação que ocorre em uma aldeia, ou seja, a possibilidade de um indivíduo se intercomunicar diretamente com qualquer pessoa que nela vivia. O meio de comunicação de massa mundial que ele usa como referência era a televisão; esta servia como o paradigma da aldeia global que começava a ser integrado via satélite, equipamento que permitiu a primeira transmissão em 1926 na Inglaterra.

O seu conceito de “aldeia global” é fruto da evolução das tecnologias da comunicação e fundamenta-se em um mundo interligado por estreitas relações econômicas, políticas e

sociais, que equivale à noção da World Wide Web<sup>28</sup>, responsável pela diminuição das distâncias e pelo estabelecimento de uma consciência global. Havia a crença de que esta interligação entre todas as regiões do globo originaria uma poderosa teia de dependências mútuas, de modo que promoveria a solidariedade e a luta pelos mesmos ideais que tanto poderiam ser a ecologia, a economia, em prol do desenvolvimento sustentável da Terra, superfície e habitat desta "aldeia global".

A observação de McLuhan identificara que em cada nova fase de evolução o meio de comunicação conserva o precedente e se complementa com novas possibilidades; por isso não se pode falar em abandono, nem em substituição de um modo de comunicação anterior. O meio de comunicação engendra o posterior, da seguinte maneira: do rádio para a televisão, da televisão para o computador e deste para a rede. A passagem entre a televisão e os computadores ocorre de modo inter-relacionado devido ao surgimento de canais por assinatura e da TV digital. E agora podemos incluir os telefones celulares, que também podem ser conectados na rede e têm sido o meio de comunicação mais popular. Por fim, há uma convergência das mídias de comunicação por tecnologias interligadas.

McLuhan acreditava que o desenvolvimento da mídia eletrônica criava um novo ambiente cultural interacional e unificador, interligado em redes globais de comunicação instantânea. A sua postura era bastante otimista em relação à mídia global e foi defendida também por outros pensadores, da mesma forma que também houve rejeições.

O jornalista Fábio Malini<sup>29</sup> apresenta duas interpretações referentes às redes interativas: a corrente da new economy (e-business; e-commerce) e a da gift economy.

A primeira é impulsionada pelo mercado que é um fator externo à rede; este gera o fluxo da economia que é o capital, e consolida nas redes um espaço de trocas de mercadoria. Esta corrente é composta por uma aliança de intelectuais, hackers, empresários e artistas da Costa Oeste dos EUA, que representam uma elite tecnocrática, que desenvolve nos EUA uma nova ideologia econômica. Reflete em sua ideologia, oriunda dos anos 60, o determinismo tecnológico e o livre mercado, de forma que “na utopia digital, todos seremos alegres e ricos”. Inicialmente inspirada na idéia de McLuhan, que se desvirtuará depois, acreditavam que o desenvolvimento tecnológico poderia gerar um *ágora* virtual de debates, da mesma forma que defendiam a liberdade coletiva também acolhiam a individual. Ainda de acordo com

---

<sup>28</sup> World Wide Web = “Ampla Rede Mundial”. Nos termos de McLuhan teria o significado de rede mundial, no sentido de “tão ampla quanto o mundo”. A Net usa a imagem da rede de pesca, ao passo que a Web remete a teia de aranha, um tecido.

<sup>29</sup> Cf. O Consumo Ideológico das redes: As identidades sócio-comunicacionais como vetores da cidadania desterritorializada. Site:- <http://www.rizoma.net/interna.php?id=148&secao=espaco>

Fábio Malini, esta abordagem acredita que a era da informação do século XXI corresponderia aos ideais liberais do século XVII, que defendiam dois princípios: o mercado livre e o progresso social. Os defensores desta corrente logo adaptaram à Internet seus interesses de privatização e sob forte amparo estatal, tornaram-se os ciberemprededores, pioneiros de uma concorrência não regulamentada no ciberespaço, “ampliando a liberdade individual e encorajando a inovação técnica nos EUA.” No entanto, esta constituição do mercado virtual e das liberdades políticas segue a mesma estrutura anterior ao ciberespaço, mantendo-se através do direito à propriedade privada individual. Deste modo, o avanço das tecnologias da comunicação não dissolveu as formas de dominação; pelo contrário, o fluxo do mercado nas redes interativas está reafirmando a dominação e a segregação social. Esta corrente repressiva e excludente apenas confirma a visão crítica e reservada de Habermas.

A segunda sustenta-se na “economia da doação” que é própria das especificidades da rede que cria um ambiente de socialização; o cibercomunismo, como é conhecido, constitui-se nos espaços onde ocorre a livre e gratuita circulação de informação. Esta corrente não acredita na possibilidade de hegemonia da nova economia, caracterizada pelo mercado, pois defende a superação do capitalismo através de seu espírito libertário constitutivo das redes sócio-técnicas. O cibercomunismo sustenta-se no trabalho cooperativo gerador de reconhecimento público. Esta cooperação somente é possível nas redes de interação, onde é possível produzir relações sociais, nas quais cada um doa tempo e idéias e recebe a mesma doação dos outros. O princípio do cibercomunismo é destruir a lógica da nova economia que acontece da seguinte forma: as empresas precisam acelerar a difusão dos seus produtos, pois quanto mais cedo entrarem no mercado, maior será o seu valor. Porém, eles precisam desacelerar a socialização, pois os produtos não podem ser consumidos na mesma velocidade. A atuação do cibercomunismo entra na parte da socialização, ou seja, seguindo a sua lógica de cooperatividade pública ela faz cópias “ilegais” dos produtos, o que reduz seu valor, mas preserva sua riqueza, pois este servirá como modelo para outra cópia. Tudo isto de forma gratuita garantindo a socialização do trabalho constituído pelas trocas e doações e não pelo monopólio do conhecimento. Na verdade, esta tentativa de boicotar o capitalismo acaba gerando certos problemas, pois quem financia tudo isto é o próprio capital, que vai conter os fluxos da socialização por meio de grandes fusões de empresas. Contudo, a presença dos novos sujeitos sociais através de práticas coletivas pode trazer novos rumos para a sociedade. O capitalismo desta vez terá que enfrentar um novo obstáculo, o cibercomunismo.

Estas duas interpretações a respeito das redes interativas representam a divisão complexa que a “sociedade em rede” ou “sociedade da informação” está provocando. E novamente podemos encaixar ambas as teorias entre os defensores integrados ou críticos apocalípticos da cultura de massa. No entanto, não é interessante repetir os mesmos erros dos apocalípticos e nem dos integrados, conforme nos relata Eco:

O erro dos apologistas é afirmar que a multiplicação dos produtos da indústria seja boa em si, segundo uma ideal homeostase do livre mercado, e não deva submeter-se a uma crítica e a novas orientações. O erro dos apocalípticos-aristocráticos é pensar que a cultura de massa seja radicalmente má, justamente por ser um fato industrial, e que hoje se possa ministrar uma cultura subtraída ao condicionamento industrial. (ECO, 2004, p. 49)

Provavelmente, analisar acontecimentos em curso pode ser um desafio, principalmente diante de uma realidade fluante, flexível, aberta e impulsionada pelas tecnologias da informação. Neste caso também para atualizar um debate que já tem três ou quatro décadas, preferimos adotar a ambivalência de Bauman:

Nenhum dos padrões aprendidos poderia ser adequado numa situação de ambivalência – ou mais de um padrão poderia ser aplicado; seja qual for o caso, o resultado é uma sensação de indecisão, de irresolução e, portanto, de perda de controle. (...) A luta contra a ambivalência é, portanto, tanto autodestrutiva quanto autopropulsora. Ela prossegue com força incessante porque cria seus próprios problemas enquanto os resolve. (BAUMAN, 1999, p.10-11)

### 3.2 – Identidade e comunidade na sociedade contemporânea

A mudança radical e irreversível pela qual passa a sociedade desconstrói as tradicionais comunidades nas quais estávamos inseridos e ainda afeta as identidades individuais, sociais, culturais, profissionais e religiosas levando-nos a incertezas, preocupações e ansiedades.

É comum a interação e a socialização das pessoas em seu ambiente local, seja na cidade, no trabalho, com os vizinhos, formando redes sociais. Estas redes sociais formam as identidades, frequentemente dentro das comunidades, que criam significado e reconhecimento entre as pessoas e a sociedade.

As comunidades, por sua vez, seriam partes integrantes da vida social e também dos núcleos político-culturais de um todo, seja este local ou globalizado. As comunidades são



formadas por grupos de pessoas vinculadas umas às outras tanto por tradição e destino, cujos membros têm ligação absoluta, quanto por afinidades de idéias e princípios fundados por laços de solidariedade que constroem a identidade do indivíduo.

Normalmente as comunidades sugerem algo bom; elas representam atualmente, segundo Bauman, “um abrigo em relação aos efeitos da globalização em todo o planeta”(2005, p. 12). Estas transformações pelas quais passa a sociedade exigem novos comportamentos e novos referenciais para se reconstruir uma identidade individual ou coletiva, e as comunidades representam uma segurança diante de algo que ainda é desconhecido.

Dentro das comunidades territoriais, os indivíduos interagem, compartilham experiências, estreitam relações, discutem problemas de forma amigável e usufruem do espaço em comum e da presença física do outro, assim como nos apresenta Leal, “as relações comunitárias constituem então, formas de enraizamento dos indivíduos, tanto na coletividade como no território que ocupam, o que condiciona inclusive o contato com os outros grupos.”(2006, p. 184)

Estas relações fornecem aos indivíduos modelos de ação, objetivos, ideais e valores que são aprovados, e ainda correspondem aos anseios e necessidades que podem lhes trazer satisfação pessoal e ajuda mútua de interesses. Todos os membros do grupo devem compartilhar das mesmas convicções, hábitos, atitudes e peculiaridades, o que não impede a diversidade.

Na comunidade, o entendimento acontece naturalmente, não é necessário construir um acordo artificial. A comunidade é o lugar de se sentir amparado e confiante, nela encontra-se o que falta no mundo lá fora: o respeito, o entendimento, a compreensão. Por isto, Bauman se refere à comunidade como algo não existente: “Paraíso perdido ou paraíso ainda esperado; de uma maneira ou de outra, não se trata de um paraíso que habitemos e nem de um paraíso que conheçamos a partir de nossa própria existência.” ( BAUMAN, 2003, p.9)

Parece mesmo improvável a existência de comunidades nestes moldes apresentados dentro do contexto social. A sociedade do capitalismo tardio favorece a individualização, que afeta a formação das identidades. Aquela comunidade estável, fixa e enraizada que garantia uma identidade comunitária aos seus membros tornou-se frágil, seus laços fortes de solidariedade enfraqueceram-se e a unidade identitária divide espaço com as pluralidades de identidades. Surge assim uma tensão entre a identidade vivida como construção individual e a comunidade como forma de sociabilidade coletiva.

Esta tensão gera um desconforto entre a comunidade e a individualidade, na escolha entre pertencer a uma comunidade e ter segurança ou viver fora da comunidade e ter liberdade. A comunidade real – e não naquela sonhada – exige esta condição, ela garante a proteção, mas tira a liberdade, enfim, a comunidade limita a liberdade, mas oferece segurança, compartilhamento e inserção do indivíduo.

A esperança de encontrar um ponto de equilíbrio e a turbulência dos fluxos de informação faz o indivíduo se movimentar. Enquanto estiver em posse de sua liberdade ele pode escolher suas comunidades, não há mais uma inclusão impositiva como já ocorrera no passado. Agora ele pode escolher participar de uma comunidade local ou de uma globalizada, e cabe a ele a responsabilidade da escolha. Da mesma forma que também pode escolher não participar de nenhuma.

A independência em relação às comunidades possibilita que o cidadão contemporâneo não precise mais pertencer a nenhuma delas, portanto a decisão parte dos benefícios que ele conseguiria na comunidade e que ele não conseguiria por conta própria fora da comunidade, além de pesar a vantagem de se submeter às demandas da solidariedade comunitária.

Dentro dos discursos filosóficos, como acredita Bauman, desenvolvem-se duas concepções diferentes de comunidade: a comunidade estética e a comunidade ética. A comunidade estética, originada na idéia kantiana, é formada a partir de laços superficiais, transitórios, descartáveis e pouco duradouros, enquanto que a comunidade ética é construída a partir de responsabilidades e vínculos duradouros, capaz de dar suporte ao indivíduo na vida social.

A distinção entre estas comunidades retrata as formas de vida e sociabilidade na contemporaneidade. A comunidade estética, entre diversos segmentos, caracteriza-se normalmente por ser gerada pela indústria do entretenimento que “atua pela sedução” e envolve os indivíduos através da criação de ídolos. Os integrantes destas comunidades estão sempre prontos para o consumo imediato e para o descarte em seguida, estes se sentem temporariamente satisfeitos pelo fato de poderem se integrar sem o risco de perderem a liberdade. Isto é consequência da aceleração do tempo de giro da produção, ou seja, os produtos são produzidos para terem uma vida útil reduzida, efêmera e de acordo com o espetáculo e a moda.

Estes fatores sociais, como os eventos, os interesses, os produtos de consumo e os ídolos servem temporariamente como “cabides” para camuflar as aflições, angústias, ansiedades e preocupações experimentadas individualmente. Estas sensações serão

penduradas para em seguida serem retomadas, estes processos identitários serão instituídos nas chamadas “comunidades-cabide”, conforme Bauman:

Qualquer que seja o foco, a característica comum das comunidades estéticas é a natureza superficial, perfunctória e transitória dos laços que surgem entre seus participantes. Os laços são descartáveis e pouco duradouros. [...] esses laços podem ser desmanchados, eles provocam poucas inconveniências e não são temidos. (BAUMAN, 2003, p. 67)

Estas comunidades não oferecem laços humanos mais estreitos. Passado o momento em que suas insatisfações ficaram penduradas nos “cabides”, os sujeitos voltam à sua rotina normal e isto demonstra a instabilidade das comunidades estéticas, pois nelas há apenas uma identificação temporária que não atende necessidades maiores de vínculos que comportam a segurança e a fraternidade.

As comunidades éticas correspondem àquilo que realmente é desejado e buscado, mas que não se consegue obter sozinho: segurança, certeza e proteção; esta comunidade é construída em longo prazo, com responsabilidade, com garantias de durabilidade e “compartilhamento fraterno.”

Os diferentes papéis destas comunidades não devem ser misturados para não se correr o risco de gerar discussões em torno de contradições desnecessárias, pois, de acordo com Bauman os conflitos são naturalmente produzidos e não se trata de problemas a serem superados, trata-se da pluralidade de identidades existentes.

Os acontecimentos externos são processados internamente pelos indivíduos, pelos grupos sociais e pela sociedade para que estes reorganizem os conteúdos e consigam formar suas identidades que devem ser significativas e lhes proporcionar a sensação de pertencimento. A identidade pode ser entendida como “a fonte de significado e experiência de um povo.”(CASTELLS, 2003, p. 02)

A construção das identidades geralmente parte de uma relação de poder dentro de um determinado contexto. E podem ser constituídas a partir de três formas: a identidade legitimadora, de resistência e de projeto. O estudo de Castells apresenta como estas formas são originadas: A identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os cidadãos; a identidade de resistência é criada pelos próprios indivíduos que se encontram em condições desvalorizadas ou impostas pela ordem dominante, eles constroem trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições dominantes; e por último, a identidade de projeto é formada quando os indivíduos, servindo-

se de qualquer tipo de material cultural, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e provocar a transformação de toda a estrutura social.

As identidades não são intransponíveis; é possível passar de uma identidade para outra. A dinâmica das identidades revela que elas não se constituem enquanto essências, mas sim como resultado de processos históricos e em certos casos, escolhas pessoais.

No início da sociedade moderna<sup>30</sup> a identidade era construída solidamente para seguir a lógica da racionalidade instrumental, sendo pautada por objetivos que acompanhavam as bases sociais da época; uma das formas de se construir a identidade era pelas classes sociais e isto era confirmado a partir do comportamento equivalente à classe que pertencia, ou seja, um burguês se comportava como burguês, um proletário vivia seu papel produtivo desempenhado na divisão social do trabalho a vida toda. Cada classe tinha seu comportamento sinalizado, a formação profissional era pré-estabelecida e a base familiar era normalmente sólida, nestas condições a distinção identitária era muito clara.

O Estado mantinha a ordem através da dependência e amparo sobre os cidadãos, o seu interesse em manter a solidez da Instituição o levava a promessas de garantias de satisfação aos sujeitos do Estado. No entanto, ocorrem mudanças das identidades fixas e permanentes para identidades voláteis e efêmeras quando a identidade começa a ser determinada a partir do comportamento dos indivíduos e das escolhas individuais. Se antes o indivíduo possuía uma identidade que era mais ou menos imposta pelo Estado, agora ele está totalmente desamparado para buscar sua própria identidade.

A incerteza atual do indivíduo inicia com a globalização, que nas palavras de Bauman “significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação.” O Estado passa a ter poucas garantias de soberania territorial, pois, perdeu aquele monopólio que monitorava e protegia as hierarquias e as identidades. Bauman descreve este desligamento do Estado:

Tendo transferido a maior parte de suas tarefas intensivas em mão-de-obra e capital aos mercados globais, os Estados têm muito menos necessidade de suprimentos de fervor patriótico. Até mesmo o patriotismo, o ativo mais zelosamente preservado pelos Estados-nações modernos, foi transferido às forças do mercado e por elas remodelado para aumentar os lucros dos promotores do esporte, do *show business*, de festividades comemorativas.” (BAUMAN, 2005, p.34)

Com estas mudanças, os direitos econômicos, políticos e sociais perdem a sua força dentro do Estado-nação. Os direitos individuais passam a prevalecer sobre os coletivos e cabe

---

<sup>30</sup> A formação da identidade antes do Estado moderno se fazia pelo nascimento, ou seja, a identidade do sujeito era determinada pela casta social a que pertencia.

ao indivíduo garantir suas próprias vantagens sobre os outros. Ocorre, neste momento, a ambivalência do individualismo moderno. O sujeito que na modernidade lutou pela emancipação, autonomia e direitos conseguiu realmente o que mais desejava: a garantia da individualização, porém ela veio como valor de troca. Os bens trocados seriam a liberdade e a segurança; a segurança era oferecida em troca da liberdade. Como Bauman observa: “Os males da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual.” (BAUMAN, 1998, p.10)

Enquanto não se tinha a liberdade, esta era o bem mais valioso e desejado, o que ofuscava a importância da segurança, enquanto se tem a liberdade e não se tem a segurança esta última torna-se o bem mais desejado. Esta ambivalência é o drama do homem pós-moderno, pois não vieram os ganhos sem as perdas. O homem contemporâneo não vive em um Estado de leis duras, severas e inabaláveis que o deixa com o único dever de se ajustar e conformar, mas vive a aflição e ansiedade do oferecimento de mais liberdade individual em troca de menos segurança.

O que parece inicialmente estimulante, como as expectativas sobre novas vivências, a liberdade para fazer escolhas, a ausência de limites, a possibilidade de terminar e recomeçar algo sempre que se sentir entediado pode a longo prazo ser causa de ansiedade, do mesmo modo que uma condição determinada e inflexível diante de outras tantas possibilidades pode ser causa de insatisfação.

Esta complexidade pode ser originada na tradicional sensação de pertencimento. Na percepção de Geuss “os seres humanos têm uma necessidade vital do tipo de vida ‘significativa’ e do tipo de identidade, o que é possível apenas para um agente que se põe em relação com uma cultura.”(GEUSS, 1998, p.39) Aqueles valores enraizados culturalmente dentro da nação, como a tradição, os dialetos, os costumes e modos de vida locais foram perdidos e com isto fica difícil obter identidades significativas, embora os indivíduos ainda sintam a necessidade de buscar uma identidade que vem do desejo de segurança e de convívio.

A sociedade transformou-se e conseqüentemente, a formação de identidades sociais, culturais e políticas também. Com isto tornou-se praticamente impossível tentar recuperar qualquer tipo de identidade sólida e rígida dentro de um mundo de diversidades, conforme esclarece Bauman:

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e

revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. (BAUMAN, 2005, p. 17)

A formação da identidade na contemporaneidade demonstra sua fragilidade em relação às formas sólidas de seu passado também ao seguir a tendência de ser mediada eletronicamente, o que faz com que ela seja construída através das mídias virtuais. Identidades construídas dentro de comunidades virtuais perdem aquela relação do face a face, da intimidade e da idéia de futuro sólido e garantido, pois com a mesma facilidade com que ela é construída ela pode ser desfeita.

Parece que na sociedade atual não há mais a possibilidade de se esperar a eficácia de um Estado constitucional como o de Habermas. Para que o núcleo do Estado se sobreponha à periferia de interesses e preocupações dos movimentos, organizações e associações relacionados a grupos auto-referenciais ele deve ser capaz de algo que não se realizaria sem ele. E com uma sociedade cada vez mais privatizada o seu papel está diminuindo, os membros da sociedade tem tentado resolver suas próprias questões sem esperar pelo Estado. O indivíduo tem assumido sua culpa sobre os erros, infortúnios e responsabilidade sobre seus destinos. O Estado não tem livrado os homens do risco da exclusão que tanto ameaça a humanidade atual. Se o Estado já foi criticado por manter presos os indivíduos através de forte dominação, agora ele se encontra na condição de aceitar a exclusão destes indivíduos do sistema funcional.

### 3.3 – Os espaços públicos urbanos

Os espaços públicos sempre se movimentaram e empurraram as pessoas para novos lugares. A idéia de algo concreto e determinado não corresponde à constituição espacial, pois, os espaços públicos acompanham o contexto histórico e suas transformações. Dentro das articulações históricas encontram-se diversos espaços: os aristocratas se encontravam nos castelos (socialização da nobreza), os burgueses, nos salões e cafés (encontros de sociedades secretas), o proletariado nas fábricas (divisão social do trabalho). Agora, sem a “presença” de classes não há lugares públicos específicos, e sim lugares públicos comuns, tanto para os economicamente favorecidos quanto para os desfavorecidos como os shoppings e as salas de bate-papo no espaço virtual.

O significado dos espaços extrapola o caráter arquitetônico; eles representam as intenções, as decisões, os conflitos, que determinam o fluxo de pessoas, que tanto pode ser pela atração quanto pela repulsa. Um exemplo de esvaziamento do espaço no início dos anos 70 que ocorre com a racionalização do fordismo é apresentado por Mallini:

sustentada por um conjunto de mecanismos rígidos, tais como o investimento de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa, o absoluto controle da força de trabalho, a produção fincada em estruturas organizacionais e na ordenação hierárquica do fluxo da autoridade da informação, impulsiona uma verdadeira ‘fuga das fábricas’.  
(<http://www.rizoma.net/interna.php?id=148&secao=espaco>)

A fuga das fábricas corresponde ao próprio modelo de acumulação do capital, enquanto o chão de fábrica era o grande local de produção do capital, ali se concentravam os trabalhadores, quando o capital passou a ser gerido simultaneamente por produção e circulação através da cooperação social, a concentração nas fábricas se dissolveu.

De acordo com Zigmunt Bauman, a “modernidade líquida” fragmentou o espaço público. Ele utiliza o termo “modernidade líquida” para se referir à pós-modernidade, a qual considera como sendo apenas uma aceleração de processos formais da modernidade no final do século XX, porém, sem a solidez dos seus valores éticos.

O espaço público, conforme Bauman, é onde acontecem as coisas públicas, e nele reflete-se a realidade da simulação da identidade também flexível, fragmentada e estritamente individualizada. Bauman acredita que não seja possível pensar o *espaço público* sem pensar a construção da *identidade* daqueles que nele atuam, e atualmente devido a flexibilidade do trabalho, dos relacionamentos sociais, da realização do consumismo, esta formação da identidade se torna cada vez mais uma simulação que corresponde a uma realidade vazia. O espaço reproduz a afirmação da identidade, e se esta se apresenta como fragmentada e individualizada, qualquer ação ou pensamento dentro do espaço público seguirá o mesmo modelo. Aponta também as conseqüências da modernidade pós-moderna na qual nosso tempo torna-se “anistórico e fluído”, os espaços são fragmentados e as relações sociais sem encontros reais, todos estes fatores: o tempo, o espaço e as relações sociais são sempre acompanhados por falta de garantias.

No período moderno havia uma tendência a se determinar os lugares pelos indivíduos que os compunham reafirmando a idéia de classes, como acontecia com a própria esfera pública burguesa constituída como uma comunidade de burgueses que se reunia em lugares de

comensais, como os salões ou cafés e possuíam elementos identitários que correspondiam também à igualdade de status dos participantes e à capacidade de questionamento e críticas.

Esta acomodação em classes, tão rígidas como os estamentos da época medieval, não acontece na modernidade líquida. Houve mudanças referentes a ações políticas; antes, os indivíduos reunidos em grupos acreditavam na possibilidade de participação e legitimação de decisões políticas através do engajamento social, hoje, a visão pública tem se desfeito para ser substituída pelo indivíduo livre e isolado. O espaço público, como diria Bauman, nunca se viu tão sozinho e vazio. Naturalmente os riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos, as mudanças aparecem na condição individualizada de enfrentá-los.

As mudanças estendem-se para os projetos arquitetônicos urbanos, e com o avanço das novas tecnologias, aparece um domínio tecnológico sobre as cidades que é o lugar onde encontra-se o maior aglomerado de pessoas. Se na época da modernidade era possível falar dos espaços concretos e bem delimitados nos quais as cidades se formavam apenas pelos três elementos físicos estáticos e isolados uns dos outros, como o local da moradia, os lugares de circulação de pessoas e o local de trabalho, agora já não é possível tratar destes espaços sem considerá-los como dinâmicos e inter-relacionados uns com os outros, os quais completam-se mutuamente.

O espaço projetado pelos arquitetos, engenheiros e até mesmo por corretores imobiliários, seja ele uma cidade, um bairro, uma praça, uma rua, segue uma estruturação que tenta unificar a arte, a funcionalidade e a técnica de acordo com as demandas sociais. Os projetos arquitetônicos seguem as propostas da época, e no projeto pós-moderno, a constituição dos espaços acompanha as mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e os processos políticos.

O desenvolvimento urbano não segue uma racionalidade voltada para o bem-estar social, ele sobrepõe o domínio do privado sobre o público de modo que os interesses particulares se acoplam aos recursos modernos, como a alta tecnologia, e os reflexos aparecem nas condutas de comportamentos de vida social e individualizado. Os cidadãos são coagidos a acompanhar o fluxo da urbanização que, de acordo com Ferraz, são determinados pelo controle tecnológico:

A tecnologia, como fim em si, desenvolve-se na direção daquilo que mais rende em dinheiro. Muitas cidades crescem vertiginosamente, e muito além de seus limites racionais, não porque elas possuam características excepcionais que as tornam extraordinariamente dinâmicas, mas em virtude do alto poder catalisador de sua



tecnologia que, além de outras virtudes, é excelente criadora de empregos.”  
(FERRAZ, 1997, p.92)

A economia e a tecnologia se interagem no desenvolvimento dos projetos arquitetônicos para manter o controle do mercado e dos negócios. Assim também a política e a tecnologia são interdependentes em suas ações na sociedade de modo que podem agir sobre a descentralização de ações sociais ou mesmo sobre o controle da movimentação dos produtores e de suas atividades produtivas. A organização social, como revela Ferraz, pode interferir diretamente sobre as decisões do produtor com relação à quantidade produzida e sobre o local da produção:

A tendência dos produtores de se aglomerar já não mais se justifica em face das facilidades e eficiência dos meios de transporte e de comunicações; daí ser estratégia altamente social organizar o sistema industrial, limitando-se sua concentração nas cidades e distribuindo-a racionalmente pelo território nacional. (FERRAZ, 1997, p.92)

Devido aos meios de comunicação e transporte, não é mais necessário aglomerar os trabalhadores em locais únicos de produção, os recursos tecnológicos permitem um controle total das mercadorias que saem das fábricas e indústrias e do seu percurso até o cliente, através do comando que atinge também o tráfego dos meios de transporte nas ruas.

A falta de necessidade de aglomeração refere-se ao modelo de produção que se difere daquele próprio do fordismo, no qual produzia-se intensamente com a intenção de acumular o produto, pois seguiam a lógica de vender o que já fora produzido. Atualmente somente produz-se a quantidade certa para entrar diretamente no mercado, pois a mercadoria já foi vendida; este modelo é típico do pós-fordismo, produz em menor quantidade, porém com maior diversidade para atingir uma quantidade maior de consumidores de diferentes preferências.

Os interesses econômicos e políticos ligados à tecnologia podem exercer influência tanto na aglomeração quanto na descentralização das atividades econômicas e sociais. O poder público pode estimular a circulação de pessoas em lugares de convivência através da redução de impostos ao se utilizar o espaço para algum evento artístico ou cultural, e através de construções atraentes para locais de encontro, em espaços estrategicamente descentralizados e inviáveis para manifestações públicas e reivindicações, como por exemplo, durante a ditadura militar, a reforma do Ensino Superior no Brasil, sob moldes norte-americanos, visou também à dispersão dos alunos nos campi, longe da cidade.

O espaço projetado possui uma dimensão simbólica que vai do simples espaço físico das atividades sociais de convivência como bibliotecas, escolas, museus, aos lugares estratégicos como ruas, praças, parques, shoppings que são espaços livres destinados à circulação e ao lazer, mas são também, elementos urbanos que permitem aos indivíduos o exercício de suas funções sociais.

A tecnologia é imprescindível para a construção do espaço, pois estes não se formam aleatoriamente. O traçado de uma rua, as edificações, o transporte, também exigem um sistema político complexo e atualizado para mantê-los funcionando adequadamente. A beleza do lugar pode ser fator de atração, mas a dimensão utilitária e seu valor de troca é que constituem fatores essenciais. Os centros urbanos têm sido projetados de forma a exercer um maior poder de atratividade para os cidadãos, de acordo com Ferraz, “o poder de atração de uma cidade, especialmente a grande metrópole, decorre da necessidade de se concentrarem nela certas atividades que não poderiam nem sequer nascer senão no aglomerado urbano: bancos, publicações, organizações profissionais, instituições religiosas, beneficentes, etc.”(1997, p. 91)

A concentração das atividades, principalmente do comércio, favorece um fluxo maior de pessoas que se sentem beneficiadas em poder resolver todas as suas necessidades em lugares próximos e ainda controlar melhor o tempo. No entanto, o aumento da circulação de pessoas e de veículos ocasiona dificuldades no tráfego de pessoas e meios de transporte. A concentração das atividades leva ao congestionamento de veículos, devido aos espaços que atraem os indivíduos, mas dificulta a livre circulação.

Desta forma, os projetos arquitetônicos urbanos procuram amenizar tais transtornos através da utilização de tecnologia especializada para controlar a circulação urbana e o tráfego, além de utilizarem parte dos espaços urbanos para a construção de estacionamentos. Estes são construídos nos grandes centros urbanos, que possuem estacionamento rotativo nas vias públicas e ainda um grande número de estacionamentos privados, do mesmo modo, os shoppings center também possuem seus estacionamentos privados nos quais também são cobradas taxas para a sua utilização.

Os arquitetos, engenheiros e grupos imobiliários auferem lucros diretos desta ordem urbana, e assim um local que seria propício para a construção de uma residência passa a ser espaço de circulação de veículos, as ruas são alargadas e são projetadas vias de fluxo rápido para um maior controle do tempo.

As análises de Bauman apontam novas considerações sobre o espaço que se reproduz na modernidade líquida e acrescenta novas divisões. Nestes novos espaços, as certezas e

utopias diluem-se e o grande vazio de incertezas e inseguranças conduz a uma busca individual e frenética por um porto seguro que leva uma multidão de náufragos à busca de uma “comunidade”, de uma identidade, do reconhecimento e de uma perspectiva de futuro ainda que esta seja transcendental.

Na obra *Modernidade líquida*, Bauman apresenta a fragmentação do espaço público em quatro "lugares" ou tipologias de lugares: lugares êmicos, fágicos, não-lugares e espaços vazios.

Os lugares êmicos são aqueles que regurgitam e expulsam o humano; são apenas de “passagem” e não há elementos culturais que apontam para uma fixação do sujeito. Como exemplo, uma obra da administração pública que transforma a praça de espaço público em lugares êmicos de mera passagem.

Os fágicos são aqueles que engolem o sujeito, impedindo-o de expressar particularidades, estes locais absorvem as pessoas pela cultura do consumo. Os lugares de convivência e encontro são transportados para lugares fágicos, como os shopping centers, em que a referência mediadora do lugar de encontro é o consumismo. Este é o lugar dominante na sociedade contemporânea.

Os não-lugares representam aqueles em que não se percebe elementos identitários que o caracterizam, eles perdem suas características próprias e se padronizam uns com outros por meio de imagens-clichês. Um exemplo destes não-lugares seria as alas internacionais dos aeroportos, o fato de serem todas parecidas causa a impressão de que o indivíduo está sempre no mesmo lugar. Esses lugares transformam os bairros de classe média e alta em não-lugares, ao priorizar uma assepsia que retira todo o vestígio humano.

Os espaços vazios se definem como os lugares de exclusão que não são repercutidos para além de suas fronteiras. Bauman define-os como os locais onde se concentra a grande massa de excluídos. Por esta razão, são lugares que não tem sentido na lógica liberal e se apresentam como "perigosos" para a ordem dominante. Porém, além disto, tais espaços são vazios porque suas lógicas não são compreendidas pelos valores estabelecidos na lógica hegemônica. Erguem-se muros visíveis e invisíveis nas periferias e bairros pobres, reforçando o seu caráter de espaço vazio. Favelas inserem-se teoricamente no conceito proposto por Zygmunt Bauman de *espaço vazio*.

Além destas fragmentações apresentadas do espaço físico, a pós-modernidade lida com as transformações geradas pela desterritorialização, que propiciou um fechamento dos espaços públicos, seja por desuso, seja pela crescente necessidade de segurança em uma sociedade que cria abismos cada vez maiores entre suas elites e os excluídos.

Aquele espaço da presença física que era compartilhado pelas pessoas, como a rua, a praça, por exemplo, passa a ser um fator de risco. O desenvolvimento de modos de segurança propicia uma redefinição desses espaços que deixam de ser usados por transeuntes nas ruas para serem ocupados por veículos de janelas fechadas, portas trancadas e ar-condicionado; em vez das praças públicas e abertas, temos hoje as praças dentro de shoppings cercadas por seguranças. São construídos espaços atraentes para que haja uma maior concentração de pessoas, com possibilidades de lucros e de negócios, e ainda de eventos culturais.

Os espaços físicos contemporâneos não favorecem a discussão, portanto aquele espaço público de debates, desejado por Habermas, fica comprometido dentro da sociedade pós-moderna. No entanto, afirma Bauman, para as elites, a desterritorialização própria da globalização é um fator de emancipação, pois ela pode usufruir desta ausência de limites para a mobilidade através de seu livre fluxo mundial, porém, ainda existem indivíduos e grupos que são excluídos deste processo de mobilidade (física, espacial ou informatizada). Há uma mobilidade física extremamente facilitada principalmente para a classe hegemônica que usufrui desta nova ordem na qual a distância é insignificante, e também uma “mobilidade virtual” que se estende para além da mobilidade física.

O mundo contemporâneo desterritorializado apresenta novas configurações em suas condições espaço-temporais. As noções de perto e longe, rápido e lento com certeza não possuem os mesmos significados que tinham na modernidade; o espaço enquanto distância parece importar pouco, pois não impede a mobilidade, conforme afirma Bauman, a maioria das pessoas “está em movimento mesmo se fisicamente parada” (BAUMAN, 1999, p. 85). A própria ordem contemporânea impõe ao homem a sua condição de volatilidade.

Na verdade, a vida de todos os indivíduos na contemporaneidade, de uma forma ou de outra, está em movimento, a distinção entre o tipo de movimento ocorre no âmbito das escolhas. Quanto mais opções o indivíduo possui, mais alto na hierarquia social ele se encontra, conforme defende Bauman. Esta condição ilustra quem são os heróis e as vítimas do capitalismo avançado, desta forma, ele utiliza as metáforas de “turistas” e “vagabundos” para explicar o que considera a principal divisão da sociedade pós-moderna, marcada por um tempo e espaço flexíveis, em que a mobilidade é a característica predominante.

O movimento não representa a parte de um processo a partir do qual se deseja chegar a um determinado fim, ele, de fato, não deseja chegar. Os turistas representam aqueles que

aproveitam o máximo dos prazeres da vida, e dos lugares por onde passam; estes se movem guiados pelos seus desejos e abandonam o local em que se encontram quando novas oportunidades não experimentadas acenam em outra parte. Este modo de vida é explicado por Bauman:

O nome do jogo é mobilidade: a pessoa deve poder mudar quando as necessidades impelem, ou os sonhos o solicitam. A essa aptidão os turistas dão o nome de liberdade, autonomia ou independência, e prezam isso mais do que qualquer outra coisa, uma vez que é a *conditio sine qua non* de tudo o mais que seus corações desejam. (BAUMAN, 1998, p.114)

Os turistas possuem liberdade, autonomia e independência para recusar qualquer forma de fixação, movimentam-se sempre que sentirem necessidade ou vontade, chegam e partem a qualquer tempo e a qualquer lugar de modo a realizar seus sonhos, fantasias e estilo de vida. Pertencem a todos os lugares e a lugar nenhum, mudam sempre que o controle estiver escapando de suas mãos ou quando o prazer aproxima da exaustão. Não possuem conexão com o passado e nem preocupação com o futuro, e a duração do momento é proporcional à possibilidade de diversão; as relações não se enraízam, pois não há comprometimento, e também não tem roteiro, tudo é incerto, este talvez seja seu único desconforto, vive constantemente com as incertezas.

Entretanto, o problema maior é outro, os eventos da vida do turista são frequentemente iniciados e finalizados, porém nunca chegam ao fim como algo definitivo, eles sempre voltam devido a não concretude do término, isto é, por viver de chegadas e partidas ele nunca sabe o que realmente está acabado e consumado. Ficar o tempo todo cortando raízes para que elas não voltem em algum evento futuro exige um esforço constante. Esta é a exigência do mundo exterior que demonstra a falsa idéia do turista de ter controle total sobre sua vida, embora tenha muitos prazeres, ele tem que conviver com este incômodo constantemente.

Já os vagabundos se opõem aos turistas. Estes se movimentam porque são empurrados pela necessidade de sobrevivência e ainda sofrem severas restrições nos tempos e espaços em que perambulam. Mesmo que desejem intensamente permanecer por mais tempo em algum lugar, eles sabem que não poderão ficar, pois em lugar nenhum são bem-vindos, “se os turistas se movem porque acham o mundo irresistivelmente *atractivo*, os vagabundos se movem porque acham o mundo insuportavelmente *inóspito*.” (BAUMAN, 1998, p. 118). Caso lhes fosse dado o direito de escolha, os vagabundos talvez preferissem a comodidade da permanência, pois, “para eles, estar livre significa *não ter de* viajar de um lado para o outro.

Ter um lar e ser permitido ficar dentro dele.[...] Os vagabundos são os restos do mundo que se dedicaram aos serviços dos turistas.”(BAUMAN, 1998, p.117)

Em nossa sociedade pós-moderna não se pode estar certo de que se adquiriu o direito de permanecer no mesmo lugar para sempre, os próprios esquemas dos albergues de acomodação provisória e, de curta permanência, como apenas para período da noite, estimulam a mobilidade dos andarilhos. A estabilidade e a imobilidade não fazem parte do contexto atual que, de uma forma ou de outra, nos induz ao movimento seja este voluntário ou obrigatório, físico ou virtual. Ainda que não haja o deslocamento físico, as redes induzem ao movimento virtual, sendo que estas são o *locus* da formação de uma identidade transterritorial, são espaços de fluxos de mercadorias e relações sociais muito diferentes daquela permanência física territorializada.

Todos estes fatores levam à mobilidade<sup>31</sup>, mesmo que alguma instituição rígida deseje impor algum limite nesta mobilização as próprias condições da contemporaneidade lhe impedirão, isso é o que nos assegura Castells, “[...] pois os aparelhos rígidos e poderosos não serão capazes de acompanhar, num prazo razoável, as mentes mobilizadas em torno do poder detido por redes flexíveis e alternativas.” (CASTELLS, 2003, p. 440)

### 3.4 – A desterritorialização e as comunidades virtuais

A identidade, por ser inerente à condição humana, é buscada por todos os indivíduos com o intuito de encontrar segurança, moldar comportamentos, formar convicções e garantir ao indivíduo um lugar no mundo. A formação da identidade depende muito do seu enraizamento em um espaço territorial bem definido que ofereça todas as condições necessárias para o indivíduo ou os grupos se sentirem seguros e protegidos. Este espaço bem delimitado marcado por sua territorialidade caracteriza-se pelo seu abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção, pela identificação do grupo com o espaço construído, pela disciplina e controle exercido através do espaço e pela construção de conexões e fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

Devido a todos estes motivos, a territorialização ao longo do processo histórico foi muito valorizada pelo que representava para os indivíduos e também para o Estado-nação, pois a identidade existente no território de soberania nacional era consolidada e concretizada a partir de muita coerção e convencimento com a finalidade de legitimar uma subordinação

---

<sup>31</sup> “Mobilidade é vida” foi o slogan do salão do automóvel de Frankfurt em 1993.

incondicional de seus cidadãos. A identidade nacional era a garantia do Estado de concretizar o futuro da nação e a certeza de sua continuidade, sendo assim todo o povo era obrigado a aderir a determinados símbolos nacionais, como hino e bandeira, e a manter vínculos a lugares, datas comemorativas e tradições específicas.

A finalidade deste Estado-nação era sobrepor um tipo de adesão ao particularismo comunitário territorializado em nome de uma nação una e indivisível. Com isto, ele evitava o controle das comunidades sobre os cidadãos devido ao seu esforço de unificação nacional, o que anulava todos os interesses individuais e mantinha a inexistência de autonomia dentro da nação. A permanência territorializada e o pertencimento do indivíduo em uma comunidade tem implicações nas instituições estatais e também nas normas e leis que submetem os indivíduos. Castells esclarece que “a identidade territorial está na raiz dos governos locais e regionais que despontam, em todo o mundo, como actores significativos tanto em termos de representação como de intervenção, por estarem mais bem posicionados para se ajustar às incessantes variações dos fluxos globais.” (CASTELLS, 2003, p. 437)

O território constitui-se como um espaço que pode assumir diferentes formas ou funções que podem ser físicas, geográficas, sócio-políticas, econômicas e psicológicas, que foram sendo permeadas pelos avanços tecnológicos em escala mundial. A revolução das tecnologias de comunicação estreitam distâncias e desfazem fronteiras, o globo terrestre transforma-se num complexo espaço de relações desterritorializadas e assim, uma nova estrutura da sociedade composta por novos sujeitos surge interconectada mundialmente.

A dimensão histórica e cultural importante nos processos de territorialização é modificada quando a identificação territorial começa a se relacionar com o movimento, isto é, com o fluxo extra-territorial. As comunidades passam por uma reestruturação em sua nova fase desterritorializada e o domínio estatal fica mais flexível. Desta forma, o processo de desterritorialização avança em decorrência da nova mobilidade social, que muda as relações espaciais limitadas para uma compressão espaço-tempo de múltiplos alcances e, com a utilização das tecnologias, permite o fenômeno do alcance global instantâneo ou em tempo real. Haesbaert mostra uma outra implicação deste evento, ou seja, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”. (HAESBAERT, 1994, p.214)

O termo “desterritorialização”, que significa uma “saída do território”, foi conceituado por Deleuze e Guattari, que inicialmente usavam a expressão nos processos psicanalíticos. Somente um tempo depois, este foi usado na filosofia e outras áreas. Influenciado pelo pensamento de Foucault e Deleuze, Guattari analisou os efeitos do contexto sócio-histórico e

cultural na subjetividade humana, e defende que, mesmo inconscientemente, os indivíduos se lançam e empreendem-se em “buscas diárias por demarcações das territorialidades sociais, que foram perdidas quando a humanidade passou a ter o capital como universo de referência.” (GUATTARI, 1993)

A utilização do termo não se refere propriamente a um território geográfico, mas sim a um contexto físico e antropológico diante do comportamento de desenraizamento humano do seu território natural. A desterritorialização é um processo que encaminha naturalmente para uma reterritorialização, isto é, uma “criação” de um outro novo território.

O conceito de Deleuze & Guattari apresenta-se como fugidio, múltiplo e literalmente “rizomático” na “articulação, corte e superposição”, levando-o sempre a referir-se a outros conceitos do passado, do presente ou do devir:

O conceito é o contorno, a configuração, a constelação de um acontecimento por vir. Os conceitos, neste sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los. [...] Erigir o novo evento das coisas e dos seres, dar-lhes sempre um novo acontecimento: o espaço, o tempo, a matéria, o pensamento, o possível como acontecimentos (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 46).

A articulação do conceito corresponde ao movimento natural do rizoma, que por sua vez representa a raiz em sua pluralidade e possibilidade de conectar com qualquer outro ponto em sua multiplicidade de encontros. O rizoma seria o modelo da construção do pensamento no qual os conceitos não são hierarquizados e não partem de um ponto central, nele não há a concentração de poder, assim como não é referência para outros conceitos.

O rizoma, então, representa a desterritorialidade em suas múltiplas possibilidades de reconstrução de territórios, porém estes, ao serem recriados, não possuem aquelas mesmas características dos originais, construídos por muitos milênios e que levaram muitas décadas para se modificar; os novos territórios são móveis e descontínuos, podendo se desfazer com extrema rapidez, de modo que aquele processo lento e gradual de sua construção é substituído por uma aceleração progressiva, tanto do seu surgimento quanto da sua dissolução.

A desterritorialização não leva a um esvaziamento ou ao fim de uma comunidade territorializada, mas sim à perda de um referencial fixo que é substituído por vários outros não referenciais. Desta forma, não se tem mais um ponto de referência exato, nem da região, do estado ou do país e isto se estende para as empresas, o trabalho, os produtos, os vínculos sociais, tudo se torna mundial e em trânsito. Ela pode acontecer dentro da própria casa através de mídias conectadas que coloca o homem em contato com localidades hiper-distantes levando-o a perder seu referencial e não reconhecer mais seu lugar no mundo. Com isto, a



necessidade intrínseca do ser humano de possuir uma identidade o impulsiona a buscar em outros territórios identidades novas ou reconstruídas. De acordo com Castells “a crescente diversidade e fragmentação dos interesses sociais na sociedade em rede resultam na sua agregação sob a forma de identidades (re)construídas.” (CASTELLS, 2003, p. 329)

Este processo pode ser mais bem definido como uma reterritorialização em novas bases encontradas ou, conforme denominado por Haesbaert, uma multiterritorialização que consiste na existência de múltiplos tipos de territórios. E mesmo com esta diversidade de territorialidades é possível ter acesso e trânsito muito maior e mais rápido, devido às novas tecnologias. Entretanto, este processo privilegia as classes hegemônicas por terem maior facilidade na mobilização tanto física quanto virtual; somente uma elite planetária pode usufruir de uma acessibilidade ampliada e irrestrita. A desterritorialização própria da globalização emancipa as elites e exclui os desfavorecidos da cultura da mobilidade física e virtual deixando-os desamparados também pelo fato dos espaços locais terem sido desfeitos.

Bauman avalia as novas formas da espacialização na sociedade globalizada e defende que a desterritorialização não é igualmente distribuída por favorecer as elites, seja pela progressiva facilitação do deslocamento ou pelos ordenamentos que não estão mais confinados a espaços locais, como o poder político e a economia. Surge uma nova casta de excluídos composta por aqueles para quem a mobilidade não é possível e que não têm acesso à desterritorialização e ao ciberespaço.

Isto traz implicações políticas, pois a pós-modernidade precisa constituir efetivamente uma multiterritorialidade que não esteja disponível apenas a uma minoria. A mobilidade e a amplitude de opções realistas permitida apenas àqueles mais favorecidos, que podem escolher suas novas territorialidades, significa para Bauman o motivo central das diferenças sociais pós-modernas: “A liberdade de escolha, eu lhes digo, é de longe, na sociedade pós-moderna, o mais essencial entre os fatores de estratificação. Quanto mais liberdade de escolha se tem, mais alta a posição alcançada na hierarquia social pós-moderna.” (BAUMAN, 1998, p. 118)

O discurso da desterritorialização revela um mundo globalizado e móvel, marcado pela imprevisibilidade, fluidez das redes e virtualidade do ciberespaço que deveria atingir a todos. A multiterritorialidade exige que os indivíduos mantenham as conexões físicas ou informacionais, principalmente pelo ciberespaço, entre os múltiplos territórios e ainda os territórios-rede pela necessidade de se construir uma experiência espacial integrada. Com a multiterritorialidade esperava-se que haveria a destruição de todas as barreiras espaciais e do capital financeiro, de modo a conseguir o desaparecimento do Estado-nação, delegando assim

todo poder ao mercado mundial. Castells esclarece que as mudanças acompanham a descentralização do fluxo do poder:

O poder [...] já não se concentra nas instituições (o Estado), nas organizações (sociedades capitalistas) ou nos mecanismos simbólicos de controlo (empresas mediáticas, igrejas). Pelo contrário, difunde-se em redes globais de riqueza, poder, informação e imagens, que circulam e se transmutam num sistema de geometria variável e geografia desmaterializada. No entanto, o poder não desaparece. *O poder ainda governa a sociedade; ainda nos molda e domina*, não só porque aparelhos de diferentes tipos ainda se mostram capazes de disciplinar os corpos e silenciar as mentes. (CASTELLS, 2003, p. 439-440)

Esta forma de controle pode aumentar ou diminuir conforme o comando sobre a tecnologia da informação, não se trata mais de um poder exercido por instituições rigidamente constituídas que mantém estabelecida a dominação, mas sim de um poder concentrado nas mãos daqueles que possuem o conhecimento tecnológico, pois hoje o que confere poder é ter acesso à informação e dominar o uso dos instrumentos que a transmitem, ou seja, possuir meios de entrada a este mundo novo, tecnológico, virtual. O fator predominante da sociedade contemporânea é a mobilidade e o acesso à tecnologia de informação permitindo que os indivíduos se movam com desenvoltura e plena rapidez por todo planeta através das infovias.

A desterritorialização ou multiterritorialidade são moldadas pelo movimento e reconhecem a importância estratégica do espaço e do território para a transformação da sociedade e dos fluxos do poder. A concentração de indivíduos em lugares específicos que se encontravam para discutir e influenciar a ação política não existe mais, estes espaços foram esvaziados pela dispersão, sendo mais facilmente encontrados nas redes virtuais.

A desterritorialização atinge a sociedade global e caracteriza-se pela alta definição tecnológica e pela sua rapidez. A Internet - rede mundial de computadores - permite aos indivíduos um acesso rápido às informações com relativa segurança e com muito conforto. Dentro da própria casa, esta nova mídia audiovisual coloca o homem em contato com localidades hiper-distantes e desafia a compreensão do mesmo em relação ao presente. O homem pós-moderno encontra-se agora exposto de forma participativa a uma interação mundial de comunidades virtuais.

A comunidade no mundo de hoje provoca uma articulação entre esfera pública e privada. As distinções entre público e privado se interpenetram na rede através das múltiplas interações que podem ser com a própria família, o círculo de amigos, os colegas de trabalho, os conhecidos, e também com os membros de uma comunidade virtual em comum (mesmo que não se conheçam pessoalmente) como os ativistas de movimentos sociais, etc., isto é, a

interação com grupos ou indivíduos da esfera pública acontece no mesmo espaço e nas mesmas condições que o da esfera privada. Na descrição de Habermas ainda havia uma clara distinção, na qual se iniciava uma interpenetração, porém sem destruir os limites das esferas:

Os canais de comunicação da esfera pública engatam-se nas esferas da vida privada [...] de tal modo que as estruturas espaciais de interações simples podem ser ampliadas e abstraídas, porém não destruídas. De modo que a orientação pelo entendimento, que prevalece na prática cotidiana, continua valendo também para uma comunicação entre *estranhos*, que se desenvolve em esferas públicas complexas e ramificadas, envolvendo amplas distâncias. (HABERMAS, 2003, p.98)

As esferas pública e privada também podem ser orientadas pelo entendimento através do uso crescente de tecnologias digitais que criam uma nova relação entre a técnica e a vida social e, ao mesmo tempo, propicia novas formas de agregação social no ciberespaço. Nas redes de comunicação desenvolvem-se um espaço de comunicação e a circulação de informação que não existem em oposição ao real. Os próprios antagonismos no espaço político entre identidade e diferença precisam ser mantidos como garantia de uma democracia numa sociedade pluralista.

As comunidades virtuais se constituem de forma espontânea nestes espaços virtuais com bases em afinidades. Atualmente cabe ao indivíduo a escolha de integrar-se a uma determinada comunidade, a motivação é individual, eletiva e subjetiva. Isto difere do modelo tradicional de atribuição de identidades culturais de maneira imposta, agora o indivíduo está diante da possibilidade de optar pela identificação, que na verdade, representa a diferenciação. A elaboração constante da identidade torna-se, portanto, uma atividade intrinsecamente solitária, como uma espécie de ‘política de vida’, o indivíduo torna-se responsável pelo seu projeto de auto-identidade, como analisa Giddens, “não tem outra moralidade além daquela da autenticidade, uma versão moderna da velha máxima ‘sê sincero consigo mesmo’”. Atualmente, no entanto, dado o descuido da tradição, a pergunta ‘Quem serei eu?’ está intrinsecamente ligada a ‘Como poderei viver?’” (GIDDENS, 1993, p. 215).

O indivíduo está livre para fazer todas as escolhas que for do seu interesse particular. Na comunidade virtual, ele elege a comunidade na qual quer fazer parte e pelo tempo que lhe convier, como diria Bauman, isto “é senão o que se pode chamar o ‘controle situacional’ – a aptidão para escolher onde e com que partes do mundo ‘interfacear’, e quando desligar a conexão”(BAUMAN, 1998, 114). A sua principal motivação é a identificação com os assuntos e com as pessoas com quem possa compartilhar idéias e promover discussões públicas, desta forma se estabelecem e consolidam as comunidades virtuais.

No entanto, as comunidades virtuais nem sempre são fundamentadas em vínculos duradouros; com isto abre-se a possibilidade de se excluir facilmente um dos seus membros, esta condição representa a ausência daquela necessidade do outro e da sua presença como acontecia nas comunidades territoriais que eram constituídas nos locais seguros como o lar, o local de trabalho ou qualquer outro ponto de encontro, de forma que não se podia simplesmente excluir o outro, pois havia um vínculo construído historicamente em suas biografias. O pertencimento a estas comunidades virtuais aparece somente quando surgem elementos como solidariedade, identificação, memória coletiva, interação, ou seja, aqueles elementos próprios das comunidades territoriais. Caso contrário, elas criam apenas a ilusão de intimidade tornando-se um simulacro da comunidade.

As comunidades virtuais se estabelecem como uma esfera pública nos momentos de manifestação pública, em que lançam mão do discurso, apesar de Habermas ainda acreditar que os espaços concretos de um público presente nas esferas públicas sejam mais consistentes:

Quanto mais elas se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública. (HABERMAS, 2003, p. 93)

Para Habermas, a ausência de espaços concretos pode levar a uma abstração generalizada e a tomadas de posição desacopladas dos contextos densos das interações simples. E ainda, a generalização do contexto, a inclusão ou o anonimato crescente exigem um grau maior de explicação e a renúncia a linguagens de especialistas ou a códigos especiais, que comprometem o entendimento comunicacional. Dentro deste contexto, o discurso normativo numa esfera pública, conforme defende Habermas, ficaria comprometido diante das novas estruturas do espaço público, tanto pela sua formação individual e de grupos específicos como de sua constituição virtualizada.

Esta posição pode ser defendida por Lévy que contrapondo-se a Habermas acredita que a maioria das comunidades virtuais estrutura-se por membros que expressam suas opiniões frente a leitores atentos e capazes de responder a outros leitores atentos, o que ficaria longe de uma irresponsabilidade anônima, e deste modo, as comunidades virtuais exploram novas formas de opinião pública.

A esfera pública expandiu-se com o surgimento de uma esfera pública midiática. Nesta, ocorrem discussões no âmbito da esfera privada como os grandes eventos sociais, futebol, carnaval, filmes, etc., ao mesmo tempo em que acontecem discussões e debates sobre os conflitos existentes no âmbito da esfera pública.

Contudo, esta ambivalência não subverte a argumentação e nem a discussão política. A esfera pública midiática, através da Internet, corresponde a um espaço de troca, de produção e de estocagem de informações. Ao canalizar e entrelaçar múltiplos fluxos torna-se um instrumento de poder, abrindo também a possibilidade de um trabalho cooperativo no ciberespaço que escapa da manipulação e do controle pelo fato da acessibilidade universal na rede, favorecendo uma condição para que vozes minoritárias e opositoras garantam seu lugar neste meio.

A sociedade atual caracterizada pela intervenção das mídias modernas passa por uma reestruturação provocada pela globalização que tem resultado em uma diversidade de comunidades desterritorializadas, o que rompe com o concreto e determinado e descarta os referenciais ultrapassados. Estamos vivenciando uma interação entre os opostos, o familiar e o próximo se misturam com o estranho e o distante, e as fronteiras bem delimitadas tornam-se quase imperceptíveis.

## 4 – A NOVA ESFERA PÚBLICA MIDIÁTICA

A importância do jornalismo para a esfera pública já foi reconhecida e analisada por Habermas. Os jornais são capazes de dar publicidade a um fato ou idéia e ainda formar uma opinião pública. Atualmente, estamos presenciando uma revolução nos modos de se trabalhar com a informação; além do jornalismo tradicional impresso, temos também a sua versão on-line. Do mesmo modo, nos são oferecidas a possibilidade da interatividade, da hipertextualidade (textos que nos remetem a outros) e da multimídia. Contudo, esta ampla oferta de acesso à informação não nos garante a confiabilidade das fontes, que podem ser oficiais ou independentes. Por conta disto, o jornalismo on-line apresenta ambivalências, pois as formas de construção da notícia são fundamentais para a formação de uma opinião pública que podem levar, ou não, à participação crítica dos indivíduos nas questões de interesses gerais.

### 4.1 – Do jornal de papel ao jornal virtual

O interesse da burguesia no século XVIII era ter acesso aos assuntos do Estado, neste período histórico, a informação era omitida e portanto, tornou-se perseguida e desejada, até que surgiu a imprensa que veio como meio de transmissão deste bem tão cobiçado. Atualmente vivemos uma situação bem distinta: um excesso de informação disponível.

A tecnologia avançou e aperfeiçoou as formas de comunicação, agora temos as TICs – tecnologias da informação e comunicação; os jornais que eram de papel, agora também podem ser virtuais; os jornalistas que eram os únicos a publicarem artigos jornalísticos agora dividem espaços com qualquer outro cidadão que queira fazer críticas e divulgar notícias; antes a informação demorava dias pra chegar até o destinatário, agora ela é instantânea; a mídia era apenas emissora, agora além dessa função ela é também receptora. Enfim, os jornais impressos que atuavam como veículo da informação e de opinião crítica conseguiram transformar estruturalmente uma esfera pública burguesa do século XVIII, consideramos também que as novas tecnologias ameaçam novas mudanças estruturais. Veremos a seguir a influência dos jornais impressos e sua passagem para os jornais virtuais.

A imprensa tinha uma atuação importante na sociedade moderna por representar os princípios liberais da época que pregavam que todo poder emana do povo, passando assim a idéia de que a publicidade representava a participação aberta e pública. A sua função, portanto, era conduzir a informação para com ela delegar poder.

Na verdade, o povo não possuía este poder pregado nos lemas liberais. Havia uma camada elitizada que representava toda a sociedade, que era a burguesia. E esta, tendo consciência do poder da publicidade passou a usá-la de forma manipulativa, pois, conforme Habermas “enquanto opiniões institucionalmente autorizadas, elas são sempre privilegiadas e não alcançam nenhuma correspondência recíproca com a massa não-organizada do ‘público’” (1984, p. 286). A utilização da informação e dos noticiários para manter a dominação, principalmente política é reconhecida por alguns pensadores, que acreditam no monopólio do conhecimento como forma própria de aumento das relações de poder.

Tanto o Estado quanto a classe hegemônica buscavam uma forma de domínio e controle sobre o conhecimento, pois reconheciam a grande ameaça que representava a universalização da informação. Este temor tem sido vivenciado na contemporaneidade, a acessibilidade global à informação e o domínio sobre os meios que a transmitem tem se revelado como o grande responsável pelas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas.

No período moderno, final do século XVII e início do século XVIII, no qual os jornais começaram a mostrar grande influência, os países europeus contavam com centenas de diferentes títulos de periódicos que eram distribuídos gratuitamente para a população, isto permitia uma conexão entre as diversas esferas públicas e seus leitores; até então esta interconexão só ocorria através dos jornais devido às distâncias geográficas entre elas. Uma maior participação dos intelectuais da esfera pública burguesa nas discussões, ocasionada pelos jornais, favoreceu uma atuação política sobre o Parlamento, como nos esclarecem Briggs e Burke:

Foram esses jornais não-oficiais<sup>32</sup> que transformaram a esfera pública temporária em uma instituição permanente, tornando a política parte da vida diária de considerável parcela da população, especialmente em Londres. (BRIGGS & BURKE, 2006, p.100)

A esfera pública burguesa assumia um certo poder com este meio de comunicação, através do qual criticavam os procedimentos do Estado em discussões que extrapolavam o espaço físico dos cafés. Habermas aponta esta atuação de uma esfera pública mediada pela imprensa sobre o poder público como a responsável pela sua efetiva participação nas decisões políticas, as consequências desta ‘publicidade’ vieram com a obtenção institucionalizada de poderes políticos:

---

<sup>32</sup> Cf. BRIGGS e BURKE: 2006, 100.

por fim, [...] é homologada a Reform Bill, através da qual é revista a obsoleta divisão por distritos eleitorais e passa a ser concedido também à classe média alta (na qual se recruta a massa do povo politizado) o direito de participação política: de cerca de 24 milhões de habitantes, agora quase meio milhão passa a poder votar. [...] A opinião pública se forma na luta dos argumentos em torno de algo, não sem crítica, na aprovação ou rejeição, seja ela ingênua ou plebiscitariamente manipulada (HABERMAS, 1984, p. 85).

Os jornais impressos além de grandes fomentadores da opinião pública, auxiliavam também a conquista de direitos, pois através da mídia os cidadãos ampliavam suas discussões a respeito de seus interesses econômicos e políticos, levantando objeções e fazendo sugestões relativas às políticas que até então ocorriam dentro dos espaços públicos onde prevalecia a comunicação oral.

Até então, a utilização desta mídia era livre de qualquer tipo de coação sobre as massas, a imprensa escrita tinha como principal função expandir a influência política. No entanto, alguns sinais de comercialização da imprensa começam a aparecer no final do século XVIII, e o jornal se encaminha para outra direção. O jornal passa a ser um veículo de propaganda das idéias iluministas, como Demirovic nos confirma: “Surge então o princípio de atribuição e de autoria, com o qual se pode mercantilizar um item de informação e atribuir-lhe um valor.” (DEMIROVIC, 2006, p. 84)

A esfera pública direciona seus interesses de modo a valorizar e controlar a comunicação, a qual passa a ser manipulada. O número de leitores aumenta com a expansão dos jornais e surge assim o interesse econômico em sua produção, condição necessária para ocasionar a venda de idéias. A elite intelectualizada começa a produzir obras literárias e romances que eram publicados em folhetim nos jornais; como forma de prender o leitor ao jornal, os romances eram divididos em capítulos e publicados a cada edição.

A partir da mudança de foco da imprensa, a notícia e a idéia são vistas como mercadoria. Os jornais, que antes eram um espaço de argumentação política e de formação da opinião pública, tornam-se um espaço de troca de interesses econômicos sobre questões político-ideológicas. Como já vimos no primeiro capítulo, este foi um dos acontecimentos que provocou a decadência da esfera pública.

Neste momento, não se exige mais do público receptor da cultura de massa muito preparo intelectual, ao contrário, a propaganda abandona aquele princípio de tornar público o debate e ainda desestimula a racionalização. Ainda influenciado pelos críticos da Indústria



cultural, Habermas, na sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*, acreditava na condição alienada da massa que separava valor e ciência, saber e agir, temendo a decadência da democracia. A transformação estrutural da esfera pública gerou conflitos na própria publicidade que se dividiu em opinião pública e opinião de massa.

Os jornais impressos já atingiam as massas, e com isto sua produção acompanhava a produção industrial. As mídias de massa como a televisão, o rádio, o cinema e os jornais eram os grandes reprodutores dos bens culturais. Os meios de comunicação tornam-se portadores dos interesses privados, e a esfera pública deixa de ser formada por indivíduos com interesses afinados que convergiam em discussões públicas para começar a defender interesses concorrentes.

O parlamento que antes era espaço de discussão e busca de consenso passa a ser espetáculo dirigido aos cidadãos. Assim, a esfera pública deixa de ser âmbito de debate crítico para se converter em corte de trânsito do prestígio, controlado pela força do capital e dos meios de comunicação de massa. A esfera pública burguesa mantinha uma autoconsciência de seu papel dentro de um mercado de bens de consumo na sociedade capitalista, e se esforçava para conservá-lo. De acordo com Habermas, até mesmo o debate político havia perdido sua publicidade crítica para a propaganda publicitária:

A propaganda é a outra função que uma esfera pública dominada por mídias assumiu. Os partidos e as suas organizações auxiliares vêm-se, por isso, obrigados a influenciar as decisões eleitorais de modo publicitário, de um modo bem análogo à pressão dos comerciais sobre as decisões de compra: surge o negócio do marketing político. (HABERMAS, 1984, p. 252)

A publicidade manipulativa ainda atuava em territórios delimitados e seus debates públicos referentes a questões nacionais ou regionais abrangiam apenas os espaços locais, mas a imprensa vai se expandir e se adaptar aos novos recursos tecnológicos.

Até o momento da grande revolução tecnológica, final do século XX, as práticas tradicionais da política como as campanhas de porta a porta, as reuniões com eleitores, as negociações de partidos continuavam existindo, porém passaram a ser interpenetradas pelos meios de comunicação, que reconfiguravam os discursos políticos e as relações entre representantes e representados.

Os líderes políticos utilizavam a mídia para divulgarem seus projetos e suas agendas políticas para buscarem adesão em campanhas eleitorais e outras informações de seus interesses, ao passo que os eleitores procuravam informações nos meios de comunicação para

escolher representantes, conhecer e avaliar os projetos políticos e também como meio para articular algum protesto público.

Com o avanço tecnológico surge a Internet, um meio de comunicação de massa com amplitude e alcance universal, capaz de promover uma atuação cívica, mobilizar pessoas e reorganizar as instituições públicas e políticas. Além de conectar pessoas, ela conecta as próprias mídias, como a TV digital que pode ser conectada a ela; os celulares que também podem receber e-mails e torpedos da Internet; os rádios que podem ter sua programação toda acompanhada pela rede. Tudo isso a torna uma mídia que converge em si todas as outras.

Diante disto, o jornal impresso passa a dividir o espaço com uma mídia que atua de forma mais ampliada na sociedade contemporânea, de modo que, para ambos, não é mais possível lidar apenas com os conflitos locais e nacionais, o espaço atual abrange a cidade e o mundo. A imprensa, a partir do século XX, começa a conviver com o fenômeno da globalização e sua conseqüente desterritorialização. Ela tem que enfrentar conflitos que se refletem dentro de uma sociedade globalizada, como os conflitos raciais, étnicos, sociais e econômicos, pois até o capital da imprensa agora é globalizado. A imprensa hoje está inserida dentro de um contexto de sociedade pós-moderna capitalista com economias globalizadas, dentro de um mercado que não é apenas local ou nacional, é mundial.

Esta significativa transformação resulta na formação de uma nova esfera pública que enfrenta uma condição distinta da época em que se constituiu uma esfera pública burguesa. Atualmente existe a novidade de uma visibilidade pública política, na qual se apresentam idéias, opiniões, noções, informações e imagens que expõem seus conteúdos sem a orientação dos valores democráticos, ou seja, o seu controle depende da indústria da informação. Assim, ainda é necessário manter algumas categorias habermasianas para se constituir uma esfera pública com poder comunicativo, pautada na opinião e na vontade e que tenha legitimidade para deliberar nos debates políticos.

O público contemporâneo é co-produtor da informação, com isto ele pode criar uma autoconsciência de seu papel na sociedade e, possivelmente, poderá criar uma consciência crítica a respeito do que poderá levá-lo a querer fazer parte da discussão dos rumos da sociedade na qual está inserido. Essa potencialidade remete àquela esfera pública burguesa defendida por Habermas, caracterizada por seu papel crítico na formação da opinião pública. De acordo com Lévy, “o consumidor não apenas se torna co-produtor da informação que consome, mas é também produtor cooperativo dos ‘mundos virtuais’ nos quais evolui, bem como agente de visibilidade do mercado para os quais se exploram os vestígios de seus atos no ciberespaço” (LEVY, 1996, p. 63).

O espaço virtual pode constituir-se num novo espaço público de debate, composto por indivíduos mais atuantes que terão visibilidade ampliada dos problemas sociais, políticos, culturais, econômicos, pois lhe é permitida uma acessibilidade mundial através de redes de comunicação interativa.

O setor privado em que se encontrava a sociedade civil também foi atingido, o espaço íntimo da pequena-família burguesa<sup>33</sup>, o trabalho social e as trocas de mercadorias foram ampliadas para um mercado globalizado, que também participa ativamente deste espaço virtual. Assim como as mais diversas instituições: o Estado, a Igreja, as Escolas, as empresas, as organizações sociais e os próprios indivíduos buscam o seu lugar dentro da mídia, isto é, tanto as esferas públicas quanto as esferas privadas querem um espaço nesta mídia. A comunicação em rede tem sido um fenômeno tão influente e expansivo que há programas do Governo para a inclusão digital.

A imprensa amplia seu espaço de argumentação para um processo de visibilidade da informação no qual é possível um contexto de muitos para muitos, condição distinta do jornal impresso no qual era a relação de poucos para muitos. A imprensa virtual dispõe de uma pluralidade de interesses, ela representa mais que apenas um espaço de argumentação e de formação de opinião pública. A divisão entre uma esfera pública e uma privada, conforme apresentada por Habermas parece um pouco reducionista para abarcar o novo espaço generalizado da era virtual.

## 4.2 - O jornalismo virtual e o espaço público

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a criação de redes mundiais provocaram mudanças estruturais em diversos segmentos da sociedade e ainda despertaram uma crise nos jornais impressos com o surgimento de novos tipos de jornalismo: o webjornalismo e os blogs. O jornal impresso, por muito tempo foi o grande veículo de comunicação; na época do Iluminismo e por muito tempo depois ele foi consagrado por seus leitores como o único meio de interligar as pessoas.

Atualmente ele perdeu lugar para as novas mídias que funcionam por disponibilização e acesso diferenciando-se das mídias tradicionais (rádio, TV, imprensa) que funcionam por emissão de mensagens. A Internet, que tem sido a mídia mais utilizada, divide atualmente seu espaço com o jornalismo que passa por profundas mudanças, transformações que ocorrem

---

<sup>33</sup> Atualmente, a burguesia não se autodenomina como burguesa, e nem mesmo Habermas em suas reconsiderações sobre a esfera pública burguesa ressalta a idéia de burguesia.

devido ao surgimento do jornalismo on-line, das redações interconectadas em rede, do excesso de informações e também do jornalismo não profissional.

Na Internet encontram-se o webjornalismo em sites institucionalizados e os blogs jornalísticos em sites não institucionalizados. O webjornalismo atua sob os grandes portais de notícias e corresponde aos tradicionais jornais impressos, porém em sua versão on-line, com acesso restrito aos assinantes. Já os blogs possuem mais liberdade de expressão pois não estão vinculados a nenhuma instituição, o que pode levar a questionamentos sobre o seu teor de credibilidade e seriedade, mas permitem acesso universal e ilimitado.

O jornalismo tradicional (sobretudo o impresso) ainda é considerado pelos jornalistas como o palco da discussão pública e política, ao passo que os blogs são vistos como possíveis subvertores da ordem pois fazem suas discussões a partir das próprias bases, o que pode prejudicar políticas públicas. De acordo com Demirovic, a atuação do jornalista nos debates políticos ocorre há muito tempo:

Enquanto não havia partidos políticos, parlamentos em sessão contínua, ou políticos profissionais, eram os jornalistas, na verdade, que praticavam a política como uma esfera de ação independente a longo prazo e que, portanto, atuavam como um controle sobre a administração governamental. (DEMIROVIC, 2006, p.83)

Os jornalistas ainda desempenham o importante papel de formadores de opinião pública que de alguma forma interferirá nos negócios públicos. De acordo com Venício Lima<sup>34</sup>, a mídia, através da televisão e da imprensa, que ele exemplifica referindo-se à Revista Veja e ao Jornal Nacional, é quem media as discussões políticas. A questão é saber se esta mediação vai de encontro com o interesse público ou de encontro com o interesse da própria mídia.

Existem diferentes intenções dentro dos meios de comunicação, sobretudo políticas, que Bennet e Entman<sup>35</sup> denominam como “divisão arbitrária”. De um lado, encontra-se aqueles, principalmente os jornalistas, que se preocupam apenas com a informação e a qualidade da sua transmissão; de outro encontram-se aqueles preocupados com o modo como se processam as mensagens veiculadas. No primeiro caso, os meios de comunicação atuam sobre um processo descontextualizado da realidade social, política e cultural, portanto não reconhecem os problemas, não articulam debates, visam apenas atingir seus fins que seriam descobrir os interesses dos sujeitos para se vender a notícia. No segundo caso, encontram-se

---

<sup>34</sup> Cf. “Jornalismo sitiado”. Módulo: “A lógica do espetáculo sobre a lógica da imprensa”.

<sup>35</sup> Cf. BENNET, W. L.; ENTMAN, R. Mediated politics, Communication and the future of democracy. In: BENNET, W. L., ENTMAN, R. (Ed.) . *Mediated politics* . Cambridge: Cambridge University Press, 2001

influências positivas do jornalismo sobre o conhecimento e a participação política uma vez que estes se preocupam com os significados dados às informações.

Atualmente, os jornalistas dividem a opinião com outros críticos, não profissionais, que divulgam matérias jornalísticas, discutem sobre política e economia e também tem seu espaço na rede através dos blogs. Isto significa que temos um espaço onde jornalistas e qualquer cidadão podem escrever sem se preocuparem em atender interesses comerciais ou a linhas editoriais; condições de liberdade semelhantes às que foram estabelecidas na primeira fase da imprensa.

Os blogs surgem por meio da mídia virtual e são as mais recentes modalidades de jornalismo na Internet, contudo ele não está ligado diretamente ao webjornalismo. Apesar de se constituir enquanto um meio jornalístico e de ser utilizado por diversos jornalistas, os blogs diferenciam-se das instituições mais tradicionais do jornalismo pela ausência de uma instância mediadora das informações veiculadas; com isto não lhes são cobrados a falta de comprometimento com a verificação das informações. Esta ausência de uma instância de proteção e filtragem das informações condiciona o surgimento de algumas medidas, conforme relata Demirovic:

ouve-se a queixa de que todos os tipos de rumores podem se propagar sem filtragens, provocando irritações nas bolsas de valores e na política. Como reação a essa volta do rumor não apenas são estabelecidas zonas de acesso restrito na forma de coletivos de comunicação, mas as grandes empresas estão tentando instaurar novas regras de propriedade com o objetivo de assegurar a autoria e a responsabilidade pela comunicação, dessa forma preservando seu valor. Para se contrapor à comunicação que é demasiado aberta e incontrolável, criam-se redes de alta velocidade com acesso limitado, tanto técnica quanto socialmente, cujo uso é muito dispendioso. (DEMIROVIC, 2006, p. 88)

A liberação do acesso universal da Internet traz riscos para as informações mais comprometedoras. Sendo assim, é necessário criar recursos para protegê-las. Esta falta de segurança também se reflete em notícias que não são verificadas pelos editores, estes são exemplos de situações desagradáveis e perigosas que podem trazer problemas se utilizadas por indivíduos mal intencionados.

Outra questão problemática se refere ao excesso de informações disponíveis que traz dificuldades para aquele público que não tem formação intelectual e crítica para selecionar, classificar e interpretar as informações, o que torna necessária a presença de profissionais de filtragem, triagem e validação deste fluxo de informações - presença mediada atua como

formas de controle e atenção. De acordo com Worton, este é mais um dos fatores que o jornalismo contemporâneo precisa enfrentar:

Quanto mais informação há, maior é a necessidade de intermediários – jornalistas, arquivistas, editores, etc. – que filtrem, organizem, priorizem. Ninguém quer assumir o papel de editor-chefe a cada manhã. A igualdade de acesso à informação não cria igualdade de uso da informação. Confundir uma coisa com a outra é tecno-ideologia. (WOLTON, 1999c)

Torna-se decisiva a capacidade de se proteger *a* e *da* informação, ou seja, há dois perigos, o primeiro refere-se àquela informação mais sigilosa que se for exposta em condições inadequadas pode trazer riscos e prejuízos, inclusive para os negócios; o segundo acontece pelo fato de não escolher seletivamente o que está sendo oferecido, pois a prática de seleção, que significa a possibilidade de recusar a comunicação pública, torna-se a base de novas formas de poder.

O critério de seleção é necessário, pois a informação veiculada pode trazer consigo muitos interesses mercadológicos; o meio jornalístico mantém certos comportamentos de que nem o jornalismo profissional e nem os blogs estão isentos; um deles seria a corrida histórica atrás de notícias ou acontecimentos que provoquem impacto na sociedade, o que ocorre por meio das novas mídias interconectadas e, como acredita Salgado, estas são convergentes:

Na busca incessante e neurastênica da novidade, e no medo de levar ‘furos’ ou ‘barrigadas’[...] as redações passam a trocar informações ou repetir notícias através daquelas geradas instantaneamente nos blogs, sites, agências, ou mesmo em outras mídias, iguais ou correlatas, mas também nas diferenciadas quanto à forma de veiculação, causando reforços exagerados de temas, repetições ou mesmo ausência de imaginação e criatividade para novos assuntos, sem falar, como no caso das *magazines*, na sazonalidade da pauta, ‘repaginada’ anual ou mensalmente.” (SALGADO, p. 219)

Em relação ao conteúdo publicado parece que não houve tantas mudanças, porém a forma foi modificada pelas transformações referentes ao aumento da velocidade, à diversidade de fontes já publicadas, à interconectividade entre as mídias, tudo isto pode levar a um perigo maior, pois, parece que em muitos casos não se vai direto à fonte, ou seja, parece faltar a preocupação em ouvir todos os lados envolvidos na notícia de forma equilibrada e isenta, fatores que são fundamentais para um jornalismo de qualidade.

As notícias continuam sendo difundidas como mercadorias; aquelas notícias que interessam mais ao público são exaustivamente veiculadas pelas mídias tradicionais, e depois reproduzidas em blogs como manchetes de destaque juntamente com banners promocionais

de produtos e serviços. A mídia neste contexto mantém-se enquanto fomentadora da Indústria cultural e atende a interesses do mercado globalizado controlado por grandes conglomerados de mídias de capital transnacional. Percebe-se que há um comprometimento com os anunciantes tanto quanto com o público receptor da notícia. Do mesmo modo que em muitos sites só é possível o acesso de alguma informação quando o usuário é assinante.

A Internet nem sempre corresponde a um espaço de publicidade crítica, pois ela também segue a lógica do mercado capitalista não estando livre de coações. Habermas reconhece o poder da mídia e do jornalista e defende uma regulamentação jurídica para este grupo que segundo ele:

é formado por repórteres que coletam informações, decidem sobre a escolha e a apresentação dos 'programas', controlando de certa forma o acesso dos temas, das contribuições e dos autores à esfera pública dominada pela mídia. A crescente complexidade da mídia e o aumento do capital acarretam uma centralização dos meios de comunicação. Na mesma proporção, os meios de comunicação de massa ficam expostos a uma crescente pressão seletiva, tanto do lado da oferta como da procura. Esses processos de seleção tornam-se fonte de uma nova espécie de poder, ou *poder da mídia*, o qual não é controlado suficientemente pelos critérios profissionais. (HABERMAS, 2003, p. 110)

A poder da mídia atua de forma incisiva nos mais diversos segmentos da sociedade, seja na cultura, na política, no entretenimento, na economia, e devido a sua amplitude e influência, muitos atores midiáticos têm atuado de modo a interferir na participação livre dos cidadãos para defenderem seus próprios interesses, e com isto comprometem a estrutura comunicacional da esfera pública ameaçando a constituição dos direitos individuais e sociais.

O espaço dedicado a discussões políticas na rede, no qual os internautas podem opinar e debater, muitas vezes oferece uma liberdade de expressão limitada, pois ao enviar um posicionamento, este só será publicado após a aprovação do proprietário do site, e ainda pode haver uma limitação no número de caracteres dentro dos comentários a serem publicados. Com isto não fica claro se todas as opiniões dos leitores são publicadas ou se somente algumas são selecionadas. A seleção da informação publicada que compromete a discussão de decisões políticas ocorre também devido ao vínculo de sites com instituições de poder. Neste caso, apesar das mídias atuais oferecerem tecnologicamente espaços para discussão, a esfera pública fica comprometida ao dispor de espaços que permitem apenas a colocação de opiniões e não um autêntico espaço de debates.

Contudo, a interatividade existe; alguns debates podem ser ampliados caso os jornalistas ou outros usuários tenham interesse em continuar o debate, pois na mesma rede também há sites que permitem a liberdade de expressão e de publicação de idéias sem restrições. Tem sites com debates nacionais e internacionais, que abordam tanto as políticas públicas locais quanto as globais e fomentam o debate e a criação de uma consciência crítica contribuindo para o estabelecimento de uma sociedade democrática. Uma relação de troca de opiniões ocorre de forma igualitária na rede e muitos blogs servem como ferramentas para a disseminação de informação e opinião pública.

A sociedade está enfrentando mudanças com o surgimento deste novo espaço comunicacional interativo e globalizado, sendo que a esfera pública nos moldes habermasianos pode continuar existindo, desde que se adapte a ele. É possível uma esfera pública democrática que discute os problemas da sociedade a partir do ciberespaço.

A diferença de uma mídia interativa é que apesar de carregar em si todas as contradições, as formas de alienação e dominação das outras mídias, ela também pode ser um espaço virtual para se discutir os rumos da sociedade e suas implicações para o indivíduo e a coletividade. Se os jornais nos séculos XVII e XVIII auxiliaram na “publicidade” da esfera pública literária e em seguida da esfera pública política de forma que os cidadãos poderiam obter informações e argumentar politicamente mesmo com as grandes distâncias físicas, então com a Internet isto também se torna possível, e de modo mais eficiente, pois abrange uma rede mundial de pessoas interconectadas e instantaneamente. Lèvy também acredita no resgate de uma nova opinião pública através da nova mídia:

Sabemos que o destino da opinião pública encontra-se intimamente ligado ao da democracia moderna. A esfera do debate político emergiu na Europa durante o século XVIII, graças ao apoio técnico da imprensa e dos jornais. No século XX, o rádio [...] e a televisão [...] ao mesmo tempo deslocaram, amplificaram e confiscaram o exercício da opinião pública. Não seria permitido, então, entrever hoje uma nova metamorfose, uma nova complicação da própria noção de ‘público’, já que as comunidades virtuais do ciberespaço oferecem, para debate coletivo, um campo de prática mais aberto, mais participativo, mais distribuído que aquele das mídias clássicas?(LEVY, 1999, p.129).

A interação nas redes de comunicação eletrônicas, como a Internet, altera as relações sociais dos novos atores individuais e coletivos, podendo também construir um novo espaço público no qual se pode opinar, argumentar e discutir questões de interesses públicos constituindo-se num espaço de debates. Porém, estamos conscientes que da mesma forma que o ciberespaço cria possibilidades para os grupos de solidariedade no combate às



desigualdades, exclusões sociais e ao desenvolvimento da integridade do indivíduo, também permite o desenvolvimento de guerras virtuais, a fortificação de grupos racistas e a exclusão dos mais desfavorecidos.

### 4.3 – Esfera pública midiática

A tecnologia de informação e comunicação busca satisfazer todas as necessidades dos cidadãos usuários ao disponibilizar lado a lado os mais diversos recursos: técnicos (os mais variados bancos de dados), jornalísticos (jornais on-line, rádios on-line, etc.), educacionais (cursos a distância, listas de discussão especializadas, bibliotecas, etc), interação e comunicação (chats, fóruns, correio eletrônico, comunidades de relacionamento, etc), lazer e cultura (jogos on-line, museus, etc), serviços (bancos, sites de instituições públicas, sites para declaração de impostos de renda, etc), comerciais, etc.

A Internet oferece todos estes recursos, o que pode representar perigos para os sujeitos, pois condiciona-os a uma dispersão e passividade capaz de levá-los à incapacidade de conceberem-se a si mesmos como atores. Os riscos referem-se às dificuldades dos sujeitos de resistirem à sedução da rede, que pode direcioná-los para a dependência, o desejo, a luxúria, a afeição sem racionalidade equivalente ao canto das sereias para Ulisses, de forma que se o sujeito não se proteger, ele poderá entrar por um caminho sem volta. A característica própria da Internet que é o uso solitário, executado pelo usuário em frente à tela de seu computador, pode intensificar a vulnerabilidade deste.

A existência de muitos sites, blogs, redes de relacionamentos gera um excesso de informação, o que não garante sujeitos emancipados e críticos. Como afirma Negt e Kluge, “o problema decisivo da formação de opinião, a partir do qual poderia resultar um comportamento e um agir modificado, não consiste hoje, contudo, mais em simples ofertas de informação, mas se constitui essencialmente a partir da capacidade de elaboração de informações.”(1984, p. 35)

O desenvolvimento da mídia, do consumo da televisão, do uso da Internet afetam o comportamento dos cidadãos de modo que estes preferem manter a apatia e a ignorância diante de ações políticas. Rosiley Maia apresenta em nota o comportamento de sujeitos consumidores dos produtos da mídia:

Delli Carpini e Keeter, em estudo destinado a investigar o conhecimento cívico dos americanos, sustentam que, apesar do significativo aumento do nível educacional da população, num ambiente informativo ‘tão rico que o custo para

o aprendizado político deveria ser significativamente reduzido para a maioria dos cidadãos' as pessoas, paradoxalmente, não se mostram mais bem informadas sobre a política do que um século atrás. (MAIA, 1996, p. 12)

A mídia, mesmo que divulgue os acontecimentos políticos e sociais altamente relevantes para a sociedade, não forma uma consciência crítica. E esta é uma condição que compromete uma esfera pública constituída por uma comunicação racionalizada entre os sujeitos, uma vez que, na verdade, perde-se o tempo com banalidades.

Do mesmo modo, uma esfera pública fica comprometida com a exclusão digital. Este problema parece ser inerente à mídia e, de acordo com Negt e Kluge, “não há legitimação política capaz de evitar que alguém seja posto de lado pelos meios de comunicação.”(1999, p. 31) As redes digitais estão inseridas em um contexto social, e quando o cidadão não tem acesso às tecnologias da informação, ele está fora não apenas de uma tecnologia, mas está fora de um contexto social, o que equivale a uma exclusão social. Esta condição revela que nas tecnologias de informação e comunicação ainda existem elites dominantes que se beneficiam do acesso à tecnologia e das políticas do Estado. Conforme Salgado nos esclarece, a falta de uma cultura letrada conduziu a um tipo de desigualdade cultural, de um lado “hiperalfabetizados” na cultura, na ciência e nas novas tecnologias e de outro, os excluídos do acesso à mídia, “um fosso cultural cibermidiático também se instaura.” (SALGADO, p. 221)

As relações de opressão persistem, e parece que com as novas mídias, os problemas clássicos permanecem e ainda trazem novos antagonismos. Dentro da atual sociedade globalizada surge uma relação bem complexa entre Estado, grupos sociais, identidades locais e globais e exclusão social. Contudo, a possibilidade de uma reconstrução da identidade dos novos atores sociais que os mobilizem para lutarem pela democracia e em defesa de direitos constitucionais e a formação de um público que questiona a legitimidade das instituições políticas e reconhecem os conflitos antagônicos podem ser muito mais eficazes através das mídias, sobretudo da Internet em que se interage através de redes de comunicação interconectadas mundialmente.

O engajamento nas atividades mediatizadas pela Internet permite uma participação muito maior em relação ao do observador passivo dos outros veículos de mass media. Deste modo cabe ressaltar as palavras de Moineau & Papatheodorou:

A circulação de saberes, a identificação coletiva com uma ética da partilha cognitiva, as práticas coletivas de criação em rede, as tentativas de ‘moralização’ da relação mercantil, etc, sugerem que estejamos em presença de sujeitos sociais híbridos, atores de uma formidável decolagem produtiva, mas também atores de uma verdadeira mobilização pela conquista de novos direitos (MOINEAU & PAPATHÉODOROU, 2000, p. 117. Apud FÁBIO MALINI)

O ciberespaço permite novas formas de interação em redes sociais de comunicação que alteram as relações sociais dos novos atores individuais e coletivos. Nas redes sociais da contemporaneidade é possível identificar, além das redes de relações inter-individuais, as redes de ações coletivas, que se constituem em duas categorias: coletivo em rede e redes de movimentos sociais.

A primeira, “coletivo em rede”, se refere a conexões comunicacionais entre vários atores e organizações. É instrumentalizada através de redes técnicas e visa difundir informações, buscar apoios solidários e estabelecer estratégias de ações conjuntas através da Internet ou de outras formas de mídia alternativa. Atuam de forma virtual no ciberespaço ou em forma presencial como nas marchas ou protestos por direitos. Não se constitui como um movimento social, mas são partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação. A segunda refere-se a “redes de movimentos sociais” e são mais complexas, ultrapassam organizações empiricamente delimitadas e conectam indivíduos e atores coletivos, cujas identidades se constroem num processo dialógico de identificações sociais, éticas, culturais e político-ideológicas que formam a identidade do movimento. Podem ser movimentos de resistência, de negociações ou identificação de áreas conflituosas como discriminação, dominação, exclusão, etc.

As redes de movimentos sociais podem resultar da confluência entre as redes presenciais e as virtuais. Não há como dissociar o ciberespaço dos embates sociais concretos, há por um lado uma progressiva hibridação tecnológica e por outro, um somatório de possibilidades que nenhuma das partes alcançaria isoladamente.

De acordo com Warren, as redes presenciais são primárias, interindividuais ou coletivas e se formam em territórios geograficamente delimitados; enquanto que as redes virtuais transcendem as fronteiras espaciais, são intencionais e se constituem em territórios virtuais cujas configurações se definem pelas adesões a uma causa ou por afinidades políticas ou ideológicas. No entanto, ocorre um deslocamento de um espaço para o outro numa relação dialética constante, o processo de interação globalizada aponta uma certa ambivalência na medida em que podem transpor do virtual para o real, do local para o global e da integração para a desintegração.

As redes sociais possuem formas organizacionais e estratégicas de ação e comunicação que permitem desenvolver articulações políticas mais horizontalizadas, menos centralizadas e mais democráticas nos movimentos sociais. Elas são capazes de resistência e podem participar ativamente de políticas sociais.

No entanto, como estas redes virtuais constituem-se em grupos especializados como os acadêmicos, os políticos, os profissionais não especializados e os especialistas (cirurgiões, advogados, executivos, etc) e comunidades virtuais que utilizam de linguagens e códigos distintos, isto pode levar a uma fragmentação da sociedade em comunidades de interesse que aumentam as polarizações e disparidades ao invés de reduzi-las.<sup>36</sup>

Habermas conhece contexto semelhante a partir da teoria de Wilkes, sobre a qual coloca várias objeções. A teoria de Wilkes defende o conceito de uma sociedade de sistemas parciais autônomos, estruturada corporativamente, com linguagem e códigos específicos como, o sistema político, o sistema econômico, o sistema científico e outros. Estes sistemas funcionais deveriam se integrar no nível da sociedade como um todo. Porém, para Habermas, esta integração não é possível, pois não existe uma linguagem comum entre estes sistemas:

todos os sistemas passam a construir sua própria imagem da sociedade. Eles perdem o domínio sobre uma linguagem comum, na qual seria possível representar, para todos e da mesma maneira, a unidade da sociedade. O entendimento fora de códigos específicos passa a ser tido como coisa ultrapassada. Isso equivale a afirmar que cada sistema perde a sensibilidade em relação aos custos que inflige a outros sistemas. Não há mais um lugar onde problemas relevantes para a reprodução da sociedade em uma totalidade possam ser percebidos e elaborados. (HABERMAS, 2003, p.74-75)

Através de semânticas especializadas próprias, os sistemas se fecham em sua própria autonomia (sistemas autopoieticos) e suspendem a troca direta de informações com o ambiente. Alguns dos sistemas se tornam independentes e formam códigos próprios como a economia, que se utiliza do dinheiro e da administração, para se desenrolar no poder; os tribunais emitem sentenças; burocracias preparam leis, parlamentos despacham leis e orçamentos; partidos conduzem campanhas, e assim, cada qual caminha de acordo com seus padrões estabelecidos.

O problema colocado por Habermas sobre estes sistemas funcionais, é a ausência de uma linguagem comum que resgate as normas, valores ou interesses:

Sistemas semanticamente fechados não conseguem encontrar por si mesmos a linguagem comum necessária para a percepção e a articulação de medidas e aspectos relevantes para a sociedade como um todo. Para conseguir isso, encontra-se à disposição uma linguagem comum, situada abaixo do limiar de diferenciação dos códigos especializados, a qual circula em toda a sociedade, sendo utilizada nas redes periféricas da esfera pública política e no complexo parlamentar (HABERMAS, 2003, p. 84)

---

<sup>36</sup> Cf. PALÁCIOS, Marcos. A Internet como mídia e ambiente: reflexões a partir de um experimento de rede local de participação. In: MAIA, Rousiley & CASTRO, M.C.P.S. *Mídia, Esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Págs. 229-244.

A solução de Wilke seria impor ao Estado os problemas de regulação uma vez que a ação comunicativa não consegue resolver tais negociações. Habermas porém acredita que a solução não se efetiva com uma sobrecarga do Estado<sup>37</sup>, mas a uma “linguagem comum multifuncional” que devido a sua não especialização pode desempenhar o “*medium* do agir orientado pelo entendimento, através do qual o mundo da vida se reproduz e os próprios componentes do mundo da vida se entrelaçam entre si.” (HABERMAS, 2003, p.85)

Habermas defende que somente as ações comunicativas do mundo da vida permitem a totalidade de relações interpessoais ordenadas legitimamente, pois ela abrange coletividades, associações e organizações especializadas em determinadas funções. Mesmo que alguns sistemas formem seus códigos especializados, continuam ancorados no componente social do mundo da vida, de onde as comunicações tanto da esfera pública quanto da privada se originam.

De acordo com Habermas, a linguagem comum do mundo da vida é o agente transformador que circula por toda a sociedade. Este posicionamento pode adotar um novo aliado que também pode oferecer todas as condições para ser este agente transformador e regulador dos fluxos de comunicação. Acreditamos que as novas mídias podem ser o “*medium* do agir orientado pelo entendimento”, pois, a mídia é um subsistema que favorece uma autonomia na produção de comunicação dentro de códigos e semânticas específicas em ambientes de ação ordenados e validados por critérios próprios, ao mesmo tempo em que pode atingir uma linguagem comum. Ela permite a utilização burocrática de uma linguagem jurídica para a consulta de um processo, assim como permite uma linguagem técnica científica sobre qualquer outra área e ainda admite uma linguagem ordinária que “entrelaçam as biografias de pessoas conhecidas”.

A mídia atual não se limita apenas a ser um meio de comunicação, mas se impõe enquanto o próprio ambiente de ação. Percebe-se que não se trata mais da presença da mídia no espaço público, mas como diz Bauman, a mídia é o próprio espaço público de hoje. A sua interação com o meio em que é veiculada, com os grupos e instituições formados pelos sistemas, vai além das intenções e interesses dos envolvidos, pois ela possui modos de operação estabelecidos internamente, que atuam como mecanismos de auto-regulação. Ela atende as mais diversas dimensões do espaço público, enquanto dimensão política, formação de antagonismos e da interação e expressão de atores. A interação em rede sociais, através da

---

<sup>37</sup> De acordo com Habermas existem “domínios altamente organizados” que se opõem às intervenções diretas do Estado. Cf. 85

Internet, permite que sistemas diferentes possam participar e agir no mesmo meio, sendo ela própria a linguagem comum, e permite também o desenrolar de princípios democráticos que contam com a vontade, a racionalização, os valores e a abertura para debates públicos. Como afirma Wilson Gomes, a Internet “é basicamente uma rede de discussões e circulação de informações e um repertório de idéias, a Internet não poderia deixar de ser uma esfera pública” (GOMES, 2006, p. 56)

A Internet pode apresentar certos princípios de orientação que partem de fatores que ela possui como a liberdade de expressão, o código profissional dos jornalistas e a autocompreensão ética das corporações; condições destacadas por Habermas por expressarem uma idéia reguladora “que coincide com o conceito de política deliberativa”. Sendo assim, a Internet consegue se interagir com aquele tipo de público esclarecido conforme apresentado por Habermas:

capaz de aprender e de criticar; devem preservar sua independência frente a atores políticos e sociais, imitando nisso a justiça; devem aceitar imparcialmente as preocupações e sugestões do público, obrigando o processo político a se legitimar à luz desses temas. Por este caminho se neutraliza o poder da mídia e se impede que o poder administrativo ou social seja transformado em influência político-publicitária. (HABERMAS, 2003, p.112)

Nestas condições, a Internet, enquanto esfera pública, pode, através do seu público, trazer contribuições para os debates importantes e participar na formação da opinião e da vontade dos cidadãos.

Enfim, todos os problemas podem ser transferidos para a rede e nela mesma ser solucionados. Nas tecnologias de informação e comunicação, o privado se mistura com o público; a vida íntima de qualquer pessoa pode ser exposta e repercutida da mesma forma que os assuntos do mercado mundial ou de um grande debate de problemas públicos políticos. As novas mídias interferem na economia e na política, assim como na cultura e no comportamento, com isto a defesa de dicotomias, como Mundo da vida e Sistema, pode ficar comprometida, pois tanto o mundo da vida quanto o sistema estão interconectados pela mesma mídia e dividem o mesmo espaço.

A opinião pública se sustenta atualmente pela mídia como espaço de circulação, não sendo mais formada em espaços restritos de argumentação. Contudo, pode-se dizer que ainda trata-se de uma “esfera das pessoas privadas reunidas e formando um público”, como diria Habermas. Apesar de todas estas mudanças, esta nova mídia ainda pode restabelecer o projeto de Habermas sobre a modernidade inacabada, conforme nos apresenta Pierre Levy:

Em contraste com a idéia pós-moderna do declínio das idéias das luzes, defendo que a cibercultura pode ser considerada como herdeira legítima (ainda que longínqua) do projeto progressista dos filósofos do século XVIII. De fato, ela valoriza a participação em comunidades de debate e de argumentação. Na linha direta das morais igualitárias, encoraja uma forma e reciprocidade essencial nas relações humanas. Desenvolveu-se a partir de uma prática assídua das trocas de informações e de conhecimentos, que os filósofos das luzes consideravam como sendo o principal motor do progresso (LEVY,1999, p. 245).

A prática das discussões e debates como ocorriam nos salões burgueses ainda são possíveis, porém, não se trata mais de espaços físicos, e sim, de espaços virtuais. Os cibercafés são os espaços públicos de debates do mundo contemporâneo. Estes locais funcionam como bar ou lanchonete, onde se vende bebidas e lanches, além de oferecerem a seus clientes o acesso à Internet, em computadores individuais, mediante pagamento de taxa. A cada dia aumenta o número de freqüentadores destes lugares por oferecerem o atrativo acesso à rede por um custo baixo, e sem restrições quanto aos usuários. Na verdade, estes ambientes equivalem à ante-sala do debate, pois as pessoas que procuram os cibercafés querem entrar no ambiente da própria rede, pois, somente nela poderão navegar sem limites.

## CONCLUSÃO

*“A tecnologia de comunicação sobre a superfície ilimitada do globo conduziu à onipresença de forças que submetem tudo a cada um e cada um a tudo.” Koselleck*

Na ocasião da entrega do prêmio Kioto a Jürgen Habermas, em 2004 no Japão, o presidente da Fundação Inamori solicitou a Habermas que falasse sobre sua vida pessoal, suas dificuldades e os fios condutores de suas teorias. A pergunta, bastante incomum no mundo acadêmico, pode ter causado certo constrangimento ao homenageado, que, todavia, retribuiu a gentileza com sinceridade. O seu inesperado relato autobiográfico revelou-nos o modo como as suas vivências e a situação política de sua época o motivaram a dedicar parte de sua vida ao desenvolvimento conceitual sobre a esfera pública, o discurso e a razão, categorias que predominaram em seus trabalhos e em sua vida política. Habermas admite que os motivos pessoais de sua infância, somados à herança do passado nazista de seu país, moldaram suas teorias. Confessou que a busca incessante do estabelecimento da democracia provinha de seu temor ante uma recaída autoritária na vida política alemã. Sua decepção com o período de reconstrução da Alemanha e seu olhar apreensivo em relação ao futuro provinham de contextos históricos que marcaram, na sua adolescência, a censura, no ano de 1945, e, na sua vida adulta, a paulatina libertação da Alemanha no pós-guerra com a subsequente promessa de redemocratização. Desta forma, sua obsessão pelos temas comunicação e democracia permaneceu até as obras dos anos oitenta e nos debates que se seguiram, ainda em curso.

Sua fundamentação teórica havia sido estabelecida já no final dos anos cinquenta, com a publicação de sua tese, defendida em 1961, onde Habermas retrata a primeira mudança estrutural da esfera pública e sua passagem dos cafés para os jornais; a burguesia estava se constituindo e encontrou na imprensa um grande apoio para seus interesses econômicos e suas ambições políticas. Habermas passa a recuperar a esfera pública dos debates críticos composta por pessoas pensantes e formadoras de opinião pública, após a mudança ocorrida em sua estrutura e de sua decadência devido ao caráter propagandístico e ideológico adotado pela imprensa de massa. Ao analisar a esfera pública dentro deste contexto histórico, ele demonstrava pouco entusiasmo em relação ao uso da razão, posição devidamente influenciada pelos filósofos frankfurtianos em relação à cultura de massas.



No contexto histórico dos anos 60, período em que Habermas situou a formação do conceito de esfera pública, ele já pretendia, de forma progressiva, reelaborar a autoridade do discurso racional, sobrepondo-o à autoridade do Estado, no capitalismo tardio. Habermas defendia um ideal de acessibilidade universal, de eliminação de privilégios e de legitimação racional, que havia sido revertido em interesses particulares capitalistas, opostos ao consenso livre e racional do ideal burguês clássico.

A esfera pública, ainda hoje, na concepção de Habermas, continua sendo o espaço público propício ao discurso racional e crítico, de modo que seu papel implica em influência e legitimação do poder político. Entretanto, nosso estudo demonstra que estamos passando por uma segunda mudança estrutural na esfera pública e que o modelo estabelecido de esfera pública não abarca, todavia, todo o âmbito das relações sociais contemporâneas.

Estamos presenciando uma nova mudança estrutural, com o avanço acelerado das tecnologias de informação, o uso crescente da Internet, dos celulares e todos os outros meios atuais de comunicação e de informação, conectados entre si e prontos para absorver dados da cultura impressa acumulada. Esta estrutura de comunicação, de informação e as instituições de difusão – jornais, revistas, rádio, televisão, Internet são determinantes para a efetivação de um novo espaço público. Contudo, reconhecemos a exclusão digital de grande parte dos cidadãos, que ainda se encontram em condições desfavoráveis ao acesso digital. Por isto, não pretendemos explicar tudo a partir da mídia, mas considerar o seu alto grau de influência nas relações sociais e políticas, a partir das interações dos indivíduos no ciberespaço.

Acreditamos que pode desaparecer aquela atividade política, enquanto forma tradicional encarregada de discutir questões públicas originadas nos problemas privados. Antecipações sobre tal quadro extrapolam a delimitação de nossa pesquisa. Reconhecemos que se trata de um processo muito recente e que já enfrenta problemas de base, como os referentes à confiabilidade e à legitimidade das informações obtidas através de fontes virtuais. No campo sindical, por exemplo, reações negativas a assembleias virtuais, como se fossem teleconferências, marcam também limites para mudanças no tipo parlamentar de discussão racional. Por outro lado, intensificam-se as relações entre imprensa escrita e mundo virtual, bem com mudam nas escolas os processos de transmissão de conhecimento.

Acreditamos que a esfera pública conceitualmente apresentada por Habermas ainda mantém seu relevante papel social e favorece uma atuação política; contudo, um recente modelo de esfera pública virtual aparece com amplitude universal e oferece maiores condições para abarcar os novos espaços públicos. No contexto atual, não é possível mais ressaltar a distinção entre a esfera pública e a privada. Remetendo-nos novamente às questões

autobiográficas de Habermas, nas quais ele revela que a esfera pública serve como espaço de auto-representação para aqueles que alcançam notoriedade, sendo que a mídia tende a confundir a vida privada e pública, para dar visibilidade ou popularidade a alguns indivíduos. Isto determinava a necessidade da diferenciação quanto ao objetivo de participação das controvérsias políticas, científicas ou literárias de modo que nos espaços públicos de debates, os participantes do discurso não precisavam falar de si mesmos. Esta condição enfrenta mudanças, pois estamos vivenciando uma superação da dicotomia entre esfera pública e esfera privada, pois a esfera pública virtual ou midiática estabelece-se *enquanto espaço público mesmo*, no qual os dramas privados ou públicos são igualmente expostos.

O avanço tecnológico reflete-se em mudanças sociais, e mesmo que ainda não seja possível determinar todas as implicações concretas deste fenômeno midiático, podemos afirmar que a nova esfera pública afeta o modelo discursivo de Habermas, pois, aparentemente os discursos que defendem os grandes temas da modernidade como a sociedade justa, a satisfação de todas as necessidades, a ordem perfeita, e etc., não parecem caber mais no contexto pós-moderno; são muito pesados, como diria Bauman. E assim, caso queira acompanhar as atuais mudanças históricas, este modelo precisa ser reelaborado. Os discursos pós-modernos, e entre eles, enfatizamos as contribuições conceituais de Zygmunt Bauman, não eliminam as crenças estabelecidas na modernidade dos séculos XVII, XVIII, XIX e início do século XX, mas trazem os avanços e as novas características da pós-modernidade – ou, para não reavivar a irritação de Habermas, da "modernidade líquida".

Precisamos aprender a conviver com o desenvolvimento tecnológico e com a fragmentação dos espaços físicos, pois estes foram esvaziados e se reencontram em redes virtuais. Temos agora a *ágora* virtual, e os debates e discussões ocorrem nas comunidades virtuais das redes mundiais de comunicação. Ainda que o jornal impresso possa cobrir o mundo e a cidade, ele precisa apresentar sua versão na imprensa virtual, a qual dispõe de múltiplas ferramentas e diversos interesses, por se constituir como espaço de argumentação e formação de opinião pública.

Pode-se dizer que o ciberespaço equivale aos cafés do século XVIII, e deste modo, a influência da mídia sobre a esfera pública não exclui a necessidade de presença física. Concordamos com Habermas quando defende a importância dos espaços concretos de um público pensante e da presença face-a-face e vemos com simpatia a inclusão da escola, da igreja e do sindicato na reconstrução de Negt e Kluge, pois a interação social em rede aproxima distâncias, porém não elimina a necessidade do olhar, do gesto e do contato corporal, não só entre conhecidos e camaradas de um partido – Bauman trata da cidade

também como lugar onde estranhos se encontram e, logo em seguida, desaparecem. Não somos apenas apêndices da eletrônica, mas podemos, de fato, utilizá-la para organizar a conversa e os encontros de pessoas e coletivos, eventualmente também no espaço público, pelo qual se deve lutar, contra a especulação financeira e contra a segregação.

Não temos como antecipar todas as conseqüências de uma esfera pública midiática, mas ainda assim, esperamos ter dado nossa contribuição a um tema que se apresenta polêmico. Nossa discussão começou nos cafés e salões e termina nos cibercafés e na rede virtual, o que demonstra que, apesar das mudanças na estrutura técnica da comunicação, permanecem os motivos vitais e as associações entre a boa conversa, a circulação e a concentração. Atualmente, um amplo e crescente número de pessoas encontra-se nas redes dos cibercafés do mundo inteiro para conversar, negociar, trocar idéias, marcar encontros e discutir assuntos literários e de outras artes. A discussão sobre a esfera pública continua, pois ela deve acompanhar as transformações da sociedade. Mas, parafraseando Habermas, não sabemos claramente ainda qual é o *status* político das novas tecnologias, como formas de comunicação, de produção e de interação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública. Concepções e usos na América Latina. In: *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Org. Maia, Rousiley & Castro, M.C.P.S. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Págs. 63-90.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fakpesp, 2006. 338 p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005
- \_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- BENNET, W. L.; ENTMAN, R. Mediated politics, Communication and the future of democracy. In: BENNET, W. L., ENTMAN, R. (Ed.) . *Mediated politics* . Cambridge: Cambridge University Press, 2001
- BORGES, Bento Itamar. Ethos e Estado moderno. In. *Ética e política*. (Org.) BRITO, Adriano N. & HECK, José N. Goiânia, Ed.da UFG, 1997. p. 09-18.
- \_\_\_\_\_. Teoria crítica e pesquisa empírica. *Educação e filosofia*, v. 1, n. 1, jul./dez., 1986, p. 59-66
- BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma história social da mídia – De Gutenberg à Internet*. São Paulo: Zahar, 2006.
- CAMPATO, Roger. *Esfera pública burguesa e esfera pública proletária : asperspectivas de Habermas e de Negt e Kluge* . Disponível em:<[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=119539](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=119539)>
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, v. 01, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O poder da identidade. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol II*. Trad. Alexandra Lemos & Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CALHOUN, Craig. Habermas and the Public Sphere, Calhoun, Craig (1992), ed. Habermas and the Public Sphere. Cambridge: The MIT Press
- COHEN, J. L. & ARATO, A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Mass., 1992, p. 356
- COSTELLA, Antonio F. *Comunicação – Do grito ao satélite*. Campos do Jordão-SP: Mantiqueira, 2001.

D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. *A Maçonaria e a Grandeza do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1946.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. s/d. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim. [ed. original: 1972]

DEMIROVIC, Alex. *A hegemonia e o paradoxo do público e do privado: contribuição à crítica do conceito habermasiano de espaço público*. Trad. Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Trad. Pérola de Carvalho. 6ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

FERRAZ, Hermes. *Filosofia urbana - Tomo II*. 1ª edição. Editora Scortecci. São Paulo, 1997.

GEUSS, Raymond. *Teoria crítica. Habermas e a Escola da Frankfurt*. Trad. Bento Itamar Borges. Campinas: Papyrus, 1988. 160p

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo. Editora UNESP, 1993.

GOMES, Wilson. A comunidade como projeto identitário. In: Maia, Rousiley & Castro, Maria Ceres P. S. (Org.). *Mídia, Esfera Pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 49-61

GORZ, Andre. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_. *Da produção de subjetividade*. In: Parente, André (Org.) *Imagem Máquina: a era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Editora 34, 1993, p.177-191.

HABERMAS, Jürgen. *A Constelação pós-nacional: ensaios políticos*. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

\_\_\_\_\_. A revolução e a necessidade de revisão na esquerda – O que significa socialismo hoje?. In: BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, pp. 45-72

\_\_\_\_\_. *Arquitetura Moderna e Pós-moderna*. In *Novos Estudos*, nº18; trad. Carlos E. J. Machado. – São Paulo: CEBRAP, setembro de 1987.

\_\_\_\_\_. *Direito e Democracia – entre facticidade e validade*. Volumes II. 2ª ed. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 354 p.

\_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública - Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. O “espaço público”: 30 anos depois. Trad. V. L. C. Westin, L. Lamounier. *Caderno de Filosofia da ciências humanas*. Belo Horizonte: v. VII, nº. 12, abril, 1999. 25 p.

\_\_\_\_\_. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Portugal: Edições 70.

HAESBAERT, R. 1994. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. *Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*. Curitiba: AGB, pp. 206-214

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é "Esclarecimento"?(Aufklärung). In: *Textos Seletos*. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005c.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro, EDUERJ Contraponto, 1999. 256 p.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual*. Disponível: [www.adevento.com.br/intercom/2007/resumos/R1408-1.pdf](http://www.adevento.com.br/intercom/2007/resumos/R1408-1.pdf)

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LEAL, Bruno Souza. A comunidade como projeto identitário. In. MAIA, Rousiley & CASTRO, Maria C.P.S. (Orgs.). *Mídias, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Págs. 183-192

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública. Modos de abordagem. In. MAIA, Rousiley & CASTRO, Maria C.P.S. (Orgs.). *Mídias, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Págs. 11-46

MALINI, Fábio. Consumo ideológico das redes: As identidades sócio-comunicacionais como vetores da cidadania desterritorializada. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=148&secao=espaco>

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

MOUFFE, Chantal. *The return of the political*. London: Verso, 1993

NEGT, Oskar. *Dialética e História. Crise e renovação do marxismo*. Tradução e apresentação Ernildo Stein. Editora Movimento. Porto Alegre, RS. 1984.

\_\_\_\_\_. Espaço público e experiência. In: Pallamin, Vera (org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

\_\_\_\_\_. *O que há de político na política? Relações de medida em política. 15 propostas sobre a capacidade de discernimento*. Tradução João Azenha Júnior. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

PALÁCIOS, Marcos. A Internet como mídia e ambiente: reflexões a partir de um experimento de rede local de participação. In: MAIA, Rousiley & CASTRO, M.C.P.S. *Mídia, Esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Págs. 229-244.

SALGADO, Gilberto Barbosa. Esfera pública midiática na América Latina: uma interpretação com as categorias habermasianas. Disponível em: [http://www.nee.ufjf.br/artigos/esfera\\_publica\\_midiatica\\_na\\_america\\_latina.pdf](http://www.nee.ufjf.br/artigos/esfera_publica_midiatica_na_america_latina.pdf)

SOUSA, Mauro Wilton. “Jornalismo sitiado”. Disponível em: <http://www.interponta.com.br/~tutorial/suporte/comosuriguainternet.htm>